ELEMENTOS

DE

PHILOSOPHIA RACIONAL

LIVROS QUE SE VENDEM

Em casa de J. Augusto Orcel, editor,

Rua das Fangas, n.º 1, Coimbra.

Doria, Compendio de Historia, para uso das escholas, 7.ª edição, 2 vol., em 8.º, 1867 .... 1$200

A. Cardoso Borges de Figueiredo, Instituições elementares de Rhetorica, para uso das escholas, 6.ª edição, 1868 600

——— Elementariae Rhetoricae institutiones, ad usum scholarum adcommodatae, 3.ª edição, 1852 500

——— Logares Selectos dos classicos portuguezes nos principaes generos de discurso em prosa, para uso das escholas, 10.ª edição, 1867 850

——— Bosquejo historico da Litteratura classica, Grega, Latina e Portugueza, 6.ª edição, em 8.º, 1868 (no prelo) 600

Bernardino J. da S. Carneiro, Elementos de Geographia e Chronologia para uso das escholas, 8.ª edição, em 8.º, 1863 500

——— Poetica, para uso das escholas, 6.ª edição, em 8.º, 1863 (no prelo) 500

——— Elementos de moral e principios de direito natural, para uso das escholas, 7.ª edição, em 8.º, 1868 500

Bento José de Oliveira, Nova Grammatica Portugueza, 4.ª edição, melhorada, 1867 450

J. Alves de Sousa, Grammatica elementar da lingua Latina, para uso das escholas, 4.ª edição, muito melhorada, em 8.º, 1866 600

——— CURSO DE THEMAS GRADUADOS conforme as regras da GRAMMATICA ELEMENTAR DA LINGUA LATINA, 1 vol. in 8.º, 1867 500

Castro e Rodrigo, Geometria elementar theorica e pratica, 4.ª edição, 1866 .... 1$200

Simões D. Cardoso, Logares Selectos de escriptores latinos, com a traducção interlinear para uso das escholas, 1857 400

F. A. Duarte de Vasconcellos, Compendio dos principios elementares de Arte Poetica, Versificação, Estylo, para os exames do curso de portuguez, em dois fasciculos, verso e prosa, 2.ª edição augmentada, em 8 º, 1866 500

Motta Veiga, Resumo da Historia Moderna de Portugal, 6.ª edição melhorada, em 8.º, 1864 240

Perdigão, Principios elementares de Chorographia Portugueza, para uso das escholas de instrucção primaria, 4 edição, contendo a nova divisão districtal, 1867 120

ELEMENTOS

DE

PHILOSOPHIA RACIONAL

PARA USO DAS ESCHOLAS

POR

JOÃO ANTONIO DE SOUSA DORIA

DOUTOR EM MEDICINA, PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
PROFESSOR DE GEOGRAPHIA, CHRONOLOGIA E HISTORIA NO LYCEU
NACIONAL DA MESMA CIDADE, ETC.

Septima edição

CORRECTA E AUGMENTADA

José Antonio de Carvalho Monteiro
Coimbra 25 de Janeiro de 1871

COIMBRA

LIVRARIA DE J. AUGUSTO ORCEL

Rua das Fangas, n.º 1

1868

«Publicámos os nossos apontamentos sobre philosophia racional, não por odio a *Genuense*, senão por vermos, que este livro, deficiente 'numas doutrinas, é demasiado extenso 'noutras.

«Bem fracos para podêrmos formar um systema inteiramente nosso, preferimos ser *eclecticos*, em toda a extensão da palavra.

«Temos bastante franqueza para dizer quaes os auctores, que, entre tantos quc havemos lido, nos serviram de guia nos nossos estudos e lucubrações. Soccorremo-nos, com especialidade, ao *Sr. Silvestre Pinheiro*, e a *Balmes*, *Ubags*, *Amadeu Jacques*, *Julio Simon*, *Ponelle*, *Fanjas*, *Genuense*, e *Um milhão de factos.*

«Ainda o repetimos: o systema philosophico não é nosso. O que é nosso, é o methodo por que expozemos e deduzimos as doutrinas.

«Suppomos, que o texto condiz com o frontispicio: são uns *elementos de philosophia racional;* e como taes os vamos apresentar em público, satisfazendo assim ao convite do Conselho Superior de Instrucção Pública.

«Procurámos harmonizal-os com os *Elementos de moral*, e *principios de direito natural*, do nosso collega e amigo, o *Sr. Dr. Carneiro*, ha pouco publicados:—e talvez ganhe com isso alguma cousa o ensino.»

Assim diziamos na primeira edição. Hoje 'nesta septima edição só temos a accrescentar, que em pouco alterámos o systema por que escrevemos os nossos *elementos de philosophia racional*, impressos em 1857; que forcejámos por corrigir os erros, e por encher as lacunas, que appareceram na primeira, e subsequentes edições; e que 'nesta edição tambem nos prestaram grande auxilio os nossos illustres collegas os *Srs. Almeida d'Azevedo* e *Ribeiro da Costa*, e os auctores francezes *Ladevie-Roche, Gatien Arnoult*, *Rathier* e *Barbe.*

Coimbra 17 de Septembro de 1868.

O Auctor.

INTRODUCÇÃO

§ 1

PHILOSOPHIA EM GERAL

Todos os conhecimentos humanos provêm de quatro fontes — *sentidos*, *consciencia*, *raciocinio*, e *auctoridade externa*; mas nem todos são *philosophicos*. Para o serem requer-se, que a razão, exercendo-se reflexamente, os estude, medite e profunde.

Assim poderemos definir a *philosophia* considerada em geral e objectivamente — *o complexo de conhecimentos, provenientes das várias fontes da intelligencia humana; estudados e apurados pela razão:* — e subjectivamente — *a reflexão do homem sobre si, sobre Deus e sobre o mundo exterior;* isto é, *sobre todos os entes de que se compõe o universo.*

Vê-se claramente, que ambas estas definições reaes não desdizem da nominal de *philosophia*, — *o amor da sabedoria; a aspiração a saber:* isto é, o empenho do homem em explicar racionalmente os factos e as crenças.

§ 2

RELAÇÕES E UTILIDADE DA PHILOSOPHIA

D'aqui segue-se:

1.º que a philosophia tem estreitas relações com os diversos ramos dos conhecimentos humanos, pois que se incumbé de os estudar e meditar, e de criticar a todos.

2.º que o estudo da philosophia é de grandissima utilidade, em quanto que, ensinando o verdadeiro methodo para chegar á verdade, e apurando o que ha de verdadeiro e bom nos conhecimentos humanos, conserva e firma a verdade e o bem; rectifica e corrige o erro e o mal; fortifica o espirito e o coração, radicando 'nelles os principios da verdade e da virtude; fortifica os laços do corpo social, ensinando os dogmas da sã moral: 'numa palavra, leva os homens á felicidade para que foram creados.

§ 3

PHILOSOPHIA PHYSICA E METAPHYSICA

Como os objectos dos conhecimentos humanos são muitos e variados, não podem encarar-se sob um unico aspecto. D'aqui a necessidade de dividir a philosophia em tantos ramos, quantos são aquelles objectos.

Ora, os conhecimentos humanos versam ou sobre consas materiaes e accessiveis á acção dos sentidos — *corpos;* ou sobre entes insensiveis e incapazes de ser percebidos por via dos sentidos — *espiritos*. A philosophia, quando tracta dos primeiros, chama-se *physica* ou *natural;* quando tracta dos segundos chama-se *metaphysica* ou *praeternatural*. É esta a philosophia propriamente dicta, e de que aqui nos occupamos. A principal fonte da primeira são os sentidos; da segunda, a consciencia e o raciocinio.

§ 4

DIVISÃO DA PHILOSOPHIA METAPHYSICA

A philosophia metaphysica divide-se em *racional* e *moral.*

A philosophia racional tem por principio cognoscitivo, a razão theorica; por objecto, o espirito humano e divino; por fim, dirigir as faculdades da intelligencia na indagação e demonstração da verdade.

A philosophia moral tem por principio cognoscitivo, a razão práctica; por objecto, as acções voluntarias e livres do homem; por fim, dirigir as faculdades affectivas na práctica do bem.

§ 5

A philosophia metaphysica não se occupa dos *Anjos*, embora sejam espiritos, porque objectos taes não estão ao alcance da razão.

§ 6

RAZÃO THEORICA E RAZÃO PRÁCTICA

A *razão theorica* cogita sobre o que existe.

A *razão práctica* occupa-se em querer o que importa fazer.

§ 7

DIVISÃO DA PHILOSOPHIA RACIONAL

Divide-se a philosophia racional em *anthropologia espiritual* e *theodicea.*

A primeira tracta do espirito humano, ou do *homem moral.*

A segunda tracta de *Deus.*

§ 8

ANTHROPOLOGIA ESPIRITUAL

A *anthropologia espiritual* tem de comprehender no nosso systema:

1.º o estudo das faculdades, natureza e destino da alma humana—*psychologia empirica* ou *analytica* e *racional.*

2.º o estudo da origem, formação e especies das nossas idêas—*ideologia.*

3.º o estudo dos principios geraes, abstractos e communs a todas as linguas—*grammatica geral.*

4.º o estudo dos principios e regras, que nos dirigem no descobrimento e demonstração da verdade—*logica.*

§ 9

THEODICEA

A *theodicea* é a parte da philosophia *racional*, que tracta de Deus. Chama-se tambem *theologia natural*, ou *racional,* para se differençar da *theologia revelada*, que tracta dos attributos de Deus, conhecidos pela revelação.

§ 10

IDÊAS ONTOLOGICAS

Ha porém idêas geraes, que são communs a estas differentes partes da philosophia racional, porque dizem respeito a todos os ramos dos conhecimentos humanos. Alguns têm feito d'estas idêas uma sciencia á parte: é a *ontologia.*

§ 11

IDÊA DA OBRA

'Nestes nossos elementos propômo-nos tractar da anthropologia racional ou espiritual como fica dividida no § 8. Não tractámos da theodicea, não por julgarmos, que ella está fóra do quadro da philosophia racional (§ 7); mas porque assentámos, que boa entrada tinha na *philosophia moral*, quando tracta da parte theorica da religião.

Sendo, como é, a ontologia a base de todas as sciencias, suppozemos andar bem, começando por ella. Constitue a *primeira parte* da nossa obra.

PRIMEIRA PARTE

ELEMENTOS DE TODAS AS SCIENCIAS

---

§ 12

SCIENCIA, SUAS ACCEPÇÕES E CARACTERES

Sciencia em sentido *lato* é *um conhecimento* ou *juizo verdadeiro:* em sentido *stricto* é *um complexo de verdades estudadas, ordenadas em systema, e constituindo um todo:* como a *Mathematica*, a *Jurisprudencia*, etc.

Em qualquer sciencia requer-se: 1.º *pluralidade* de verdades; 2.º *estudo reflectido* d'essas verdades; 3.º reducção das mesmas a *systema* (o que se consegue por meio de um ou mais *principios geraes e primarios*, em que os outros assentem; por meio de *principios secundarios*, que sirvam de intermedio aos primeiros; e por meio de *conclusões*, effeitos dos principios); 4.º *unidade* de fim e de objecto, que domine todos os elementos da sciencia.

§ 13

ELEMENTOS DA SCIENCIA

D'aqui deduz-se, que os elementos de qualquer sciencia são:

1.º *Factos*, isto é, os conhecimentos isolados dos differentes objectos de cada sciencia.
2.º *Nomenclatura*, isto é, palavras, que exprimam os factos, e que hão de ser mais ou menos variadas segundo a maior ou menor variedade d'aquelles mesmos factos.
3.º *Theoria*, isto é, a explicação dos factos em virtude da sua causa, razão, effeitos e relações.
4.º *Systema*, isto é, a disposição dos factos, de modo que forme um corpo unico.
5.º *Methodo*, isto é, a bem dirigida successão dos factos, em ordem a conhecerem-se os acêrtos para os aperfeiçoar, e os erros para os emendar.

§ 14

DIVISÃO GERAL DE TODOS OS PRINCIPIOS DAS SCIENCIAS

Os principios, que entram na formação de toda e qualquer sciencia, ou são *intuitivos*, ou *demonstrativos*. A verdade d'aquelles manifesta-se apenas se enunciam; a d'estes não se conhece sem esfôrço da razão.

§ 15

As *definições*, os *axiomas* e os *postulados* entram na primeira divisão (*nos intuitivos*); os *theoremas*, os *problemas* e os *corollarios* entram na segunda (*nos demonstrativos*).

§ 16

METHODO, POR QUE PROCEDEMOS NA EXPOSIÇÃO D'ESTES PRINCIPIOS

Eis os elementos, de que formámos a nossa ontologia. Tractamos já dos intuitivos (*ontologia intuitiva*), e deixamos os demonstrativos (*ontologia demonstrativa*) para depois da logica; porque esta parte da philosophia nos habilita a raciocinar com exactidão, quando pretendemos descobrir e demonstrar a verdade.

§ 17

DEFINIÇÃO DE CADA UM

Definição é a explicação breve e clara do sentido de certa palavra, ou da natureza da cousa exprimida por essa palavra.

É *nominal*, se explica só o sentido d'uma palavra; como — *philosophia é o amor da sabedoria.*

É *real*, se explica a natureza da cousa exprimida pela palavra; como — *philosophia* é *a reflexão do homem sobre si, sobre Deus, e sobre o mundo exterior.*

Axioma é uma verdade theorica tão clara, que se conhece sem demonstração; como — *o todo é maior, que uma das suas partes; não ha qualidade sem substancia.*

Theorema é uma verdade theorica, que carece de demonstração para se conhecer; como — *o principio, que em nós pensa, é um espirito*; *existe um Deus, creador do universo.*

Postulado é uma verdade práctica, que o demonstrador de uma these pede se lhe conceda, porque não admitte dúvida alguma; — *o homem deve ser grato aos beneficios; todo o homem deve ser bom.*

Problema é uma verdade práctica, que precisa de demonstração, para se conhecer; como — *com uma diagonal*

dividir um parallelogrammo em duas partes eguaes: — *na collisão dos deveres preferir sempre o maior ao menor.*

Corollario é uma proposição deduzida de outra ou outras já demonstradas; como — provado que *no mundo ha causas necessarias e causas livres*, *segue-se*, como corollario, que *não ha fado.*

§ 18

SUJEITO, OBJECTO E DIVISÃO DAS SCIENCIAS

Toda a sciencia presuppõe um *ser que sabe* e *uma cousa sabida.* O ser, que sabe é o *sujeito da sciencia*: a cousa sabida é o objecto d'ella. O sujeito de todas as sciencias é invariavelmente o mesmo, é o *nosso espirito:* seus objectos variam muito.

As sciencias, em quanto ao meio cognoscitivo, dividem-se em *empiricas* e *racionaes:* em quanto á natureza dos objectos, dividem-se em *cosmologicas* e *noologicas.*

§ 19

EMPIRICAS E RACIONAES

As sciencias empiricas fundam-se quasi exclusivamente na experiencia, isto é, dependem primitiva e directamente dos *sentidos*, quer *internos* quer *externos*: tal é a *psychologia empirica* ou *analytica*, a *physica*, etc.

As sciencias racionaes fundam-se menos nos sentidos, que na razão, dependendo essencialmente d'esta fonte dos nossos conhecimentos: tal é a *psychologia racional*, a *theodicea*, etc.

§ 20

COSMOLOGICAS E NOOLOGICAS, E SUA DIVISÃO

As sciencias cosmologicas tem por objecto os *corpos:* as noologicas tem por objecto os *espiritos.*

Tanto as cosmologicas, como as noologicas se dividem em *positivas* e *abstractas.*

As cosmologicas positivas tractam dos corpos taes como existem na realidade: as cosmologicas abstractas tractam dos corpos taes como existem no pensamento, abstrahindo da sua realidade.

O mesmo se diz em relação aos espiritos.

§ 21

Cosmologicas — positivas, e sua divisão e subdivisão

Os corpos *reaes* podem ser conhecidos ou no que é *proprio* a um maior ou menor numero d'elles, ou no que é *commum* a todos. No primeiro caso são objecto das sciencias *naturaes;* no segundo caso das sciencias *physicas.*

As sciencias naturaes dividem-se em *geologia*, *mineralogia*, *phytologia*, e *zoologia.* As sciencias physicas dividem-se em *physica* propriamente dicta, e *chymica.* Cada uma d'estas divisões soffre maior ou menor numero de subdivisões.

§ 22

Cosmologicas — abstractas e sua divisão

Os corpos em abstracto ou podem ser considerados em quanto á quantidade *numero*, ou em quanto á quantidade *extensão.* A quantidade numerica é objecto da *arithmetica*, que comprehende a arithmetica, propriamente dita, a *algebra*, o *calculo differencial*, *integral* e das *variações.*

A quantidade — extensão — é objecto da *geometria*, que involve a *geometria* propriamente dita, a *trignometria* e a *applicação da analyse geral á geometria.* Estes ramos recebem, quando em commum, o nome de *mathematicas puras*, ou *sciencias exactas.*

Chamam-se *mathematicas mixtas* certas sciencias, que

participam ao mesmo tempo d'estas e das sciencias cosmologicas — positiva: a *astronomia* é uma d'estas.

§ 23

Noologicas — positivas: sua divisão e subdivisão

Os espiritos, que realmente existem, e que, para assim dizer, são accessiveis ao pensamento humano, são o *espirito* do *proprio homem*, e o *espirito* de *Deus*, e os... *dos animaes*.

Os espiritos dos homens podem ser tractados taes como existem, ou nos *individuos* (cada um de nós); ou nas collecções diversamente numerosas dos individuos (*povos* e *nações*); ou na totalidade d'estas collecções (*a humanidade*).

Sob o primeiro ponto de vista, são objecto da *psychologia;* sob o segundo e terceiro não são objecto d'uma sciencia, que tenha um nome fixo e geralmente adoptado.

O espirito divino é objecto da *theodicea.*

Os espiritos dos animaes não tem sido bem estudados, nem fazem objecto d'uma verdadeira sciencia, com um nome especial.

Estas mesmas sciencias se subdividem em *psychologia propriamente dita, logica*, *moral*, *esthetica*, etc.

§ 24

Noologicas — abstractas

O espirito em abstracto é objecto da *ontologia.*

§ 25

SCIENCIA SEGUNDO OS ANTIGOS

Á somma dos conhecimentos das cousas divinas e humanas, e das suas relações, causas, fins e usos, chamavam os antigos — sciencia.

ONTOLOGIA INTUITIVA

---

§ 26

ONTOLOGIA: ENTE E COUSA

Ontologia é a sciencia, que tracta das noções mais geraes, communs a todos os entes.

A palavra *ente* toma-se em quatro accepções, *latissima*, *lata*, *stricta* e *strictissima*. Na primeira, ente é o que existe, ou póde existir. 'Neste sentido, quasi se confunde com cousa (em linguagem ontologica), que é o que existe, existiu, e ha de, ou póde existir. Na segunda, que é a verdadeira, a propria accepção da palavra, ente é o que existe, quer seja substancia, quer propriedade, qualidade, ou modificação da substancia. Tambem se chama *ser*. Na terceira, é o que existe em si, ou é substancia. Na quarta, é o que existe por si, ou a substancia das substancias.

§ 27

POSSIVEL: EXISTENCIA: NADA: FUTURO E SUAS DIVISÕES

Possivel é o que não repugna existir.

A determinação expressa do possivel, ou a passagem do estado de possivel ao de ser real, diz-se *existencia*. Tambem se póde definir — ***complemento da possibilidade.***

Chama-se *nada* á negação da existencia, ao que não existe.

O possivel é *intrinseco* e *extrinseco*. O primeiro é aquelle, cuja concepção não involve repugnantes; como — *uma estatua de bronze*; — *um monte de ouro*. O segundo é aquelle, que póde ser produzido por alguma causa; como *a mesma estatua de bronze*. A *possibilidade* extrinseca presuppõe sempre a possibilidade intrinseca.

Futuro é o que ha de existir: divide-se em *absoluto* e *relativo*. O primeiro precisamente ha de acontecer — *todos os homens hão de morrer*. O segundo ha de acontecer, se se realisar a condição, de que depende — *a polvora arderá, se lhe pegarem o fogo*.

§ 28

IMPOSSIVEL E SUAS DIVISÕES

Impossivel é aquillo, que repugna com alguma lei ou da *intelligencia humana*, ou da *natureza physica*, ou da *natureza moral*. D'aqui a divisão do impossivel em *metaphysico*, *physico* e *moral*. Repugna com as leis da intelligencia humana *haver*, ou *conceber-se um circulo quadrado*. Repugna com as leis da natureza physica, *que o fogo possa molhar*. Repugna com a natureza moral, *que um pae mate seu filho*.

O impossivel metaphysico ninguem o póde fazer, nem Deus, nem as creaturas; o physico só Deus o póde fazer; o moral só o homem.

§ 29

ENTE NECESSARIO E CONTINGENTE

O ente divide-se em *necessario* e *contingente*. O primeiro, existindo por necessidade de sua natureza, não depende d'outro para existir, — *Deus*. O segundo, não existindo por necessidade de sua natureza, depende d'outro

para existir, — *o homem*. O primeiro não póde deixar de existir; o segundo, sim.

§ 30

O QUE SÃO PROPRIEDADES, E SUA DIVISÃO

Os entes revelam-se á nossa intelligencia por meio de suas propriedades, as quaes, em geral, podem definir-se — *os diversos pontos de vista sob que cada ente se póde considerar, e pelos quaes se distinguem uns dos outros*. Assim um corpo mostra-se-nos extenso, pesado, figurado, etc., e por isso a *extensão*, o *pêso*, a *figura*, etc., são propriedades do corpo. A alma revela-se á nossa intelligencia como espiritual, livre, immortal, etc., e então a *espiritualidade*, a *liberdade*, a *immortalidade*, etc., são propriedades da alma.

As propriedades são *materiaes* ou *immateriaes; absolutas* ou *relativas; proprias* ou *communs; essenciaes* ou *accidentaes*.

§ 31

Materiaes e immateriaes

Propriedades materiaes dizem-se aquellas, que são privativas dos corpos; taes são a *extensão*, o *pêso*, a *figura*, a *cor*, os *sabores*, etc.

Propriedades immateriaes são as privativas do espirito; como a *intelligencia*, a *liberdade*, etc.

§ 32

Absolutas e relativas

Propriedades *absolutas* dizem-se aquellas, que os entes têm, considerados só em si: como nos corpos o *pêso;* nos espiritos a *racionalidade*.

Propriedades *relativas* são as que um ente tem, considerado em relação com outro ou comsigo em differentes tempos; como *maior pêso*, *maior força de racionalidade.*

Relação é o nexo, que ha entre duas cousas ou entre dous estados da mesma cousa: como *paternidade*, *ensino*, *obediencia*, etc.

Em qualquer relação são necessarios *dous termos* e um *nexo* entre ambos.

§ 33

GENEROS E FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO

Este nexo, tendo o seu fundamento na natureza dos sêres, não póde deixar de provir das leis, que os dominam: por isso se divide a relação em *physica*, *logica*, e *moral.*

Relação physica é a que tem o seu fundamento nas leis physicas: tal é a que se dá entre pae e filho.

Relação moral é a que se funda nas leis moraes: tal é a que existe entre o homem e os seus similhantes.

Relação logica ou *intellectual*, a que se funda nas leis logicas do espirito: tal a que existe entre os principios e a conclusão.

As especies de relação são — *identidade*, *diversidade*, *grandeza*, *simultaneidade*, e *successão.*

§ 34

Identidade e suas divisões

Identidade é a propriedade relativa, pela qual se conhece, que um ente não tem soffrido mudança em suas propriedades. Divide-se em *metaphysica*, *essencial*, *accidental*, *substancial*, *physica* e *moral.*

A identidade é metaphysica, quando não ha mudança nenhuma absolutamente. Sendo assim, só em Deus se póde dar esta identidade.

A identidade é essencial, quando não ha mudança nas

propriedades essenciaes. A agua, em quanto liquida, conserva a identidade essencial.

A identidade é accidental, quando não ha mudança nas propriedades accidentaes.

É substancial, se a substancia permanece a mesma. A cera ou no estado solido ou no estado liquido tem a identidade substancial.

A identidade é physica, quando não ha mudança nas propriedades essenciaes dos corpos, embora a tenha havido nas accidentaes. Sendo assim, é propria dos corpos, que podem ser os mesmos, embora mudem os seus accidentes.

A identidade é moral, quando não ha mudança na ordem moral da vida, quer seja no caminho da virtude, quer no caminho do vicio. Sendo assim, póde dizer-se que um homem é moralmente o mesmo em duas epochas differentes da sua vida.

§ 35

Distincção: differença: diversidade

Á identidade oppõe-se a *distincção*, a *differença*, e a *diversidade*.

A distincção é uma propriedade relativa, pela qual se conhece, que uma cousa não é outra. Assim ha uma verdadeira distincção entre *duas laranjas* perfeitamente similhantes.

A differença é uma propriedade relativa, que mostra, que uma cousa não tem caracteres inteiramente communs a outra. Assim ha uma verdadeira differença entre duas *bolas de bilhar*, sendo uma branca e outra vermelha.

A diversidade é a propriedade relativa, pela qual se conhece, que um ente tem soffrido mudança nas propriedades.

A identidade e a diversidade são propriedades relativas, porque se consideram no ente em dois momentos diversos da sua existencia.

§ 36

Quantidade: intensidade: infinito

Grandeza é tudo que é capaz de augmento ou diminuição.

A grandeza, applicada á extensão ou aos numeros, chama-se *quantidade*. Assim dizemos, que uma *peça de panno* tem uma certa quantidade de covados.

Applicada a outra qualquer qualidade, absoluta ou relativa, material ou immaterial, chama-se *intensidade*. Assim se diz *uma dôr intensa*, *um cheiro intenso*, etc.

Da idêa da grandeza decorrem as de *finito* e *infinito*, conforme tiver ou não tiver limites. O infinito divide-se em *absoluto* e *relativo* ou *indefinido*. Diz-se infinito absoluto aquillo que absolutamente não tem fim, ou não tem limites; relativo, aquillo que tem fim ou limites, mas nós não os conhecemos.

§ 37

Simultaneidade: distancia

Simultaneidade é a propriedade relativa, que designa, que uma cousa existe, ou se faz, ao mesmo tempo, que outra. Esta idêa comprehende as de *distancia* e *contacto*.

Distancia é o intervallo, que ha d'um ponto a outro.

Quando a distancia entre dous pontos é tal, que se póde desprezar sem êrro notavel, esses pontos dizem-se em contacto.

§ 38

Espaço: corpo: vácuo: logar: descanso: movimento

Espaço é a reunião de muitas distancias, ou tudo o que é capaz de receber ou conter corpos.

Corpo é toda a substancia, que tem as tres dimensões de longo, largo, e profundo.

Vacuo é o espaço, que não encerra corpo algum.
Logar é o espaço occupado por um corpo qualquer.
Descanso é a persistencia immudada do corpo em um logar.
Movimento é a mudança de relações entre objectos extensos, ou a deslocação d'um corpo no espaço.

§ 39

Successão: causalidade: fado: força: acções

Successão é a propriedade relativa, que designa, que um ente vem immediatamente após outro.
Causalidade é a relação, que ha entre a *causa* e o *effeito*, ou a razão por que a existencia do effeito depende da causa. A proposição ontologica, a que chamam *principio de causalidade*, é a seguinte — *nada existe ou se faz sem razão sufficiente.*
Razão sufficiente é o *porque* de alguma cousa.
Principio é esse *porque*, quando é *intrinseco.* O principio d'uma *estatua* está na materia prima de que é formada.
Causa é o *porque intrinseco,* capaz de produzir um effeito. A causa d'uma estatua está na mão do estatuario que a fez.
A causa divide-se de varios modos:
1.º quanto á sua *excellencia* é *primaria* ou *secundaria.*
Primária é aquella, de que todas as outras dependem: ex. *Deus.*
Secundaria é a que depende da primária: ex. o *homem.*
2.º quanto ao seu *numero* e *ordem* ou *modo de acção*, é *total* ou *parcial*, *proxima* ou *remota.*
Total é a que por si produz todo o effeito. *Parcial* é a que concorre com outra, ou outras, para a execução do effeito. Esta é *principal*, *secundária* ou *egual*, segundo concorre mais, menos, ou tanto como outra, para a execução do effeito.

Proxima ou *immediata* é aquella entre a qual e o effeito não medeia outra. Póde dizer-se, que o pae é causa immediata do filho.

Remota ou *mediata* é aquella entre a qual e o effeito medeia outra. Póde dizer-se, que o avô é causa mediata do neto.

3.º quanto ao modo e natureza da acção, é *efficiente*, *moral*, *physica*, *necessaria*, *livre* e *final*.

Efficiente é a que 'num momento dado produz o effeito. O escnlptor é causa efficiente da estatua.

Moral é a influencia d'um agente livre sobre as acções voluntarias d'outro. Esta causa póde obrar por um de cinco modos, — ou *suggerindo* a idêa, ou *determinando* a vontade, ou *subministrando* os meios, ou *removendo* os obstaculos, ou *não impedindo* a acção, podendo ou devendo impedil-a. Quem aconselha a outro, que furte, será causa moral do furto.

Physica é a que obra *corporea* e *immediatamente*. Quem dá um tiro 'noutro, é causa physica d'esse tiro.

Necessaria é aquella, que, dadas todas as circumstancias para produzir o effeito, não póde deixar de o produzir. Uma pedra lançada ao ar, na quéda, obra como causa necessaria.

Livre é a que, dadas todas as circumstancias para produzir o effeito, ou para obrar, póde obrar ou deixar de obrar: em outros termos, é aquella, que, practicando uma acção, tem a consciencia de que póde deixar de a practicar. O homem, em grande parte das suas acções, obra como causa livre.

Final é o effeito ou fim principal e último, a que o agente se propõe, ou uma cousa é destinada a conseguir. A causa final, quando calculada pelo agente livre, chama-se *motivo*, e os seus actos, *actos motivados*. O agente tem o nome de *causa intencional*.

Á serie não interrompida de causas e effeitos dá-se o nome de *fado*. A essencia do fado consiste em se não podêr interromper a serie de causas e effeitos.

Força, *faculdade* ou *podêr* (palavras synonimas) querem dizer a virtude ou aptidão, que a causa tem de produzir o effeito.

Acções são o resultado da força; nos corpos chamam-se *movimentos*.

§ 40

Creação: aniquilação: emanação

A acção de tirar do *nada* diz-se *creação;* e o podêr, agente d'esta acção, *creador*.

A acção de reduzir ao nada, chama-se *aniquilação*; e o agente d'esta acção, *aniquilador*.

Quando um objecto, desinvolvendo-se em partes, dá existencia a um outro objecto da mesma natureza, este *emana* ou *deriva-se* d'aquelle. É pois *emanação* o desinvolvimento de partes, que formam um ser com a mesma natureza d'aquella d'onde proveio.

§ 41

Duração, ou *tempo*

Duração é a continuada existencia de qualquer ente. A idêa de duração ou *tempo* começa com a idêa da successão, e esta provém da idêa dos factos internos, que se passam (digamos assim) sob os olhos da nossa alma. O facto, que está actualmente debaixo dos nossos olhos, suggere-nos a idêa do *presente;* o facto consummado, a idêa do *passado;* a idêa do facto, que vai acontecer, a idêa do *futuro*. D'estas tres idêas — presente, passado e futuro — nasce a idêa do tempo, que soffre a mesma divisão.

Ha dois modos de medir a duração — *absoluta* ou *relativamente*. Absolutamente, quando se não refere ao movimento de algum corpo: tal é a duração de *Deus*. Relativamente, no caso contrário: tal é a duração do *anno*, do *dia*, etc. D'aqui vem a divisão da duração em *absoluta* ou *relativa*.

Tambem dividem a duração em *sempiternidade*, *eternidade* e *temporalidade*.

Sempiternidade é a duração, que compete a um ente, que não teve principio, nem ha de ter fim: tal é só *Deus*.

Eternidade é a duração, que compete a um ente, que teve principio, mas não ha de ter fim: tal é a *alma humana*.

Temporalidade é a duração, que compete a um ente, que teve principio e ha de ter fim: taes são os *corpos*.

§ 42

Communs e proprias

Propriedades communs são as que, pertencendo a um ente, podem simultaneamente pertencer a um outro, ou outros: tal é a *malleabilidade* nos metaes.

Proprias são as que, caracterizando um ente, não podem pertencer a um outro: tal é a propriedade, que o *iman* tem de attrahir o aço.

§ 43

Essenciaes e accidentaes

Propriedades essenciaes são aquellas, sem as quaes um ente não póde existir: tal é o *pêso* e a *figura* nos corpos ponderaveis.

Accidentaes são as que podem faltar a um ente, sem elle deixar de existir: tal é um *determinado* pêso e uma *determinada* figura nos corpos. Tambem se chamam *accidentes* ou *modificações*.

§ 44

ESSENCIA E SUA DIVISÃO

Essencia é a reunião de todas as propriedades, sem as quaes um ente deixa de ser o que é; ou, segundo outros, a qualidade ou aggregado de qualidades primitivas d'um

ente, que dão a razão de todas as outras, que 'nelle existem: como nos animaes a *vida;* nas almas humanas a *razão* e a *liberdade;* nos corpos a *extensão* e *divisibilidade.*

A essencia divide-se em *real* e *nocional:* a primeira é a reunião de todas as propriedades de que o ente consta; a segunda é a reunião das propriedades, de que temos conhecimento.

§ 45

SUBSTANCIA E SUA DIVISÃO

Substancia é o ente, que tem existencia propria, independentemente dos seus accidentes; ou o ente, que subsiste em si, isto é, que para existir não depende d'outro, a que adhere como adjuncto: como *Deus*, o *homem*, a *arvore*, etc.

As substancias podem dividir-se em *espirituaes* e *corporeas;* as corporeas compõe-se de partes separaveis, embora não separadas; as espirituaes não tem partes separaveis nem separadas.

As corporeas tambem se dizem *extensas*, porque deve haver um logar, um espaço, que seja occupado pelas suas partes; as espirituaes, porque não carecem d'aquelle espaço dizem-se *simples:* são *espiritos.*

Demais, das substancias umas dotadas d'intelligencia e de actividade voluntaria, tem um fim proprio, que podem conhecer e alcançar, e outras sem actividade nenhuma, ou sem actividade intelligente e voluntaria, não tem fim proprio e apenas servem de meios para o conseguimento dos fins das primeiras. Estas chamam-se *cousas;* aquellas *pessoas.*

As substancias ainda se dividem em infinitas e finitas, necessarias e contingentes.

§ 46

Propriedades geraes das substancias materiaes

As propriedades geraes e absolutas da *materia* ou dos corpos são *extensão*, *impenetrabilidade*, *divisibilidade*, *inercia*, *attracção* e *repulsão*.

A extensão póde definir-se a propriedade, que os corpos têem de occupar espaços correspondentes ás partes, que os constituem.

Impenetrabilidade é a propriedade da materia em virtude da qual um corpo não póde occupar o mesmo espaço, que outro.

Por divisibilidade intende-se a propriedade que possuem os corpos em virtude da qual se podem decompôr materialmente nas partes de que se compõe. A parte material mais diminuta a que se póde levar a divisão da materia chama-se *atomo*.

Inercia é a propriedade dos corpos em virtude da qual tendem ao perpetuo repouso, ou ao perpetuo movimento.

Em virtude da attracção os corpos e os atomos, que os constituem, se approximam por leis invariaveis: e por leis egualmente invariaveis se affastam em virtude da repulsão.

§ 47

Propriedades geraes das substancias espirituaes

As propriedades geraes dos espiritos são *indivisibilidade*, *actividade*, e *inlocalisação*.

As substancias espirituaes são indivisiveis, isto é não se concebe n'ellas composição de partes.

São activas, quer dizer, modificam *internamente* o seu modo de ser e o exercicio das suas faculdades, e *externamente* podem exercer sua acção sobre outras substancias.

Não podem ser localisadas, por isso que a idêa do logar importa a idêa d'espaço, esta a do corpo, e as substancias espirituaes não são corpos.

§ 48

NATUREZA

Natureza, em sentido lato, toma-se, já pelo universo, já pelo Creador do universo. Assim dizemos—a natureza é *risonha na primavera* e *triste no inverno*: a natureza é *admiravel em suas obras*, é *inescrutavel em seus segredos*. Em sentido stricto, toma-se já pela simples essencia de qualquer ente, já pela essencia, sim, mas em quanto é um princípio intrinseco ao ente, e em virtude do qual o mesmo é capaz de receber ou produzir certas acções. Assim dizemos o *tigre* é *feroz por natureza; o pombo é meigo por natureza;* o *homicidio repugna á natureza;* o *homem é bom por natureza;* é *naturalmente bom.*

§ 49

UNIVERSO: MUNDO

Universo é o complexo de todos os entes,—o increado, e todos os creados. Ás vezes, em sentido menos lato, toma-se pelo *mundo*, que é o complexo dos entes creados. Este, em *geral*, designa o aggregado de todos os grandes corpos, que giram no espaço; em *especial* toma-se como synonimo de *terra;* designa o globo que habitâmos.

Tambem se costuma dividir o mundo em *physico* e *moral*, ou *exterior* e *interior*.

§ 50

ORDEM: LEI

Ordem é a tendencia de cada um dos entes para o seu fim particular, e de todos para um fim commum; ou—o complexo de relações naturaes, que ligam os entes entre si.

A regra geral e constante, que determina as acções dos entes, e d'onde resulta a ordem, chama-se *lei*, que é *physica*, *logica* e *moral*.

§ 51

Lei physica (ou *cosmologica*) é a que regula a situação e movimento dos corpos. São leis physicas as leis da attracção, gravidade, força centrifuga, antitypia, e inercia: é uma lei de attracção esta — *os corpos attrahem-se na razão directa das massas, e na inversa do quadrado das distancias*.

Lei logica é a que regula as operações do entendimento; como esta — *em um conceito não podem entrar elementos repugnantes.*

Lei moral é a que regula as acções livres do homem; como esta — *ama o proximo como a ti mesmo.*

§ 52

PERFEIÇÃO

Perfeição, em geral, é o total complemento de uma cousa.

É *de fim*, quando o ente *assim* perfeito tem todas as condições, que deve ter para preencher o seu fim: como a de um relogio, que regula bem.

É *de entidade*, quando o ente tem mais ou melhores qualidades, que as de outro com o qual se compara: como a d'um relogio de ouro comparado com outro de prata.

Todos os entes do universo têm egual perfeição de fim, mas differem na de entidade; e é porisso que as creaturas não são todas eguaes em perfeições.

A perfeição ainda se divide em *natural* e *artificial;* conforme vem da natureza ou da arte.

SEGUNDA PARTE

SECÇÃO I

I

PSYCHOLOGIA

§ 53

DEFINIÇÃO DE PSYCHOLOGIA

Ha no homem duas substancias, realmente distinctas uma da outra, — *alma* e *corpo*.

A sciencia, que tracta do corpo é complexa, e alheia do nosso proposito. Chama-se *anatomia*, quando tem por fim estudar a fórma, a materia e a substancia do corpo, *physiologia*, quando tem por fim estudar as funcções dos diversos orgãos e partes do mesmo corpo, etc.

A sciencia, que tracta da *alma humana*, chama-se *psychologia*.

D'este modo vêm os phenomenos da natureza humana a dividir-se—em *phenomenos materiaes* ou *factos physiologicos*, e em *phenomenos immateriaes* ou *factos psychologicos*.

D'aqui se deduz a differença que ha entre physiologia e psychologia.

Tractar da alma é examinar suas faculdades, operações e productos; sua natureza e destino.

§ 54

DIVISÃO DA PSYCHOLOGIA

Segundo o objecto sobre que versa e modo como se estuda a psychologia, divide-se em *empirica* ou *analytica* e *racional*. Aquella tracta das faculdades da alma, suas operações e productos, fundando-se principalmente na observação e experiencia interior. Esta examina a natureza e propriedades mais íntimas, e o destino da alma, á luz do raciocinio, apoiado tambem sobre a observação interior.

Da primeira, como mais facil de se comprehender, vamos occupar-nos já; a segunda reservâmol-a para depois da logica, onde havemos de estudar o raciocinio.

II

PSYCHOLOGIA EMPIRICA

§ 55

FACULDADES DA ALMA

Todos os phenomenos, que se passam em nossa alma, e que nós conhecemos pela consciencia, ou *poder que ella tem de se conhecer a si*, embora sejam muitos e variados, podem reduzir-se a tres grandes grupos: — phenomenos de *agrado* ou *desagrado*, pelos quaes sentimos prazer ou dor; — phenomenos de *intelligencia*, pelos quaes adquirimos conhecimentos; — phenomenos de *actividade* strictamente tal, pelos quaes exercemos a força de nos determinarmos a practicar ou omittir qualquer acto.

Sendō estes phenomenos effeitos, não havendo effeito sem causa, e sendo esta causa o que vulgarmente se chama *faculdade*, vê-se que a divisão mais geral das faculdades da alma é — *sensibilidade*, *intelligencia*, e *actividade*, ou *vontade*.

Todas estas faculdades operam; e das suas operações resultam effeitos, que se chamam *productos*. Estes são differentes, segundo as faculdades, d'onde provêm.

1.º

SENSIBILIDADE

§ 56

SENSIBILIDADE, SEUS ELEMENTOS, CARACTER E PRODUCTOS

Sensibilidade é a faculdade, que a alma tem de ser impressionada agradavel ou desagradavelmente por qualquer objecto physico, intellectual ou moral.

Os elementos constitutivos d'esta faculdade são a *actividade* mixta de *passividade.*

O seu caracter é o agrado ou desagrado, o prazer ou soffrimento.

Os seus productos são sensações e sentimentos, que, por variarem d'intensidade, alguns philosophos tem julgado ás vezes como indifferentes.

§ 57

SENSAÇÕES E SUA DIVISÃO

Sensações são as modificações agradaveis ou desagradaveis produzidas na alma por uma impressão organica.

Impressão é a acção immediata d'um corpo actuando n'outro.

As sensações dividem-se como as impressões em *internas* e *externas.*

§ 58

Sensações internas

Sensações internas são as que tem por causa occasional uma impressão ou serie d'impressões effectuadas nas

partes interiores do nosso corpo. Estas podem ser *periodicas*, quando apparecem em periodos eguaes ou quasi eguaes; e *accidentaes*, quando dependem de circumstancias fortuitas.

A sensação da fome é periodica; d'uma dôr de cabeça, accidental.

As sensações periodicas ainda se dividem em *naturaes* ou *facticias*, segundo são determinadas pelas necessidades naturaes, ou pelas facticias.

§ 59

Sensações externas

Sensações externas são as que tem por causa occasional uma impressão ou serie d'impressões feitas na superficie exterior do nosso corpo; quer n'uma *parte qualquer* d'esta superficie em geral; quer nas *narinas;* quer nos *ouvidos;* quer nos *olhos;* quer na *lingua* ou *paladar*. Conforme a impressão é feita n'uma ou n'outra d'estas partes, as sensações se dizem do *tacto*, do *olfato*, do *ouvido*, da *vista* e do *gosto*.

As differentes partes, aonde se effectuam as impressões chamam-se *sentidos* ou *orgãos dos sentidos*. Pertence á anatomia e physiologia o tractar d'estes objectos.

São externas as sensações d'uma *queimadura*, d'um *cheiro*, d'um *som*, d'uma *côr*, e d'um *sabor*.

§ 60

REQUISITOS DA SENSAÇÃO

Para haver sensação são precisas as condições seguintes: 1.º deve um corpo actuar sobre o nosso produzindo n'elle uma impressão; 2.º deve esta impressão ser transmittida ao cerebro por intermedio dos nervos; 3.º deve o cerebro actuar sobre a alma; 4.º deve a alma reagir sobre o objecto por via do cerebro.

A experiencia confirma a verdade d'esta doctrina, em parte mysteriosa e inexplicavel.

§ 61

INFLUENCIA DAS SENSAÇÕES NA INTELLIGENCIA

Quando por occasião das sensações a alma desenvolve as faculdades intellectuaes fórma a respeito do objecto d'aquellas—*percepções*, *idêas*, *juizos* e *raciocinios*, isto é, toma conhecimento dos objectos das sensações e das suas relações, que póde conservar ou esquecer, reproduzir ou phantasiar segundo as leis privativas da intelligencia.

§ 62

SENTIMENTOS

Sentimentos são modificações agradaveis ou desagradaveis, produzidas n'alma por uma idêa ou por um modo de sêr da mesma alma.

Alguns philosophos dividem os sentimentos em *intellectuaes*, *estheticos*, *moraes* e *religiosos* segundo a idêa pela qual são dispertados. A idêa de *verdade* produz os intellectuaes; a de *belleza* os estheticos; a de *bem* os moraes; a de *bondade de Deus* os religiosos.

§ 63

OS SENTIMENTOS DIFFEREM DAS SENSAÇÕES E IDEIAS: SUA ORIGEM, E CAUSA

Os sentimentos, que são differentes da sensação pela natureza da causa, que os produz, são tambem differentes das percepções e idêas, porque os sentimentos são effeito e as idêas são a causa.

A origem dos sentimentos está no *amor de si*, que, con-

sistindo na estima propria, vigia pelo nosso bem estar, pela nossa perfeição, pela nossa felicidade.

A causa dos sentimentos são as idêas dos bens ou dos males, verdadeiros ou falsos, que possam concorrer para a nossa perfeição, ou que nol-a possam prejudicar.

Ora nós somos constituidos de maneira, que não só a acção effectiva dos objectos sobre nossos orgãos produz sensações agradaveis ou desagradaveis; mas até as idêas d'esses mesmos objectos, julgados favoraveis ou desfavoraveis ás nossas perfeições, modificam o *amor de cada um*, e produzem em nós emoções analogas ás dos proprios objectos.

§ 64

FIM DOS SENTIMENTOS: SEUS ELEMENTOS

O resultado natural dos sentimentos é procurar o objecto, que julgamos bom, e fugir d'aquelle, que julgamos máo.

Vê-se pois, que a raiz dos varios sentimentos é o *amor de si*, e cada um d'elles tem tres elementos — um *intellectual*, que é a idêa do bem e do mal; outro *sensitivo*, que é a modificação agradavel ou desagradavel; e um terceiro *reactivo*, que é a resolução espontanea ou reflectida, que nos approxima ou affasta dos objectos do sentimento. Na contextura d'estes elementos ha, para assim dizer, uma successão de causas e effeitos.

A natureza deu-nos os sentimentos, como estimulos da nossa conservação e aperfeiçoamento, e dos nossos similhantes; d'onde deve resultar a felicidade, que é o objecto de nossas aspirações.

Os sentimentos, em relação ao fim a que se destinam, dividem-se em *appetites*, *desejos*, *affectos*, e *sentimentos teleologicos*.

§ 65

Appetites e sua divisão

Appetites são os sentimentos da nossa natureza animal, que, provocados por uma sensação mais ou menos dolorosa e pela necessidade do objecto, que a extinga, nos levam a procurar esse mesmo objecto.

Os appetites dividem-se em *periodicos* e *accidentaes*, *naturaes* e *facticios*.

Os *naturaes*, a que o auctor da natureza ligou a conservação do animal e a reproducção da especie são os da *fome*, da *sede*, do *repouso* após o trabalho, etc.

Os *facticios* são os que resultam dos habitos contrahidos, taes são os provenientes do uso do rapé, do tabaco de fumo, etc. Estes appetites variam não só d'individuo para individuo, mas ainda no mesmo individuo d'uma epocha para outra.

A lembrança ou a imaginação d'uma sensação desagradavel, sendo ás vezes acompanhada d'uma pena real, póde tambem dar lugar ao appetite. Isto mesmo acontece, quando a pena acompanha a lembrança ou a imaginação d'uma sensação agradavel, de que não gozamos.

§ 66

Desejos e sua divisão

Desejo é o sentimento mais ou menos penoso, produzido pela falta d'algum bem, real ou imaginario, para o qual naturalmente tendemos.

A falta do bem dá-se de dois modos: ou pela ausencia d'elle, ou pela presença d'algum mal. D'aqui resulta dividir-se este sentimento em desejo propriamente dicto, e *aversão*.

§ 67

Especies de desejos

Tanto o desejo, como a aversão tomam varios nomes segundo os juizos, que os acompanham.

Com o desejo tendemos para o objecto, que nos falta. Porém se a respeito d'este objecto julgamos possivel a sua posse, o desejo toma o nome de *esperança;* é *receio* quando o juizo nos deixa na duvida de conseguir o objecto desejado; é *saudade*, quando sentimos a falta de objecto, que julgamos digno da nossa estima, etc.

§ 68

Especies de aversão

Com a aversão procuramos affastar-nos do mal. Chama-se *temor*, quando julgamos não poder evitar o mal, que nos ameaça; *terror*, quando julgamos, que nos está imminente um grande mal, etc.

§ 69

Desejos elementares

Tanto o desejo propriamente dito, como a aversão, postos ao serviço do nosso aperfeiçoamento, formam desejos, que, em relação ás principaes necessidades do espirito, os philosophos chamam elementares, e que pela maior parte costumam reduzir a cinco; taes são:

1.º O desejo de conhecimentos ou o principio de *curiosidade*.
2.º O desejo d'associação ou principio de *sociabilidade*.
3.º O desejo d'estima ou principio de *honra*.
4.º O desejo do poder, ou principio d'*ambição*.
5.º O desejo de superioridade ou principio *d'emulação*.

§ 70

Affectos e sua divisão

Affectos são os sentimentos produzidos em nós pelo apreço em que temos os objectos.

Dividem-se em *reaes* e *pessoaes*, segundo provém de cousas ou de pessoas.

§ 71

Pessoaes e sua divisão

Os pessoaes tomam o nome de *affeições*, que são os sentimentos d'agrado ou desagrado, produzidos pela estimação em que temos as pessoas e que nos inclinam a lhes querer bem ou mal.

As affeições dividem-se em *benevolas* que em geral tem o nome de *amor;* e em *malevolas* o nome de *odio.*

§ 72

Amor e suas especies

Amor é o sentimento agradavel pelo bem, e penoso pelo mal da pessoa, que estimamos.

Varias são as suas especies, segundo a natureza das pessoas: taes como amor *paternal*, *filial*, *amisade*, *compaixão*, *gratidão*, *patriotismo*, *humanidade*, etc.

§ 73

Odio e suas especies

Odio é o sentimento penoso pelo bem, e agradavel pelo mal da pessoa, que detestamos.

A este sentimento malevolo dão varios nomes segundo

a sua intensidade. Assim o odio concentrado é *rancor;* pelo mal feito a terceiro é *indignação;* pela vantagem, que outrem nos leva na estima de pessoa, que amamos é *ciume;* pela superioridade alheia a que aspiramos é *inveja*, etc.

§ 74

Sentimentos teleologicos

Propomo-nos chamar sentimentos *teleologicos* aos de gosto pela consecução e de desgosto pela não consecução de qualquer dos nossos fins.

Pertencem á classe dos sentimentos de gosto — o prazer que sentimos em a realisação dos appetites e desejos, e com a efficacia dos affectos: o gozo que recebemos com o conhecimento da verdade, com a practica do bem, com os encantos do bello e sublime, quer naturaes, quer artisticos; o jubilo, que nos causa a contemplação dos attributos da divindade, etc.

Pertencem porém aos sentimentos de desgosto o desprazer, que produz a perda de qualquer bem; as *privações;* a *adversidade;* a consciencia do *crime;* etc.

§ 75

DIFFERENÇA ENTRE APPETITES, DESEJOS, AFFECTOS E SENTIMENTOS TELEOLOGICOS

Os appetites differem dos desejos; porque aquelles tem por fim satisfazer as necessidades da vida animal, e estes as exigencias do espirito.

Ambos porém se distinguem das affeições; porque aquelles procuram o bem estar, real ou apparente, do proprio individuo, que os tem, e as affeições nutrem-se com os bens e com os males dos nossos similhantes.

Todos estes differem dos sentimentos teleologicos, que são apenas um effeito d'aquelles.

§ 76

REQUISITOS DOS SENTIMENTOS

Para haver um sentimento são precisas duas cousas: 1.º exige-se a impressão immediata d'uma idêa sobre o espirito; 2.º deve o espirito elevar-se por meio d'essa idêa a alguma lei ou do mundo physico ou do mundo moral.

§ 77

DIFFERENÇA ENTRE IMPRESSÃO, SENSAÇÃO, PERCEPÇÃO E SENTIMENTO

Cumpre advertir: 1.º que a impressão do objecto sobre o orgão é differente da sensação produzida por essa impressão. Até póde existir uma sem outra, como se observa 'num homem, que está sonhando ou 'naquelle que está distrahido, que não sente, que o tocam; 2.º que a sensação é differente da percepção; pois que esta é effeito da intelligencia, e aquella é producto da sensibilidade. Póde crescer a percepção diminuindo a sensação, e vice-versa.

Exemplifiquemos toda esta doutrina. Quando, estando frio, nos aquecemos ao sol, experimentâmos: 1.º *impressão* produzida pelos raios do sol sobre o nosso corpo; 2.º *sensação* de prazer, produzida por este contacto; 3.º *percepção* do volume, fórma, côr, calor do sol; 4.º *sentimento* de admiração e gratidão ao contemplar o infinito podêr e bondade do Ente invisivel, que creou aquelle astro bemfazejo.

2.º

INTELLIGENCIA

§ 78

FACULDADES INTELLECTUAES

Intelligencia é o complexo de faculdades intellectuaes. Chamam-se assim aquellas faculdades por via das quaes a alma adquire o conhecimento das cousas do mundo exterior e interior.

Ao acto de conhecer chamam alguns *percepção*, que dividem em *interna* ou de consciencia, *externa* ou de sentidos, e *racional* ou de razão. Pela primeira o espirito conhece-se a si mesmo e aos seus diversos modos de ser: pela segunda conhece o mundo material: pela terceira conhece o mundo puramente intelligivel.

§ 79

SÃO ELEMENTARES OU SECUNDARIAS

D'estas faculdades umas são *elementares* e outras *secundarias*. Chamaremos elementares aquellas, cujos productos não podem ser explicados por outras faculdades; secundarias aquellas, que estiverem no caso contrario.

São pois em nosso pensar elementares intellectuaes, as faculdades de formar *idêas*, de *julgar*, de *raciocinar*, de *reter conhecimentos*, e de *phantasiar*.

§ 80

Idêa

Idêa é o conhecimento d'um só objecto, que não com-

parâmos com outro, ou a simples representação mental d'um objecto. Assim o conhecimento, que temos d'um *homem*, d'um *leão*, d'uma *rosa*, não comparando estes obfectos com outros, são *idêas*.

A idêa, quando o seu objecto é material, póde chamar-se *percepção*, sendo a noção d'esta palavra muito differente da do § 78.

§ 81

Juizo

Juizo é o conhecimento da relação, que ha entre duas idêas, resultante da comparação d'uma com outra.

Quatro cousas se requerem para que a nossa alma possa formar um juizo: 1.ª que a alma tenha conhecimento das duas idêas, cuja relação quer saber; 2.ª que as duas idêas se comparem uma com outra; 3.ª que a conveniencia, ou repugnancia d'essas duas idêas, se possa conhecer immediatamente, isto é, sem intervenção d'uma idêa média; 4.ª que essa conveniencia, ou repugnancia, se affirme ou negue, mentalmente, que é o que constitue o acto do juizo. *O estio é quente; o inverno não é aprazivel.*

No segundo requisito vae consignada a idêa de *comparação*, que vem a ser a operação intellectual em virtude da qual a intelligencia se fixa sobre dois objectos para conhecer a sua relação.

Tres são os elementos, que entram na formação d'um juizo — duas idêas, e o conhecimento da relação, que ha entre ellas. Se houvesse mais, que duas idêas, haveria mais, que uma relação, mais que um juizo; se houvesse menos, que duas idêas, não haveria relação, não haveria juizo.

§ 82

Divisão do juizo

Os juizos, fundamentalmente, dividem-se em *primitivos* e *comparativos*, e conforme os seus *caracteres* podem ser,

empiricos ou *racionaes: apodicticos* ou *demonstrativos; certos*, *provaveis* ou *hypotheticos; verdadeiros* ou *falsos; necessarios* ou *livres; theoricos* ou *practicos.*

§ 83

Primitivos e comparativos

Juizos *primitivos* são aquelles, que fazemos espontaneamente ácêrca de um objecto considerado em si e sem referencia a outro: *eu existo.*

Juizos *comparativos* são juizos feitos ulteriormente e fundados na comparação de um dos seus elementos com outro ou outros objectos: *Deus é bom.*

§ 84

Empiricos e racionaes

Juizos *empiricos* são aquelles cujos elementos são objectos conhecidos pela observação ou pela experiencia e fundados sobre estes dados: *o corpo é pesado.*

Juizos *racionaes* são aquelles, que são productos da razão: *todo o phenomeno tem sua causa.*

§ 85

Apodicticos, demonstrativos, certos, provaveis, hypotheticos

Juizos *apoditicos* são os de evidencia immediata: *o todo é maior, que a parte: demonstrativos* são os que só se tornam evidentes por meio da demonstração: *a alma é incorporea.*

Certos são aquelles, que excluem todo o receio e perigo d'errar: *dois e dois são quatro: provaveis* são os que se fundam em razões graves, mas que não tiram todo o receio d'errar: *systema copernicano é verdadeiro: hypothe-*

ticos, são os que se fundam em meras hypotheses: *existem habitantes nos pólos*.

§ 86

Verdadeiros e falsos

Quando os objectos dos nossos juizos são na realidade como nós os julgamos, dizem-se *verdadeiros* esses juizos: *a alma humana é immortal*. No caso contrario são falsos: *devemos aborrecer os nossos inimigos*.

§ 87

Necessarios e livres

Ha juizos, que o espirito necessariamente fórma, sendo levado a isso por um modo irresistivel. Ha outros pelo contrario, que póde formar ou deixar de formar. Os primeiros chamam-se *necessarios*: os segundos chamam-se *livres*.

Não tem razão os que negam a existencia dos juizos livres, porque negal-os equivaleria a negar a imputação, o que é uma immoralidade.

§ 88

Theoricos e practicos

Os juizos são *theoricos* ou *practicos* conforme é theorica ou practica a verdade que elles involvem. É theorico o seguinte: *Deus é justo*. É practico o seguinte: *devemos fa'lar verdade*.

§ 89

Raciocinio

Raciocinio é o conhecimento da relação, que ha entre duas idêas, resultante do conhecimento da relação, que cada uma d'ellas tem com uma terceira.

Esta terceira idêa, tanto pelo seu prestimo, como pela sua extensão e comprehensão, chama-se *média.*

Pelo seu prestimo, porque ella nos serve de meio, para conhecermos a relação, que ha entre as outras duas.

Pela sua entensão, porque, não sendo tão extensa como uma das duas idêas, nem tão pouco extensa como a outra, tem uma extensão média. O mesmo pela comprehensão.

Todo o *homem* é *mortal;*
Pedro é homem:
Logo *Pedro é mortal.*

Alguns definem raciocinio, o acto intellectual, com que inferimos um juizo d'outro. Divide-se em *deductivo* e *inductivo;* em *directo* e *indirecto.*

§ 90

Elementos do raciocinio

Os elementos, que entram na formação do raciocinio, são seis.

Tres constituem a sua *materia remota,* — são as tres idêas; tres constituem a sua *materia proxima,* — são os tres juizos. Esta doutrina deprehende-se da mesma definição do raciocinio.

Os dois primeiros formam os *principios* ou *premissas*: o terceiro fórma a *conclusão.*

Principios são juizos d'onde se induz ou deduz outro juizo.

Conclusão é o juizo induzido ou deduzido dos principios.

§ 91

Processo para achar a idêa media

Acharemos a idêa media, procedendo assim:

Decomporemos, d'entre as duas, a idêa do sugeito (*Pedro*, no exemplo anterior) nos seus elementos; e veremos com qual d'esses elementos concorda ou repugna a outra idêa, a idêa do predicado (*mortal*, no mesmo exemplo).

O elemento, a que convier, ou com que repugnar a idêa do predicado, será *idêa média de identidade*, ou *idêa média de distincção*.

Exige-se porém, que a *extensão* d'esta idêa seja média entre o sugeito e o predicado.

§ 92

Raciocinio por deducção; por inducção

O espirito raciocina por *deducção*, quando procede do geral para o particular, isto é quando passa de juizos mais geraes a outros que o são menos. Sirva d'exemplo o raciocinio do § 89.

Raciocina por *inducção* no caso contrario, isto é quando sóbe do particular ao geral. Se eu vejo, que o *Portuguez é branco*, que o *Hespanhol é branco*, que o *Francez é branco*, etc., concluo, que todos os *Europeus são brancos*.

Com a deducção podemos tirar d'um só juizo muitos juizos.

Com a inducção tirâmos de muitos juizos um só juizo.

§ 93

Raciocinio directo e indirecto

Segundo o modo, por que a nossa alma procede na deducção da verdade, que pretende provar, o raciocinio póde ser *directo* ou *indirecto*.

É *directo*, quando, dos principios postos, tirâmos immediata e directamente em conclusão a mesma verdade, que pretendemos provar. Ex.:

Toda a sciencia é util;
Mas a chimica é uma sciencia:
Logo a chimica é util.

É *indirecto*, quando, dos principios postos, tirâmos immediata e directamente em conclusão não a verdade, que pretendemos provar; mas sim uma conclusão, que nos leva ao conhecimento d'essa verdade. Ex.:

Se a alma fôsse mortal,
Sería Deus injusto;
Mas isto é um absurdo:
Logo a alma é immortal.

§ 94

Divisão do raciocinio indirecto

O *raciocinio indirecto*, póde sel-o por um de tres modos, — ou por *absurdo*, ou por *hypothese*, ou por *enumeração* e *exclusão de partes*.

§ 95

Por absurdo

Por absurdo, quando, suppondo nós um juizo, como verdadeiro, e seguindo-se d'elle um absurdo, concluimos ser verdadeiro o juizo opposto ao que suppozemos.

Argumenta-se aqui da falsidade da consequencia para a falsidade do principio, e d'ahi para a verdade do princípio opposto. Funda-se portanto em dois principios: 1.º a conclusão sendo bem deduzida, tem tanta força, quanta os principios; 2.º de dois juizos oppostos, em *materia necessaria*, só um póde ser verdadeiro.

§ 96

Por hypothese

Por hypothese, quando, suppondo nós um juizo verdadeiro, e achando, que d'elle se segue tudo quanto se deve seguir, na hypothese de o ser, concluimos, que effectivamente o é. Ex.:

Se existe Deus, *tudo no mundo deve estar bem ordenado:*
Mas no mundo tudo está bem ordenado:
Logo existe Deus.

Argumenta-se aqui da verdade da consequencia para a verdade do princípio: e funda-se na ligação, que deve sempre haver entre a condição e o condicionado.

§ 97

Por exclusão de partes

Por enumeração e exclusão de partes, quando, feita uma exacta enumeração de partes, nós, excluindo todas, menos uma, concluimos, que a última, que resta, é a verdadeira. Ex.:

As estações do anno são quatro,—*primavera*, *estio*, *outono* e *inverno ;*
Mas agora *nem é primavera*, *nem outono*, *nem inverno :*
Logo é estio:

A condição necessaria, para este raciocinio ser verdadeiro, é que, a enumeração seja exacta, e a exclusão manifesta.

§ 98

Demonstração

O raciocinio ou serie de raciocinios, cujos principios são juizos claros e certos, e estreitamente ligados com a conclusão, chama-se *demonstração.*

Esta, assim como o raciocinio em geral, dizem-se a *priori*, e a *posteriori*.

Demonstra-se a *priori*, quando se argumenta da natureza d'uma cousa para os seus attributos, ou d'uma causa para os seus effeitos. Ex.:

Deus é *infinito:*
Logo é omnipotente.
O anno vae *muito tempestuoso:*
Logo ha de haver muita pobreza.

Demonstra-se a *posteriori*, quando se argumenta dos attributos d'uma cousa para a sua natureza; ou dos effeitos para a causa. Ex.:

O homem não é *infinitamente sabio:*
Logo é contingente.

—

Existe *o mundo:*
Logo existe Deus.

§ 99

Memoria

Memoria é a faculdade de reter os conhecimentos adquiridos.

Para esta faculdade ser perfeita requerem-se tres condições: *facilidade* em decorar; *capacidade* e *tenacidade* em reter; e *promptidão* e *fidelidade* em reproduzir.

Além de uma capacidade, ha 'nesta faculdade duas forças e dois actos: o de decorar ou entregar á memoria os conhecimentos adquiridos; e o de reproduzir posteriormente aquelles conhecimentos por meio da *lembrança*, da *recordação* ou da *reminiscencia*. Este segundo acto póde ser *espontaneo* ou *voluntario* conforme as idêas se offerecem e vem por si mesmo, ou nós as revocâmos.

§ 100

TENTATIVAS PARA EXPLICAR A MEMORIA

Varios philosophos tem querido explicar o modo porque a nossa alma retêm os conhecimentos adquiridos e se recorda d'elles.

Tem sido vãos os esforços d'estes philosophos satisfazendo tanto a theoria de Descartes, Mallebranche e Bossuet, como modernamente a de Geruzez.

Nós diremos que o facto psychologico da lembrança é tão inexplicavel, como muitos outros: é um segredo do Creador.

O que é fóra de toda a duvida é que a memoria depende muito do *estado do corpo*, como bem o provam a edade e certas doenças.

Tambem são condições indispensaveis para o desenvolvimento e perfeição da memoria a *attenção*, o *exercicio* e a *disposição natural*.

Os processos, que os antigos empregavam para aperfeiçoamento da memoria constituiam o que elles chamavam *memoria artificial*, e nós chamamos hoje *mnemotechnia*.

§ 101

VARIEDADES DA MEMORIA

A memoria não é egual em todos os homens, e até com o decorrer dos annos varia no mesmo homem. Estas variedades effectuam-se tanto com relação ao objecto da lembrança, como ao modo porque a alma se lembra. Considerada no primeiro sentido temos d'um lado a memoria *physica* e a memoria *das palavras*, do outro lado a memoria *metaphysica*, e a memoria das idêas e das cousas. Considerada no segundo sentido a memoria póde ser *prompta* ou *facil*, *presente* e *tenaz* ou *fiel*. Raro se encontram juntas no mesmo individuo estas tres qualidades.

§ 102

Phantasia

Phantasia é a faculdade, em virtude da qual a nossa alma cria objectos, que não têm uma existencia real na natureza. Representar as virtudes debaixo de fórma humana; augmentar e diminuir ficticiamente os corpos realmente existentes, é pôr em exercicio esta faculdade da nossa alma, maravilhosa e de tão alta importancia para os trabalhos do espirito.

A esta faculdade tambem chamaremos *imaginação productiva*, ou *creadora*.

A imaginação *reproductiva*, esse podêr, que a alma tem de representar os corpos ausentes nas suas imagens, como se presentes fôssem, é uma faculdade secundaria, cujos productos podêmos explicar pela memoria.

§ 103

Com estas cinco faculdades intellectuaes do espirito se podem explicar todos os actos da intelligencia humana, sem ser mister recorrer a outras faculdades, taes como, na opinião d'alguem, as faculdades de *abstrahir*, *compor*, a *imaginação reproductiva*, *associar*, *generalisar*.

Quando muito, chamariamos a estas faculdades, *faculdades secundarias*.

3.º

ACTIVIDADE

§ 104

ACTIVIDADE E SUAS FACULDADES

Actividade é o complexo das faculdades, que a alma tem, para se determinar a obrar ou deixar de obrar.

Estas em nossa opinião são tres — *espontaneidade*, *vontade* e *liberdade*.

§ 105

Espontaneidade ou actividade espontanea

Espontaneidade é a faculdade, pela qual a nossa alma se determina a practicar ou omittir uma acção, sem ter préviamente pensado nos motivos d'essa práctica ou omissão. N'este caso a actividade é espontanea, ou seja por *instincto* ou seja por *habito*. D'ahi vem tambem dividir-se a espontaneidade em *instinctiva* e *habitual*.

§ 106

Vontade ou actividade voluntaria

Vontade é o podêr da nossa alma, pela qual ella se resolve a obrar ou deixar de obrar, havendo calculado antes os motivos, que teve para isso. N'este caso a actividade é *voluntaria*.

Os motivos, que determinam a vontade humana são as *intimações da razão*, e as instigações da sensibilidade. A vontade ora cede a estas, ora se determina por aquellas.

Entre os actos sensitivos, que influem na actividade volitiva, avultam os desejos. Os desejos ora acompanham, ora precedem a vontade; mas não se confundem com ella. Nós muitas vezes desejâmos o que não queremos; e queremos o que não desejâmos.

§ 107

CARACTERES DA VONTADE

Tres são os caracteres mais salientes da vontade: *unidade*, *indefinidade*, e *egualdade*.

1.º A vontade é uma e n'isto bem se distingue da sen-

sibilidade e da intelligencia: os productos da vontade são só volições, da sensibilidade são sentimentos e sensações, e da intelligencia são idêas, juizos, etc.

2.º A vontade é illimitada e por isso se costuma dizer —a vontade do homem é desejosa do infinito.

3.º A vontade é egual porque entre o *querer* e *não querer* não ha meio termo.

§ 108

Liberdade

Liberdade é uma actividade intelligente, que em si mesma encerra o principio de suas determinações, sem necessidade intrinseca ou extrinseca, que a force a obrar.

D'onde se infere, que para haver liberdade na alma requerem-se tres cousas: 1.ª *actividade*, isto é, que a alma tenha a virtude de se *impulsionar* a si mesma; 2.ª *intelligencia*, isto é, que essa actividade conheça não só a si mesma, mas tambem os motivos, que tem para obrar ou deixar de obrar; 3.ª *exempção* de coacção, tanto interna como externa.

§ 109

ACTOS VOLUNTARIOS, ACTOS LIVRES

Depois se deduz qual a differença entre *actos voluntarios* e *actos livres*.

Os primeiros não deixam de ser taes por serem motivados pela coacção physica ou moral— *coacta volŭntas semper est voluntas.*

Os segundos deixam de o ser, quando determinados por alguma coacção.

SECÇÃO II

IDEOLOGIA

§ 110

O QUE SEJA IDEOLOGIA

Ideologia é a parte da anthropologia espiritual, que se occupa da origem, causa ou formação e divisão das idêas.

§ 111

ORIGEM E CAUSA DAS IDÊAS

A *origem* das idêas encontra-se na acção dos sentidos mediata ou immediatamente; e a *causa*, na actividade intellectual.

Se faltar algum d'estes elementos não ha idêa. Por isso rejeitâmos as idêas innatas, que, se existissem, seriam uma excepção a esta regra. O que é innato é a actividade intellectual, é o podêr de formar idêas.

§ 112

ORIGEM DIRECTA E INDIRECTA DAS IDÊAS

Os sentidos, tanto internos como externos, podem de dois modos differentes ser origem das nossas idêas.

São *origem directa*, quando attestam phenomenos, que a nossa intelligencia conhece immediatamente: como na idêa d'um *desejo*, d'uma *dor*, da *lua*, do *sol*, etc.

São *origem indirecta*, quando nosso espirito, reflectindo sobre o testemunho dos sentidos, fórma idêas de objectos, que não têm impressionado nenhum d'elles: como na idêa de *Deus*, de *justiça*, etc.

§ 113

SE IDÊA E PERCEPÇÃO SÃO SYNONIMOS

Os philosophos acham differença entre idêa e percepção. Nós assim o cremos; mas com diverso fundamento.

A *percepção* sómente se póde referir aos objectos sensiveis, e por isso apenas designa a idêa immediatamente adquirida pelo uso dos sentidos, já internos, já externos. A percepção não comprehende as noções ou idêas, que são meramente filhas da reflexão, embora tenham objectos reaes.

D'aqui deduz-se que *toda a percepção é idêa*, mas *nem toda a idêa* é percepção. Assim diremos indifferentemente percepção ou idêa do *sol*, mas não percepção de *Deus*.

§ 114

COMPREHENSÃO E EXTENSÃO DAS IDÊAS

Para concebermos bem o valor d'uma idêa, devemos conhecer primeiro, qual é a sua *comprehensão*, e qual a sua *extensão*.

Por comprehensão, ou *quantidade intensiva* d'uma idêa, entende-se a totalidade dos elementos, notas ou caracteres, de que é constituida. Por extensão, ou *quantidade extensiva*, extende-se a totalidade dos individuos ou cousas, que ella póde representar.

A comprehensão da idêa *corpo* é constituida por estes elementos,—*pêso*, *figura*, *côr*, etc.; por todas as propriedades e accidentes do corpo. A extensão da idêa *corpo* é avaliada pelo numero de objectos, a quem podem competir aquellas propriedades e accidentes.

A comprehensão d'uma idêa está sempre na razão inversa da sua extensão. Não ha idêa de mais comprehensão, do que a *idêa de Deus;* nem ha idêa mais extensa, do que a *idêa de cousa.*

§ 115

ASPECTOS, SOB QUE PODEM CONSIDERAR-SE AS IDÊAS

As idêas tomam nomes differentes, conforme se consideram: 1.º em relação á sua origem; 2.º em relação a si mesmas; 3.º em relação d'umas com as outras; 4.º em relação ao seu sugeito; 5.º em relação ao seu objecto.

§ 116

Em quanto á origem

Em relação á origem, as idêas são *directas* ou *adventicias*, *reflexas* ou *facticias*.

§ 117

Directas e reflexas, ou adventicias e facticias

Idêa directa é o conhecimento d'um só objecto, adquirido *immediatamente* pelo uso dos sentidos. Tal é o conhecimento d'uma *arvore*, do *sol*, etc.

Idêa reflexa é o conhecimento d'um objecto, adquirido *mediatamente* pelo uso dos sentidos; quer dizer, filho da reflexão ou meditação da alma. Tal é o conhecimento de *Deus*, da *justiça*, etc.

§ 118

Modos, por que se formam as idêas reflexas

A reflexão, por meio da qual a alma fórma as idêas reflexas, exerce-se de muitos modos, dos quaes os principaes são —*proporção*, *similhança*, *associação* e *abstracção*.

Por proporção fórma a idêa d'um *gigante;* por similhança fórma a idêa de *muitas luas;* por associação fórma a idêa d'um *monte d'ouro;* por abstracção fórma a idêa *de extensão.*

Idêas facticias ha, que não são formadas por nenhum d'estes quatro modos, são *concepções* ou *conceitos* do espirito.

§ 119

Em quanto a si mesmas

Consideradas em si mesmas, as idêas são *simples* ou *compostas*, *complexas* ou *incomplexas*, pelo que toca á sua comprehensão; *singulares*, *particulares*, *universaes* e *geraes*, pelo que toca á sua extensão.

§ 120

Simples e compostas

Idêa simples diz-se aquella, que não tem senão um elemento.

Idêa composta diz-se aquella, em cuja *formação* entram dois ou mais elementos.

São simples as idêas de *côr*, *cheiro*, *ser*, etc. São compostas as idêas de *arvore*, de *homem*, etc.

§ 121

Complexas e incomplexas

Tanto a idêa simples, como a composta, póde ser *complexa* ou *incomplexa.*

Idêa complexa é a que se acha explicada ou restringida por outra: *Deus omnipotente.* Idêa incomplexa é a que não vem explicada ou restringida: *Deus.*

§ 122

Idêas associadas

Por occasião das idêas compostas fallaremos das *idêas associadas*, que podemos comprehender nas relativas.

Idêas associadas são idêas, que, existindo na memoria, desde que apparece uma, as outras, como que espontaneamente, tambem apparecem. Este producto intellectual resulta da faculdade secundaria,— *associação* das idêas.

Quatro podem ser as causas efficientes da associação das idêas: *raciocinio*, *sentidos*, *educação* e *livre phantasia.*

§ 123

ASSOCIAÇÃO DAS IDÊAS

Por associação das idêas intende-se o poder intellectual por força do qual certas idêas se ligam entre si. Esta faculdade ou se exerce espontaneamente ou é dirigida pela vontade. São *naturaes* e *espontaneas* as que provém dos varios acontecimentos da vida; são *voluntarias* e *artificiaes* as que se effectuam em certo curso d'estudos, em um methodo mnemonico, etc.

Quando a associação se funda em relações racionaes, diz-se *logica;* não sendo assim diz-se accidental. Tambem as ha *mixtas*, quando as idêas se aggregam parte logicamente, parte por mero accidente.

§ 124

FUNDAMENTOS DA ASSOCIAÇÃO

A associação póde ter varios fundamentos:

1.º Funda-se nas *relações* das *cousas:* ou sejam de *similhança*, ou *d'antagonismo*, ou de *tempo*, ou de *logar*, ou dos *principios* com as *consequencias*, ou de *meio* com o *fim*, ou da *substancia* com a *qualidade*, etc.

2.º Funda-se nas *relações das palavras.*

3.º Funda-se nas *relações metaphoricas.*

4.º Funda-se no *habito.*

Sendo tão grande a influencia, que sobre os nossos juizos exerce a associação, é mister prevenir-nos contra as que desvairem a intelligencia, e corrompam o coração.

§ 125

Elementos da idêa

Os elementos d'uma idêa podem ser:

1.º *Internos* ou *externos*, conforme exprimem propriedades *absolutas* ou *relativas*. Na idêa *portuguez*,—homem é um elemento interno; — habitante da parte meridional e occidental da peninsula hispanica é um elemento externo.

2.º *Positivos* ou *negativos*, conforme correspondem a qualidades *affirmativas* ou *negativas*. Na idêa *homem*, animal racional é um elemento positivo; e na idêa *leão*, animal irracional é um elemento negativo.

3.º *Distinctivos* ou *communs*, conforme são capazes de distinguir a idêa, a que pertencem, d'outra qualquer, ou não são capazes d'isso. O *pêso* é um elemento commum a todas as pedras. A propriedade de *attrahir* o aço é distinctivo do iman.

4.º *Essenciaes* ou *accidentaes*, conforme as propriedades, que representam. A *razão* é um elemento essencial ao homem. A *justiça* é um elemento accidental.

§ 126

Singulares, particulares, geraes, e universaes

Idêa *singular* é a que representa um objecto unico e determinado: como a idêa de *Socrates*, de *Coimbra*, etc.

Idêa *particular* é aquella, cujo objecto é um só, mas indeterminado: como—*um philosopho* morreu envenenado; *alguns philosophos* são pantheistas.

Idêa *geral* é aquella, cujo objecto se toma na maior parte da sua extensão: como a idêa *homens* nos juizos — os *homens* são egoistas; os *homens* são amantes da verdade.

Idêa *universal* é aquella, cujo objecto se toma em toda a sua extensão: como a idêa *homens* no juizo — os *homens* são mortaes.

§ 127

Generalisação das idêas

O nosso espirito procede do modo seguinte na *generalisação* das idêas. Separa d'entre muitos objectos as qualidades, que são caracteristicas de cada um, e reune a que é, ou as que são communs a todos. Segue-se, pois, que toda a idêa geral é abstracta, mas que nem toda a abstracta é geral.

A generalisação distribue os entes em *classes:* estas compõem-se de generos, estes de especies, e estas d'individuos.

§ 128

Realistas e nominalistas

Tem-se discutido, se as idêas geraes têm um valor objectivo, ou meramente subjectivo. Os philosophos, que tão só lhes concedem o valor subjectivo, são chamados *nominalistas;* os outros, *realistas*.

Os primeiros, negando a realidade dos objectos das idêas geraes, só as consideram como *nomes* para as exprimir. Eis o *nominalismo*.

Os segundos querem, que os objectos d'estas idêas existam realmente com uma realidade independente de nossas concepções. Eis o *realismo*.

§ 129

Universaes, — collectivas e distributivas

Uma idêa universal póde-o ser collectiva ou distributivamente.

É *collectiva*, se as qualidades, que representa, se podem applicar ao conjuncto, e não a cada um dos objectos, que compõem a sua extensão.

É *distributiva*, se as qualidades, que representa, se podem applicar tanto ao conjuncto, como a cada um dos objectos, que formam a sua extensão. Só 'neste sentido é completamente universal.

'Nestes dois exemplos — *os homens são racionaes; os homens são innumeraveis;* é distributiva a idêa *homens*, no primeiro; e collectiva a idêa *homens*, no segundo.

§ 130

Em relações d'umas com as outras

As idêas, consideradas do terceiro modo, são *identicas* ou *diversas*, *subordinadas*, *homogeneas* ou *heterogeneas*, *absolutas* ou *relativas*.

§ 131

Identicas

Identicas são aquellas, que, exprimidas por termos similhantes ou por termos dissimilhantes, representam as

mesmas qualidades: isto é, aquellas, cuja extensão e comprehensão são as mesmas. Taes são estas, *homem, animal racional*, etc.

As identicas ainda se subdividem em identicas propriamente dictas e *equivalentes*.

As identicas propriamente dictas são aquellas, que, exprimidas por termos diversos, apresentam ao espirito exactamente a mesma cousa, sem que uma explique mais que a outra. Taes são estas: *homem, homo, homme, man.*

As equivalentes são aquellas, das quaes uma explica mais a cousa do que a outra. Taes são estas: *homem, animal racional.*

§ 132

Diversas

Diversas são aquellas, que representam ao espirito qualidades differentes; isto é, aquellas, em que a comprehensão e a extensão não são as mesmas; como — *homem* e *animal*, etc. Podem ser *oppostas, dissimilhantes* e *subordinadas.*

§ 133

Oppostas

Idêas oppostas são aquellas, das quaes uma destroe a outra.

Estas mesmas podem ser *contradictorias*, quando, uma tão sómente destroe a outra; como — *preto, não preto: contrárias*, quando uma não só destroe a outra, mas até affirma uma cousa nova; como — *preto, branco:* ou *branco, amarello.*

§ 134

Dissimilhantes

Idêas dissimilhantes ou *disparatadas*, são aquellas, das

quaes uma nem exclue, nem inclue a outra. Taes são as idêas de *vida*, *razão*, etc.

§ 135

Subordinadas

Idêas subordinadas são aquellas, das quaes uma contém a outra na sua *extensão*. D'entre estas chama-se *superior* aquella, que contém a outra; *inferior* a que é contida. Quando muitas idêas inferiores distam egualmente da superior, chamam-se *coordenadas*.

A idêa *homem* é superior com relação ás idêas exprimidas pelas palavras, *europeus*, *asiaticos*, *africanos*, etc.; e estas são *inferiores* e tambem *coordenadas*.

Uma idêa, que é contida na extensão d'outra idêa, contém essa outra na sua comprehensão. Ex.: *animal*, *insecto*.

§ 136

Genericas, especificas e individuaes

Toda a idêa superior é *generica* ou *especifica;* a inferior é *generica*, *especifica* ou *individual*.

Generica, quando representa um *genero;* especifica, uma *especie;* individual, um *individuo*.

§ 137

Genero, especie, e individuo

Genero é a collecção de especies.

Especie é a collecção d'individuos, que têm qualidades essenciaes communs.

Individuo é um ente, que não póde ser dividido, sem deixar de ser o que é.

Quando o individuo é um ente racional, que livremente

e com consciencia se propõe fins, e emprega meios para os conseguir, chama-se *pessoa;* cujos requisitos são por consequencia — *razão, liberdade, consciencia* e *finalidade.*

§ 138

Genero proximo, medio e supremo

Proximo ou *infimo*, é o genero, que contém só especies.

Medio é o que contém generos e especies.

Supremo ou *remoto*, é o que contém todos os generos, na sua totalidade.

§ 139

Homogeneas, heterogeneas

As idêas, que distam egualmente do mesmo genero, ou da mesma especie, chama-se *homogeneas;* as que não estão 'neste caso, chamam-se *heterogeneas*. Assim, são homogeneas — *homem* e *bruto* a respeito de animal: são heterogeneas — *homem* e *quadrupede; homem* e *ave*, etc.

Duas idêas podem ser homogeneas, 'numa relação e heterogeneas 'noutra.

§ 140

Absolutas e relativas

A idêa diz-se *absoluta*, quando representa o seu objecto sem relação com outro; ex.: a idêa de *ser*.

A idêa diz-se *relativa*, quando representa o seu objecto com relação a outro qualquer; ex.: a idêa de *filho*.

§ 141

Modo, por que de ordinario se fazem as classificações

Os escriptores de historia natural reportam, as mais das vezes, os individuos ás variedades, as variedades ás especies, as especies aos generos, os generos ás ordens, e as ordens ás classes.

§ 142

Em quanto ao seu sujeito

Sujeito d'uma idêa é o espirito, que a fórma ou tem.

As idêas, consideradas em quanto ao sujeito, isto é, em quanto ao modo mais ou menos perfeito, como no espirito se retracta o seu objecto, são: *claras* ou *obscuras*, *distinctas* ou *confusas*, *completas* ou *incompletas*, e *verdadeiras*.

§ 143

Claras e obscuras

Idêa *clara* é aquella, que do seu objecto representa só o que basta para, á primeira vista, facilmente se distinguir de qualquer outro. Idêa *obscura* é a que está no caso contrário.

Assim o simples hortelão tem uma idêa clara da *laranjeira*; o carpinteiro, do *circulo*; o rustico, da *conta de sommar*, que faz materialmente. E tem idêa obscura de cada uma d'estas cousas aquelle, que as conhece, mas tão vagamente, que não póde distinguil-as facilmente entre outras.

Tambem se define idêa *clara* a que representa o seu objecto de modo tal, que o nosso espirito facilmente o comprehenda, taes são as idêas de *rosa*, *pedra*, etc.: idêa *obscura* o contrário, taes são as idêas de *espaço infinito*, etc.

§ 144

Distinctas e confusas

Idêa *distincta* é aquella, que do seu objecto representa não só a face exterior, por assim dizer, mas tambem as qualidades íntimas, essenciaes e caracteristicas. Idêa *confusa* é a que não representa essas qualidades íntimas e caracteristicas, embora represente algumas das exteriores. Assim o botanico tem idêa distincta da *laranjeira ;* o geómetra, do *circulo ;* o arithmetico, da *conta de sommar.*

Tambem se diz, que a idêa é *distincta,* quando representa o seu objecto de modo, que o não confundimos com outro ; ex. : a idêa do *sol,* da *lua,* etc. : *confusa* no caso contrário ; ex. : a idêa d'uma dada estrella, ou d'um dado planeta.

Como toda a idêa distincta é necessariamente clara, e toda a idêa confusa participa da obscura, confundem-se ás vezes estas differentes expressões. É certo porém, que, a querermos falar com propriedade, devem fazer-se as differenças, que acabâmos de notar.

§ 145

Completas e incompletas

A idêa é *completa* ou *adequada,* quando representa todas as propriedades e qualidades do objecto, sem omittir nenhuma ; *incompleta* ou *inadequada,* quando não as representa todas. Só podem ser completas as idêas, cujos objectos são productos da nossa phantasia.

As idêas tambem se podem chamar adequadas ou inadequadas com relação ao fim.

§ 146

Verdadeiras

A idêa póde ser verdadeira *subjectiva* ou *objectivamente*. A verdade subjectiva da idêa confunde-se com a sua realidade subjectiva. E assim, idêa subjectivamente verdadeira póde definir-se aquella, que consta d'elementos, que concordam entre si, sem se considerar, se existe ou não na natureza o objecto, que ella representa: como a idêa de um *leão*, d'um *mar de leite*, d'um *monte de ouro*, etc.

Não póde haver idêa subjectivamente falsa, porque o espirito não póde formar idêa nenhuma de elementos repugnantes; tal sería (se similhante idêa fôsse possivel) a de um *circulo triangular*, d'um *triangulo circular*, d'um *Deus injusto*, etc.

§ 147

Em quanto ao seu objecto

Objecto d'uma idêa é aquillo, que ella representa.

Consideradas em quanto ao seu objecto, as idêas são — *verdadeiras* ou *falsas*, *abstractas* ou *concretas*, *reaes* ou *chimericas*, *necessarias* ou *contingentes*, *physicas* ou *psychologicas*, *moraes* ou *metaphysicas*.

§ 148

Verdadeiras e falsas

Idêa *verdadeira objectivamente* (ou realmente) é a que representa ao espirito o seu objecto tal, como existe na natureza. *Objectivamente falsa* é a que não representa assim ao espirito o seu objecto. A idêa de *torre redonda* será objectivamente verdadeira, se corresponder a uma torre, que effectivamente seja redonda; será objectivamente falsa, se essa torre, que se me affigura redonda, o não fôr.

§ 149

Abstractas e concretas

Idêa *abstracta* é a que representa o seu objecto separado do sujeito, a que naturalmente deve andar unido; *concreta* é o contrário.

São abstractas as idêas de *alvura*, *doçura*, *dureza*, etc.; são concretas as idêas d'um objecto *branco* d'outro *doce*, d'outro *duro*, etc.

§ 150

Chimericas e reaes

Idêa *chimerica* é a que representa um objecto, que não tem existencia real na natureza: como a d'um *monte de ouro*.

Idêa *real* é aquella, a que corresponde um objecto, realmente existente na natureza: como a do *sol*.

§ 151

Necessarias e contingentes

Idêa *necessaria* é aquella em que o objecto concebido não póde deixar de existir: como a idêa de *Deus*, de *tempo*, etc.

Idêa *contingente* é o contrario: tal é a idêa de *Coimbra*, etc.

§ 152

Physicas e psychologicas

Idêa *physica* é aquella, cujo objecto é material: tal é a idêa de *mar*, *monte*, etc.

Idêa *psychologica* é aquella que representa objectos pertencentes ao espirito do homem: tal é a idêa de *juizo, imaginação.*

§ 153

Moraes e metaphysicas

As idêas psychologicas dizem-se *moraes*, se se referem especialmente á vontade humana; *metaphysicas*, se o seu objecto é o mundo do infinito, do necessario, ou as relações existentes entre todas as cousas.

São *moraes* as idêas de *amor*, *odio*, etc.; são *metaphysicas* as idêas de *Deus*, *causa*, etc.

§ 154

DAS IDEAS E VERDADES PRIMEIRAS

Qualquer que fôr a theoria, que seguirmos sobre a origem e classificação das idêas, devemos admittir, que ha um certo numero d'ellas, que com os juizos primeiros, inseparaveis das mesmas, formam para assim dizer a constituição intellectual do espirito humano.

A estas idêas e a estes juizos chamaremos *idêas* e *verdades primeiras;* principios e elementos necessarios, de que a intelligencia no exercicio das suas faculdades faz continua applicação.

§ 155

Idêas primeiras

Por *idêas primeiras* devem intender-se as noções fundamentaes da razão, as quaes segundo a ordem, a que pertencem são *psychologicas*, *metaphysicas*, *physicas* e *moraes.*

As da *ordem psychologica* tem por objecto a nossa propria alma, taes são as idêas de sentimento, conhecimento, vontade, memoria, etc.

As da *ordem metaphysica* não se restringem a uma ordem determinada d'entes, mas tem um caracter absoluto, taes são as idêas de *ente*, *possivel*, *substancia*, *causa*, *relação*, etc.

As da *ordem physica* são relativas aos corpos, taes como *extensão*, *materia*, *fórma*, *quantidade*, etc.

As da *ordem moral* dizem respeito ás acções moraes do homem, taes como *consciencia*, *moral*, *justiça*, *direito*, *dever*, etc.

§ 156

VERDADES PRIMEIRAS

As verdades primeiras são certos *juizos principios, d'onde se derivam outros juizos.* Estas verdades, por terem uma relação intima com as idêas, que n'ellas se encerram, tambem se dividem em *psychologicas*, *metaphysicas*, *physicas* e *moraes.*

Para exemplo das primeiras propomos as seguintes: existe realmente tudo quanto o senso intimo nos attesta: — os pensamentos de que temos consciencia residem n'um sujeito, que chamamos alma, etc.

As verdades da *ordem metaphysica* são os primeiros principios da razão, taes são as seguintes — não ha qualidade sem substancia, chamada *principio de substancialidade;* — não ha effeito sem causa, chamada *principio de causalidade;* — uma cousa é igual a si mesmo, chamada *principio d'identidade;* — uma cousa não póde ser e deixar de ser ao mesmo tempo, chamada *principio de contradicção*, etc.

São da *ordem physica* estas; — as qualidades sensiveis, que são objecto das nossas percepções, tem um sujeito, chamado *corpo;* — todo o corpo tem um logar no *espaço;* — não ha mudança nos corpos sem uma *força*, que a produza; — todos os phenomenos da natureza estão sujeitos a leis, etc.

As da *ordem moral* são aquelles principios, pelos quaes devemos regular nossas acções moraes, taes são as seguintes — ha differença essencial entre o *bem* e o *mal;* — o homem deve practicar o bem e omittir o mal, etc.

§ 157

CARACTERES DAS IDÊAS E VERDADES PRIMEIRAS

São *evidentes por si mesmas*, e d'ahi vem a razão porque são comprehendidas immediatamente tanto pelas intelligencias rasteiras como pelas mais elevadas.

São *communs a todos os espiritos*, e porisso lhe chamam tambem — *principios do senso commum.*

São o *fundamento de todos os conhecimentos que adquirimos por via do raciocinio.* Na verdade sem uma proposição por si clara e evidente, qualquer que seja a *ordem* a que pertença, nós não poderiamos raciocinar.

São finalmente *constantemente applicadas em nossos juizos e nossas acções.* Assim é que nós empregâmos naturalmente o principio de *causalidade*, o de *contradicção*, etc.

§ 158

COMO SE DIVIDEM EM QUANTO AO OBJECTO

As idêas e as verdades primeiras, consideradas com relação aos *seus objectos*, ainda se dividem em verdades *necessarias e immudaveis*, e em verdades *contingentes.*

SECÇÃO III

GRAMMATICA GERAL

§ 159

O QUE É LINGUAGEM, SEUS ELEMENTOS E DIVISÃO

Linguagem, em geral, é todo o systema de signaes aptos para exprimirmos aos outros os nossos pensamentos.

São tres os elementos principaes da linguagem, — *gestos*, *palavras* e *escripta*. D'aqui vem a sua divisão em *gesticulada*, *falada* e *escripta*.

Em quanto á sua origem, a linguagem póde dizer-se *natural* ou *convencional*, conforme é transmittida pela natureza, ou filha de convenção.

A linguagem falada ou escripta é toda convencional; a gesticulada ou *mimica*, em grande parte, é natural.

§ 160

GRAMMATICA GERAL E PARTICULAR

A linguagem propriamente dicta é synonima de *lingua*, que póde definir-se a *expressão dos pensamentos feita por meio de palavras*. Esta expressão acha-se sujeita a principios, leis ou regras, cujo complexo constitue o que se chama *grammatica*.

Com quanto os principios e regras geraes da grammatica sejam as mesmas para todos os povos e para todas as linguas, porque em todas a expressão dos pensamentos deve ser fiel; comtudo a sua applicação póde diversificar, conforme o genio particular do *idioma* ou lingua particular de cada povo, a qual, para ser perfeita, deve ter *riqueza*, *clareza* e *facilidade*.

Divide-se pois a grammatica em *geral*, quando dá principios e regras communs a todas as linguas; e *particular*, quando se limita a uma só.

São quatro as partes da grammatica particular — *etymologia*, *syntaxe*, *prosodia* e *orthographia*: nas duas primeiras consideram-se as palavras pelo lado racional, nas outras duas pelo lado material.

§ 161

LINGUAS ANALYTICAS E SYNTHETICAS

Das linguas umas são *analyticas*, se para cada idêa existe uma palavra; outras são *syntheticas* se uma só palavra serve para exprimir varias idêas.

As linguas antigas são mais syntheticas e as modernas mais analyticas, concorrendo para isto, não só os progressos dos tempos, mas a derivação e a mistura dos vocabulos. Nenhuma d'ellas é exclusivamente analytica, ou exclusivamente synthetica, porém todas junctam estes dois caracteres. O que é certo porém é que a perfeição d'uma lingua consiste na justa proporção d'ambos os systemas, juntando a concisão da phrase com a clareza da expressão.

§ 162

HYPOTHESE D'UMA LINGUA UNIVERSAL

A existencia de uma grammatica philosophica não importa comsigo a possibilidade de uma lingua universal, cuja utilidade é manifesta.

Ha varios obstaculos, que tornam inexequivel a existencia d'uma lingua universal. Os gostos, os costumes, as tradições, os climas, as nacionalidades, e as civilisações diversas oppõem-se a adopção d'esta lingua.

Quando muito poderá realisar-se para o futuro a adopção de muitas palavras communs, e a adopção de certas nomenclaturas.

§ 163

UTILIDADE DO ESTUDO DA GRAMMATICA GERAL

Por duas razões achâmos utilissimo o estudo da grammatica geral: 1.ª porque estudar a linguagem é estudar o pensamento pela relação que ha entre as palavras e as idêas; 2.ª porque nos prepara para o estudo scientifico das linguas, ensinando-nos os principios communs a todas ellas.

§ 164

DOS SIGNAES DAS NOSSAS IDEAS E DA SUA INFLUENCIA

Signal é um objecto sensivel, que nos dá conhecimento d'outro, pela relação, que tem com elle.

Se a relação do signal com a cousa significada provém da natureza, o signal chama-se *natural;* como é a do *fumo* com o *fogo*. Se a relação é arbitrária, o signal é *convencional;* como as *insignias* de muitas auctoridades, as *côres* das bandeiras, etc.

Se o signal tem uma relação intima com a cousa significada, chama-se *necessario*. Se a relação é remota, diz-se *não necessario*.

Signal pois d'uma idêa é aquelle objecto, que nos dá o conhecimento d'essa idêa.

Quando enumerámos os elementos da linguagem (§ 159) já démos a entender, que os signaes das nossas idêas podem ser — *gestos*, *palavras* e *escriptura.*

Todo o systema de signaes tem uma triplicada influencia: 1.º sobre a *formação das idêas:* 2.º sobre a sua *conservação;* 3.º sobre a sua communicação aos outros homens. Por outra, toda a linguagem humana tem estes tres usos, ou exerce estas tres influencias, tornando-se mais sensiveis na fallada ou na das palavras.

§ 165

Linguagem de acção

A *linguagem de acção* consiste em exprimir as idêas por gestos, movimento do rosto, e talvez ainda por sons inarticulados.

A linguagem dos *gestos*, desenvolvida pela arte, é a *pantomima;* a dos *sons inarticulados*, egualmente desenvolvida pela arte é a *musica vocal*, composta de *melodia* e *harmonia.*

§ 166

Gestos

Gestos são movimentos exteriores do corpo, principalmente da cabeça, braços e olhos, por meio dos quaes exprimimos aos outros os nossos pensamentos. Tal é o *derrubar* as sobrancelhas, para indicar descontentamento; o *menear* a cabeça de certo modo, para exprimir negação.

Os gestos dividem-se em *naturaes* ou *artificiaes.* Pelos primeiros, irreflectida e involuntariamente, exprimimos nossos pensamentos; pelos segundos, não.

Os gestos com quanto tenham muita força e energia, dizendo muitas vezes mais, do que um discurso inteiro, comtudo não falam, senão os olhos, e não podem ser en-

tendidos, senão por pessoas presentes. É por isso necessaria a *linguagem falada*, que podêmos chamar *linguagem da razão*, chamando á gesticulada *linguagem* da *sensibilidade.*

§ 167

Linguagem falada

A *linguagem falada* consiste na reunião de sons articulados, chamados *palavras* que, diversamente combinados, são capazes de exprimir todos os nossos pensamentos.

Sons articulados são os emittidos pelos orgãos da voz e modificados pelos da loquela; os *inarticulados* não são modificados por estes ultimos.

§ 168

A linguagem falada é mais util e mais importante do que a gesticulada. A voz presta-se a inflexões e combinações, que os gestos não podem imitar; e, se não é impossivel, é ao menos mui difficultoso exprimir por gestos todos os actos complicados da nossa intelligencia.

Demais, os gestos dirigem-se á vista, e a palavra aos ouvidos. Uma distracção em olhar faz perder o fio d'um discurso; e a falta de luz impossibilita a conversação.

§ 169

INFLUENCIA DAS PALAVRAS NA FORMAÇÃO DAS IDÊAS

É fora de duvida, que a linguagem falada influe poderosamente na formação das nossas idêas, embora na ordem chronologica as idêas precedam as palavras. Com effeito salvas poucas excepções, quando ha confusão nas palavras, ha confusão nas idêas. Se as palavras acodem rapidas e para assim dizer espontaneas ao que falla, pre-

sumimos naturalmente, que n'esse individuo ha idêas claras, ha lucidez d'intelligencia.

Demais as idêas são phenomenos psychologicos, que para adquirirem clareza e exactidão carecem de uma fórma sensivel: esta fórma é a palavra, que pela sensação do som attrahe, demora e fixa o expirito na idêa que representa.

§ 170

SOBRE A CONSERVAÇÃO E COMMUNICAÇÃO DAS IDÊAS

A conservação das nossas idêas por meio da linguagem fallada é o resultado da influencia, que esta exerce na formação d'aquellas. A palavra, considerada como expressão da idêa, com razão é chamada *termo*, porque terminando ou determinando a idêa, que exprime, torna-se menos vaga, menos movel e mais facil de fixar na memoria.

Além d'isto a linguagem fallada como que *materialisa* as idêas, dando *corpo* a cada uma por meio da palavra, que a exprime; e d'este modo liga e associa em nosso espirito a palavra com a idêa. Ésta especie d'hymneo converte-se n'um principio de duração.

A terceira influencia é reconhecida por todos. A linguagem fallada, absolutamente fallando, é a que melhor se presta para exprimirmos os nossos pensamentos.

§ 171

Varias especies de palavras

As palavras da nossa lingua reduzem-se ao *artigo*, *substantivo*, *adjectivo*, *pronome*, *participio*, *verbo*, *preposição*, *adverbio*, *conjuncção*, e *interjeição*.

As seis primeiras são variaveis, as quatro ultimas não.

D'estas dez palavras, que se dizem *partes do discurso*, sómente cinco se podem chamar essenciaes — o *substantivo*, o *adjectivo*, o *verbo*, a *conjuncção*, e a *preposição*. Os nomes substantivos servem para designar as substan-

cias; os nomes adjectivos para designar os modos ou as qualidades; os verbos, as preposições e conjuncções para designar relações.

Das outras cinco é facil prescindir, porém foram inventadas para variar as phrases e fugir da monotonia.

§ 172

Necessidade da escriptura

Sendo porém a palavra um signal limitado pelo espaço e pelo tempo, é mister outro que não desappareça, como a voz; e que possa chegar a grandes distancias.

Este signal é a *escriptura*.

§ 173

Escriptura

Escriptura é o systema de caracteres, representativos dos nossos pensamentos. Faz-nos conhecer pelo orgão da vista, o que a palavra nos faz conhecer pelo orgão do ouvido.

Estes caracteres ou são *reaes*, quando representam as cousas, ou *nominaes*, quando significam as palavras. Sendo assim, a escriptura divide-se em *ideographica* e *phonographica* ou *phonetica*. Aquella consiste no emprêgo de caracteres reaes, esta no emprêgo de caracteres nominaes.

§ 174

Escriptura ideographica

A ideographica comprehende a *pintura*, os *symbolos*, os *geroglíphicos* dos *egypcios* e os *algarismos*.

A pintura propriamente dicta, com quanto tenha, como lingua universal, a immensa vantagem de ser comprehen-

dida por aquelles mesmos, que falam linguas differentes; é todavia muito imperfeita: já, porque não póde representar todos os objectos e suas variadissimas relações, já porque demanda muito espaço, muito tempo e pericia, que nem todos têm.

Nos symbolos ha o gravissimo inconveniente de ser preciso um signal para cada objecto, e portanto a immensa difficuldade de os reter na memoria.

Na linguagem gerogliphica verifica-se o mesmo inconveniente, embora em menor grau.

Pelo que pertence aos algarismos, estes, com quanto sejam signaes muito appropriados para as sciencias exactas, não podem todavia competir com a phonetica nas sciencias moraes e sociaes, e especialmente no tracto da vida.

§ 175

Escriptura phonographica

Como na linguagem falada não só ha a considerar os *sons* de que se formam as palavras, mas os *elementos* de que os sons se compõem, nós dividiremos a escriptura phonetica em *syllabica* e *alphabetica* ou *litteral*. A primeira representa os sons ou *syllabas;* a segunda representa os elementos dos sons ou as lettras.

§ 176

Importancia da escriptura

A necessidade e vantagem da escriptura resume-se 'nisto: — a escriptura é a ampliação das palavras; é a palavra a zombar do tempo e do espaço.

§ 177

Fim, imperfeição, uso, e abuso das palavras

O fim dos vocabulos é, por meio d'elles, communicarmos uns aos outros os actos do nosso espirito.

Apesar dos esforços, empregados pelos sabios e philosophos para o aperfeiçoamento da linguagem falada, ainda esta é muito imperfeita.

E consiste esta imperfeição em as palavras não corresponderem exactamente ao seu fim; porque, sendo muitas as idêas e infinitas as suas gradações e combinações, não póde haver tantas palavras, quantas as idêas.

As palavras ou são empregadas no commercio ordinario da vida, ou nas escholas, escriptos e conversação dos eruditos. D'aqui vêm os dois usos, — *civil* e *philosophico.*

No civil devem as palavras ser empregadas com as accepções conhecidas, aliás não seremos entendidos; no philosophico podem empregar-se com outras accepções, uma vez, que anticipadamente se expliquem.

O bom emprêgo e uso das palavras cifra-se nas seguintes regras:

1.ª

Não devemos servir-nos de palavras, a que não liguemos idêas precisas; fugindo de expressões vagas, obscuras, equivocas e desusadas.

2.ª

Não devemos empregar tropos e figuras sem necessidade.

3.ª

Devemos definir as palavras, que por necessidade houvermos innovado.

4.ª

Na corrente d'um discurso nunca devemos variar a significação d'uma palavra, sem préviamente o havermos advertido.

Fazer o contrário, do que mandam estas regras, é abusar das palavras. É pois *abuso* das palavras o mau uso, que d'ellas fazemos.

§ 178

ORIGEM DA LINGUAGEM FALLADA

Os philosophos tem discutido muito a respeito da origem da linguagem fallada, e todas as suas opiniões se podem reduzir a trés.

Uns dizem que os palavras são inventadas pelos homens.

Outros dizem que as palavras foram inspiradas ou reveladas por Deus aos homens.

Ainda outros dizem, que as palavras são productos naturaes das faculdades, que se desinvolvem gradualmente.

A ultima opinião parece a mais racional, não podendo admittir-se de modo algum a segunda, e apenas com difficuldade a primeira.

Se Deus concedeu ao homem intelligencia e actividade é escusado admittir a segunda opinião.

§ 179

ELEMENTOS DA LINGUAGEM FALLADA

Para conhecer os elementos da linguagem fallada, basta saber, que as nossas faculdades intellectuaes não podem dar, em último resultado, senão, ou conhecimentos de objectos *isolados*, ou conhecimentos das *relações* entre elles, alcançados immediata ou mediatamente. Fallando pois, não temos de exprimir mais, que—ou idêas, ou juizos, ou raciocinios.

A palavra, que exprime uma idêa, diz-se *termo;* a que exprime um juizo, diz-se *proposição;* e a que exprime um raciocinio, diz-se *argumentação.*

I

PROPOSIÇÕES

§ 180

ELEMENTOS DA PROPOSIÇÃO

Proposição é a expressão verbal d'um juizo:—*Camões foi infeliz.*

Os elementos, que entram na formação d'uma proposição, são tres, *sujeito*, *verbo* e *attributo;* porque tambem são tres os elementos, que entram na formação d'um juizo.

O sujeito e attributo dizem-se *materia* da proposição; o verbo diz-se *fórma.*

§ 181

MATERIA DAS PROPOSIÇÕES

A materia das proposições póde ser *necessaria* ou *contingente.*

É necessaria, quando o attributo é da essencia do sujeito, ou lhe é repugnante:—Os portuguezes são *mortaes*: os homens não *omnipotentes.*

É contingente, quando o attributo não é da essencia do sujeito: —Os portuguezes são *valentes.*

§ 182

Sujeito

O *sujeito* é o termo, de que se affirma ou nega alguma cousa, é o objecto do juizo.

Póde ser expresso ou por um substantivo:—*Camões* foi poeta.

Ou por um pronome: — *Elle* morreu pobre.

Ou por um infinito: — O *defender* Diu foi todo o empenho de D. João de Castro.

Ou por uma proposição inteira: — *Que este empenho lhe foi mal recompensado* é verdade.

§ 183

Predicado

O *predicado* é o termo, que se affirma ou nega do sujeito. É o modo de ser do sujeito, ou aquella qualidade, que se suppõe pertencer-lhe.

Póde ser exprimido ou por um substantivo:—D. Nuno Alvares Pereira foi o *terror dos Hespanhoes*.

Ou por um pronome:—Entre nós, o primeiro titulo de condestavel foi o *seu*.

Ou por um infinito:—O batalhar por D. João I foi *salvar a patria*.

Ou por um adjectivo, ou por um participio: —A revolução de 1640 foi *pacifica* e *justificada*.

§ 184

Verbo

O *verbo*, considerado philosophicamente, é só um. É o verbo *ser*, que exprime simplesmente a relação, que ha entre o sujeito e o predicado.

Póde elle vir, ou distincto: como 'nesta oração, — D. João I *foi* o conquistador de Ceuta: ou confundido com o attributo; como 'nesta oração, — D. João I *conquistou* Ceuta.

D'aqui vem a divisão, que se costuma fazer do verbo, em *substantivo* e *adjectivo*.

Verbo adjectivo ou exprime só por si o attributo affir-

mado ou negado (*Pedro* viveu); ou precisa de palavra ou palavras, que lhe completem o sentido (D. João 1 *descobriu Ceuta*).

Nasce d'aqui a divisão do verbo adjectivo em *intransitivo* e *transitivo*.

O verbo transitivo ainda se divide em activo, se a acção é exercida pelo sujeito, *passivo* se a acção é soffrida pelo sujeito.

§ 185

COMPLEMENTOS

Todas as outras palavras, que podem entrar na proposição, sem lhe serem essenciaes, não alteram o princípio de que—são tres os elementos da proposição. Todas essas palavras são *complementares*, ou do sujeito, ou do predicado. Ex.: D. Affonso *primeiro* foi acclamado no *campo de Ourique*.

Os *complementos* podem ser modificativos, directos (regimens directos), indirectos (regimens indirectos), e circumstanciaes.

O complemento *modificativo* é o que qualifica o sujeito ou predicado, já explicando, já restringindo. Ex.: D. João *segundo* foi principe *perfeito*. — Todo o homem *virtuoso* é estimavel. O explicativo *modifica* a comprehensão; o restrictivo limita a extensão do termo, a que vem juncto.

O complemento *directo* é aquella palavra, sobre que se exerce immediatamente, isto é, sem auxilio de preposição, a acção do verbo adjectivo. Ex.: — D. João I conquistou *Ceuta*.

O complemento *indirecto* é aquella palavra, sobre que se exerce a acção do sujeito ou do predicado, ou do verbo adjectivo, mediando uma preposição;—D. Affonso V conferiu titulos a *muitos fidalgos:—de condestavel*, no § 183, é o complemento indirecto do sujeito — titulo.

O complemento *circumstancial* é aquella palavra ou palavras, que vêm junctas ao sujeito ou ao predicado, e que exprimem alguma circumstancia de *tempo*, *logar*, *modo*, *instrumento*, etc.; como 'nestas proposições:—D. Affonso

Henriques pugnou *sempre* pela independencia do reino.—D. Sebastião morreu *em Alcacer-Quibir*.—D. Diniz protegeu *efficazmente* a agricultura. — D. Sancho I atravessou *com uma lança* a Aben Jacob ao passar o Tejo.

Os complementos indirectos ainda se dividem em *restrictivos* e *terminativos*. Differençam-se dos circumstanciaes, porque estes não são essenciaes para completar a significação do verbo.

§ 186

COMPLEMENTOS DOS COMPLEMENTOS

As partes complementares do sujeito e do predicado podem egualmente carecer de complementos. Nem ainda assim constará a proposição de mais, que tres elementos. Ex.: Os descobrimentos feitos *por D. Vasco da Gama* foram um thesouro inexgotavel *de riqueza*.

Já não é o mesmo a respeito do verbo *ser*, que, independente, faz por si só um sentido completo: não carece de complementos.

§ 187

DECLINAÇÃO OU CONJUGAÇÃO DOS VERBOS

O verbo não é uma palavra invariavel, como já dissemos, antes toma variadas fórmas. Com effeito a affirmação ou negação póde ser determinada ou indeterminada, d'onde vem os *modos* do verbo: ou se refere ao presente, ao passado e ao futuro, d'onde vem os *tempos*: ou o seu sujeito é representado por um só objecto ou por mais que um, d'onde vem o *numero*: ou a acção do verbo se refere ao sujeito que affirma ou nega, ou á pessoa, a quem se dirige a affirmação ou negação, ou a pessoa ou pessoas ausentes, d'onde vem a fórma—*pessoas* do verbo.

Ao complexo d'estas modificações da fórma fundamental do verbo para exprimir todas estas relações chamam os grammaticos—*conjugação*.

§ 188

PROPRIEDADES DAS PROPOSIÇÕES

As proposições distinguem-se pelas suas propriedades; e estas podem ser *absolutas* ou *relativas*, conforme a proposição se considera em si, ou em relação com outras.

A *fórma* (relação do sujeito com o predicado, enunciada pelo verbo), a *materia* (termos), e a *quantidade* (extensão da idêa do sujeito), são propriedades absolutas.

A *opposição* (repugnancia entre duas proposições), e a *conversão* (troca dos termos), são propriedades relativas.

§ 189

ASPECTOS SOB QUE SE PODEM CONSIDERAR AS PROPOSIÇÕES

As proposições podem ser consideradas de varios modos: — em quanto á *fórma;* em quanto á *materia;* em quanto á *quantidade ;* em quanto á *opposição ;* em quanto á *conversão.*

Tambem se podem considerar em quanto á *fórma grammatical*, e *ordem logica.*

§ 190

Fórma

Em quanto á fórma, as proposições são—*affirmativas* ou *negativas.*

É affirmativa a que exprime a relação de conveniencia do predicado com o sujeito: — D. Duarte *foi* eloquente.

É negativa a que exprime a relação de desconveniencia do predicado com o sujeito : — O conde D. Henrique *não era* hungaro.

§ 191

Materia

Em quanto á materia, dividem-se as proposições em *simples* e *compostas;* e umas e outras subdividem-se em *complexas* e *incomplexas.*

§ 192

Simples

Proposição *simples* é aquella, em que, tanto o sujeito como o predicado, são simples; ou aquella, que exprime um só juizo.

O sujeito é simples, quando exprime um unico ser ou seres da mesma especie, tomados collectivamente. *João de Barros* foi historiador. Os *lusitanos* são nossos ascendentes.

O attributo é simples, quando não exprime, senão um modo de ser do sujeito. João das Regras foi *jurisconsulto.*

§ 193

Compostas

Proposição *composta* é aquella, em que ou ambos os termos, ou um só d'elles é composto; ou aquella, que exprime mais do que um juizo.

O sujeito é composto, quando exprime seres, que ou não são da mesma especie, — As *letras* e a *agricultura* foram animadas por el-rei D. Diniz; ou, sendo-o, são tomados individualmente, —*D. Affonso Henriques*, *D João I* e *D. João IV* foram os troncos das tres dynastias portuguezas.

O attributo é composto, quando exprime varios modos de ser do sujeito, — D. Fernando I foi *formoso* e *inconstante.*

§ 194

Incomplexas

Proposicão *incomplexa* é aquella, em que, tanto o sujeito como o predicado, são *incomplexos*; queremos dizer, aquella, em que nem o sujeito, nem o predicado trazem *accessorio*. O *Brasil* foi *nosso*. *D. Sebastião* e *Muley Moluco* foram *vencidos* e *mortos*.

§ 195

Complexas

Proposição *complexa* é aquella, em que ou ambos os termos, ou um só d'elles é *complexo;* queremos dizer, aquella, em que ou ambos os termos, ou um só d'elles traz *accessorio*.

O accessorio (ou accessorios) póde vir expresso, ou por um *continuado*, — D. João, *principe de boa memoria*, foi o primeiro rei da segunda dynastia portugueza; ou por uma proposição *incidente*.

Se essa proposição incidente influe na verdade d'aquella, a que vem juncta, isto é, limita a extensão do sujeito, ou attributo ou regimen é *restrictiva*. Todos os portuguezes, *que acclamaram D. Affonso Henriques no campo de Ourique*, foram valentes.

Se não influe 'naquella verdade, isto é, se tão só modifica a comprehensão é *explicativa*. D. João IV, *que era descendente de D Manuel*, foi acclamado rei.

Esta mesma doutrina tem applicação ao continuado.

§ 196

Complexas de regime

Propomo-nos chamar *proposição complexa de regime* aquella, cujo complemento, directo, ou indirecto, ou cir-

cumstancial, traz algum accessorio. D. João I conquistou Ceuta, *que ficava na Africa.*

§ 197

Na proposição composta acham-se contidas duas, ou mais, simples.

O numero d'estas é egual ao producto dos sujeitos pelos predicados.

§ 198

Subdivisão das proposições compostas

Quando as proposições simples, que formam a composta, estão claramente expressas, a composição diz-se *explicita* ou *clara;* no caso contrário, é *implicita* ou *occulta.*

São de composição explicita as *copulativas*, *disjunctivas*, *condicionaes*, *causaes*, *relativas* e *discretas.*

São de composição implicita as *exclusivas*, *exceptivas*, *comparativas*, *reduplicativas*, *inceptivas* e *desitivas.*

§ 199

Copulativas

A copulativa *exprime união de várias affirmações* ou *negações*. Póde ser de tres modos: De um só sujeito com muitos predicados: de um só predicado com muitos sujeitos: de muitos sujeitos e muitos predicados: — D. Affonso Henriques foi *guerreiro* e *piedoso: — D. Nuno Alvares Pereira* e *João das Regras* foram os campeões do Mestre d'Aviz: — *Pedro Coelho* e *Alvaro Gonçalves* foram *maús* conselheiros e *verdadeiros assassinos.*

§ 200

Disjunctivas

A disjunctiva *affirma um de vários extremos, negando implicitamente a existencia d'um meio entre elles.*
O pae de D. Affonso Henriques ou foi *francez* ou *hungaro.*

§ 201

Condicional

A condicional *affirma* ou *nega uma cousa, sob a condição* da *existencia de outra. Se* D. Affonso Henriques *jurou preito* ás côrtes de Leão, não foi rei independente.
A parte da proposição condicional, que contém a condição, chama-se *antecedente;* a outra chama-se *consequente.*

§ 202

Causaes

A causal *exprime a razão por que o predicado convem, ou não, com o sugeito.* D. Duarte I não governou por muitos annos, *porque foi victima da peste, que, em seu tempo grassou em Portugal.*
Póde ser de diversos modos, conforme se referir a differentes especies de causalidade.

§ 203

Relativas

A relativa exprime *a relação de paridade, que uma proposição tem com outra.*
Qual foi o animo de D. João II, *tal foi a sua força.*

§ 204

Discretas

A discreta é *a que, affirmando a conveniencia d'um predicado com um sujeito, nega-lhe a conveniencia d'outro*. O infante D. Fernando *foi virtuoso*, mas *não afortunado*.

A esta proposição tambem podemos chamar *adversativa*.

§ 205

Exclusivas

A exclusiva *affirma ou que o predicado não póde convir a outro sujeito, ou que ao sujeito não póde convir outro predicado*.

A primeira diz-se *de sujeito excluso*, — Por morte do cardeal rei, *só D. Catharina* tinha direito ao throno portuguez.

A segunda diz-se *de predicado excluso*, — A linha é *só longa*.

Não podem ser sujeitos d'estas últimas proposições os termos, que exprimem idêas compostas.

Se attendermos só á fórma por que estas proposições estão enunciadas, diremos, que é de *sujeito excluso* aquella, na qual o signal de exclusão vem juncto ao sujeito; de *predicado excluso* aquella, na qual o signal de exclusão vem juncto ao predicado.

§ 206

Exceptivas

A exceptiva é *aquella, cujo sujeito não é tão generico, que não admitta excepção*. Todos os reis da primeira dynastia convocaram côrtes, *excepto D. Sancho I*.

É facil de ver, que as proposições exceptivas incluem duas proposições, uma affirmativa, outra negativa; e assim facilmente se convertem em exclusivas, das quaes não differem senão na fórma.

Tambem se podem converter em discretas.

§ 207

Comparativas

A comparativa *exprime a superioridade ou inferioridade entre dois objectos differentes.* Das nossas conquistas proveio-nos *mais gloria do que riqueza.*

Uma d'estas proposições suppõe, além de si, duas outras proposições distinctas.

§ 208

Reduplicativas

A reduplicativa é a causal, *em que o predicado se affirma ou nega do sujeito, limitando-se á propriedade, exprimida pelo mesmo nome do sujeito.* O soldado, *como soldado,* não tem outra vontade, que a do seu chefe.

Estas proposições tambem se podem chamar restrictivas.

§ 209

Inceptivas

Proposição inceptiva é *a que designa o principio de alguma cousa.*

A monarchia portugueza *começou* em 1139.

§ 210

Desitivas

Proposição desitiva é *a que designa o fim de alguma cousa.*

A usurpação dos Philippes *acabou* em 1640.

§ 211

É bem de ver, que toda a proposição inceptiva involve uma desitiva e *vice versa.* Logo são ambas compostas, mas de composição occulta.

§ 212

Quantidade

Por *quantidade* das proposições, entende-se a *maior ou menor extensão do seu sujeito.* Esta extensão póde ser *definida* ou *positiva* e *indefinida* ou *negativa.* É definida, quando o sujeito é acompanhado de algum signal de quantidade; e indefinida no caso contrário.

§ 213

Quantidade definida

Como os signaes, que acompanham os sujeitos das proposições, é que caracterisam a sua quantidade, claro é, que as proposições de quantidade definida devem de ser *universaes*, *singulares* e *particulares.*

§ 214

Ha varios signaes de quantidade. *Todo*, *ninguem*, *nenhum*, são signaes de quantidade universal; *alguem algum, um*, *um certo*, são-no de quantidade particular; *este*, *aquelle*, *esse*, *isso*, são-no de singularidade.

O nome proprio da cousa ou pessoa ou qualquer propriedade caracteristica tambem singularisa o sujeito das proposições.

§ 215

Proposição universal

Proposição universal, diz-se *aquella*, *cujo sujeito é tomado em toda a sua extensão;* ou *aquella*, *cujo sujeito vindo acompanhado do signal de universalidade*, não é limitado na sua extensão. Ex. : *Todo* o portuguez é mortal.

Quando houver esta limitação, em vez de ser universal é particular.

§ 216

A universalidade das proposições póde ser *metaphysica*, *physica* e *moral*.

É metaphysica, quando não tem excepção alguma. *Todo o effeito tem uma causa.*

É physica, quando não tem excepção, em quanto existirem as leis physicas do universo. *Todos os graves tendem para um centro.*

É moral, quando a universalidade é uma pura generalidade, — *Todos* os homens são amantes da verdade (§ 126); isto é, quando 'nessa universalidade ha alguma excepção.

§ 217

Particulares

Proposição particular, diz-se *aquella*, *cujo sujeito é um*

só, mas indeterminado: ou *aquella, que vindo acompanhada do signal de particularidade*, é o seu sujeito, tomado na menor parte da sua extensão. Ex.: *Um* portuguez é valente; — *alguns homens* são geometras.

§ 218

Singulares

Proposição singular é *aquella, cujo sujeito é um só e determinado;* ou *aquella, que vem acompanhada de algum signal de singularidade.* Ex.: *Este* portuguez é valente. *Camões* foi o auctor dos Lusiadas. *O fundador da monarchia portugueza* era filho do conde D. Henrique.

§ 219

Quantidade indefinida

Esta proposição, — *Os portuguezes são mortaes*, é indefinida; porque o seu sujeito não vem affectado por signal algum da quantidade.

A proposição indefinida poderá ter a força d'universal ou particular, conforme a sua materia for ou necessaria, ou contingente.

§ 220

Differença entre o valor da indefinida em materia contingente e a definida particular

A proposição indefinida em materia contingente differe da definida particular: porque na primeira é tomado o sujeito na maior parte da sua extensão; na segunda na menor parte.

D'este modo poderemos chamar *proposição geral* aquella indefinida, pois que o seu sujeito exprime uma idêa geral.

§ 221

Opposição

A opposição das proposições consiste na *repugnancia de duas proposições, que constam do mesmo sujeito e do mesmo predicado, com egual, ou differente quantidade; mas uma affirmativa e outra negativa.*

§ 222

Subdivisão das oppostas

Ha differentes especies de opposições, segundo a qual as proposições tomam diversos nomes,—*contrárias*, *contradictorias*, e *subcontrárias*.

§ 223

Contrárias

Contrárias são *duas proposições oppostas, ambas universaes.*

'Nestas proposições, se o attributo é da essencia do sujeito, a negativa é falsa. *Todo o portuguez é mortal. Nenhum portuguez é mortal.*

Se o attributo repugna com a essencia do sujeito, a negativa é verdadeira. *Todo o círculo é quadrado. Nenhum círculo é quadrado.*

Se o attributo não é da essencia do sujeito, ambas são falsas. *Todo o lusitano era valente. Nenhum lusitano era valente.*

§ 224

Contradictorias

Contradictorias são *duas proposições oppostas, uma universal, outra particular.*

Em materia necessaria só a affirmativa é verdadeira. *Todo o portuguez é mortal. Algum portuguez não é mortal.*

Em materia contingente, a universal é falsa. *Todo o lusitano era valente. Algum lusitano não era valente.*

Quando o attributo repugna com a essencia do sujeito, a affirmativa é falsa. *Nenhum circulo é quadrado. Algum circulo é quadrado.*

§ 225

Subcontrárias

Subcontrárias *são duas proposições oppostas, ambas particulares.*

Sendo o attributo da essencia do sujeito, a negativa é sempre falsa. *Alguns portuguezes são mortaes. Alguns portuguezes não são mortaes.*

Não sendo o attributo da essencia do sujeito, podem ambas ser verdadeiras. *Alguns lusitanos foram valentes. Alguns lusitanos não foram valentes.*

Repugnando o attributo com a essencia do sujeito a affirmativa é sempre falsa. *Algum circulo é quadrado. Algum circulo não é quadrado.*

§ 226

Conversão

A conversão das proposições, consiste na *troca dos seus termos ;* isto é, quando ellas se transtornam de modo, que o seu attributo passa para sujeito, ou *vice-versa.*

A lei fundamental da conversão é esta: — a proposição convertida deve ficar com o mesmo sentido d'aquella, que queremos converter.

§ 227

Differentes especies de conversão

A conversão das proposições póde ser de dois modos, — *simples* e *accidental*.

É simples, quando, com a troca dos termos, não ha mudança, nem na qualidade, nem na quantidade. *Algum portuguez* é geometra. *Algum geometra* é portuguez.

É accidental, quando, com a troca dos termos, muda a quantidade, permanecendo a qualidade. *Todo o portuguez* é mortal. *Algum mortal* é portuguez.

A primeira especie de conversão, diz-se *perfeita;* a segunda, *imperfeita*.

§ 228

Uso da conversão

A conversão serve especialmente para se conhecer com a troca dos termos a força, o sentido e a verdade d'uma proposição, ou d'uma definição.

Não se deve pois rejeitar o seu uso, nem ter em pouca conta esta operação.

§ 229

Condições da legitima conversão

São tres as condições de legitima conversão:

1.ª A proposição convertida deve ficar com a mesma qualidade, que tinha antes de convertida; aliás haveria opposição e não conversão.

2.ª Na convertida não deve augmentar a quantidade a nenhum dos termos; quer dizer, pela conversão nenhum

termo de particular deve passar para universal; porque o universal não se contém no singular.

3.ª Na convertida póde diminuir a quantidade de algum termo; quer dizer, póde um termo da universal passar para particular; porque o particular se contém no universal. N'este caso, sendo a universal verdadeira, tambem o é a particular.

§ 230

Fórma grammatical, ordem logica das proposições

As proposições, em quanto á fórma grammatical, dividem-se em *plenas* e *ellipticas*.

A proposição é plena quando vem expresso cada um dos elementos. *D. Affonso Henriques foi rei de Portugal.*

É elliptica no caso contrário. *Vivo.* Sería plena esta proposição, se dissessemos: *Eu sou vivente.*

Em quanto á ordem logica, as proposições dividem-se em directas e inversas.

A proposição é *directa,* quando se enuncia primeiro o sujeito, depois o verbo, depois o predicado. *D. João IV foi duque de Bragança.*

É inversa no caso contrário. *Foi duque de Bragança D. João IV.*

II

ARGUMENTAÇÕES

§ 231

ARGUMENTAÇÃO E SUAS ESPECIES

Argumentação é expressão verbal do raciocinio.

§ 232

SEUS ELEMENTOS

É bem de ver, que os elementos essenciaes á argumentação devem de ser os mesmos, que os do raciocinio.

Ás tres idêas do raciocinio correspondem *tres termos*, na argumentação; aos tres juizos correspondem *tres proposições*.

§ 233

NOMENCLATURA D'ESTES ELEMENTOS

Dos tres termos, um chama-se *maior*, outro *menor*, outro *meio*.

Das proposições, uma chama-se *maior*, outra *menor*, outra *conclusão*.

§ 234

MEIOS PARA OS DIFFERENÇAR

Tomemos a argumentação *syllogismo* para anályse differencial d'estes elementos:

Todo o *homem* é *mortal;*
Pedro é homem:
Logo *Pedro é mortal.*

O termo *maior* é o predicado da conclusão. No nosso exemplo, *mortal* é o termo maior; porque, com relação á idêa, que exprime, é o que tem maior extensão.

O termo *menor* é o sujeito da conclusão. No nosso exemplo, *Pedro* é o termo menor; por ser o que tem menor extensão.

O termo *medio* é aquelle, com que se comparam os outros dois. No nosso exemplo, *homem* é o meio termo; não só porque é por meio d'elle, que conhecemos a relação, que ha entre os outros dois; mas porque a sua extensão e comprehensão é média entre elles.

A proposição, formada dos termos medio e maior, chama-se *proposição* ou *premissa maior;* a formada dos termos menor e medio, chama-se *proposição* ou *premissa menor*, a formada do menor e maior, chama-se *conclusão* ou *proposição controversa.*

A premissa *maior*, sendo como é o fundamento do raciocinio, contém a conclusão. A *menor* mostra, que a conclusão se contém na maior.

§ 235

ESPECIES DE ARGUMENTAÇÕES

Ha oito especies de argumentações, que são — *syllogismo*, *prosyllogismo*, *sorites*, *epichirema*, *enthymema*, *dilemma*, *inducção*, e *exemplo.*

As seis ultimas são fórmas d'argumentar, que facilmente se reduzem á fórma syllogistica.

§ 236

Syllogismo e prosyllogismo

Syllogismo é a argumentação, em que se exprime a relação, que ha entre dois termos, conhecida primeiramente a relação do *medio* com o *maior* (com o predicado), e depois a relação do *menor* (do sugeito) com o medio. Ex.:

Quem arrisca a vida pela patria é digno de admiração;
Scevola arriscou a vida para salvar Roma:
Logo Scevola é digno de admiração.

Este é o syllogismo *simples.* O syllogismo composto póde ser *copulativo*, *condicional* e *disjunctivo* conforme a proposição maior é copulativa, negativa, condicional ou disjunctiva.

Prosyllogismo é a argumentação, que é formada de dois syllogismos, dispostos por fórma, que a conclusão do primeiro serve de premissa para o segundo.

Ninguem póde simultaneamente servir a Deus e ao demonio;
Mas o voluptuoso serve ao demonio;
Logo não póde servir a Deus.

Se D. João I foi em côrtes acclamado rei pelo povo, exerceu este a soberania popular;
Mas D. João I foi acclamado em côrtes pelo povo;
Logo exerceu o povo a soberania popular.

Os malvados ou hão de ser castigados n'esta vida, ou na outra;
Mas muitos malvados não são castigados n'esta vida;
Logo hão de ser castigados na outra.

Todos os homens devem desejar a independencia da sua patria;
Mas os portuguezes são homens;
Logo os portuguezes devem desejar a independencia da sua patria:
Mas F. é portuguez;
Logo F. deve desejar a independencia da patria.

§ 237

Sorites

Sorites é a argumentação em que se exprime a relação que ha entre dois termos, conhecida primeiro a relação do menor com o medio, e depois a do medio com o maior. Ex.:

Scevola arriscou a vida para salvar a patria;
Mas quem arrisca a vida para salvar a patria é digno de admiração:
Logo Scevola é digno de admiração.

O sorites tambem se define — uma serie de proposições de tal modo junctas, que o predicado da primeira se faz sujeito da segunda, o predicado da segunda sujeito da terceira, e assim por diante, até que o sujeito da primeira com o predicado da última formam a conclusão.

§ 238

Epichirema

Epichirema é o syllogismo ou sorites, quando uma só ou ambas as premissas trazem a sua razão. Ex.:

A virtude é um hábito bom, *porque conduz o homem para o verdadeiro bem.*

Mas a prudencia é virtude, *porque tem tudo quanto é necessario para constituir virtude:*

Logo a prudencia é um hábito bom.

D. Fernando I foi inconstante, *porque não soube guardar a fé dos contractos, que celebrou;*

Mas o homem inconstante é infeliz nos seus projectos, *porque o seu genio lhe não deixa fixar sua attenção:*

Logo D. Fernando I foi infeliz nos seus projectos.

§ 239

Enthymema

Enthymema é um syllogismo imperfeito; isto é, um syllogismo, em que se omitte um dos principios. Ex.:

Quem arrisca a vida pela patria é digno de admiração:
Logo Scevola é digno de admiração.

—

Scevola arriscou a vida pela patria:
Logo é digno de admiração.

Ha quem chame a este raciocinio, *raciocinio immediato*, e emprega-se quando se suppõe conhecida uma das premissas.

O enthymema com a fórma oratoria equivale a uma proposição causal.

§ 240

Dilemma

Dilemma é a argumentação que enuncia uma verdade, deduzida de dois principios oppostos. Ex.:

Forçosamente vos hei de castigar, dizia o imperador Caligula ao povo romano, depois da morte de sua irmã *Drusilla;* porque

Ou vós choraes por ella, ou não choraes:

Se choraes, castigar-vos-hei, por lamentardes o ter-se ella ido associar com os deuses;

Se não choraes, castigar-vos-hei, porque daes mostra, que não tendes saudades por ella:

Logo forçosamente vos hei de castigar.

Ha quem chame ao dilemma *syllogismo hypothetico disjunctivo.*

§ 241

Inducção

Inducção é o raciocinio ou a expressão do raciocinio, em que o espirito conhece a verdade d'um todo, pelo conhecimento anterior, que tem, da verdade de cada uma das partes, que o constituem. Ex.:

O ouro derrete-se com o fogo;
A prata derrete-se com o fogo;
O chumbo derrete-se com o fogo;
O...... derrete-se com o fogo:
Logo *todo o metal se derrete com o fogo.*

A inducção divide-se em *completa* ou *perfeita*, e *incompleta* ou *imperfeita*, conforme se enumeram, ou todas as partes, ou pelo menos grande numero d'ellas.

§ 242

Exemplo

Argumentâmos, por *exemplo*, quando damos a entender que o espirito conhece a verdade d'um juizo, pela relação *de analogia*, *opposição*, *superioridade*, ou *inferioridade*, que tem com outro já conhecido. D'aqui vem a divisão do exemplo, em exemplo a *pari*, a *contrariis*, e a *fortiori*.

A *pari*, quando a relação é *de analagia*. Ex.:
Assim como o *cultivo das terras* as torna mais proprias para produzir bem;
Assim o *cultivo do espirito* o habilita para melhor funccionar.

A *contrariis*, quando a relação é *de opposição*. Ex.:
Assim como *a virtude* é para a alma um princípio de vida;
Assim o *vicio* para ella é um princípio de morte.

A *fortiori*, quando a relação é *de superioridade* ou *inferioridade*. Ex.:
Se para conhecer as verdades *claras* é precisa a attenção;
Com mais razão é ella necessaria para conhecer as verdades sublimes e *difficeis*.

—

Se um monarcha minora as penas nos grandes crimes;
Com mais razão as póde minorar nos crimes pequenos.

Para reduzirmos qualquer exemplo a syllogismos basta formular a premissa, em que se exprima a relação, fundamento do exemplo.

§ 243

Do uso, vantagens e abuso do syllogismo

Os philosophos não concordam todos sobre o uso, que se deve fazer do syllogismo. A philosophia escholastica, na edade media, apoiada na auctoridade d'*Aristoteles*, usava quasi exclusivamente d'esta argumentação: pelo contrario no seculo passado foi proscripto com pouca razão o uso do syllogismo. Dizemos com pouca razão, porque regeitar o syllogismo é regeitar o methodo deductivo, um dos meios cognoscitivos do espirito humano.

Este methodo usa-se em todas as sciencias mas com preferencia na philosophia, na mathematica e particularmente na geometria.

§ 244

Vantagens

O uso do syllogismo tem vantagens grandes e reaes.

Em primeiro logar porque, habituando-nos a raciocinar com rigor, conseguimos, que o nosso espirito não divague indeciso.

Em segundo logar porque, regeitando todas as proposições superfluas, e não empregando senão termos com um sentido perfeitamente determinado, nos exercitâmos a fallar com precisão.

Em terceiro logar, como *meio de critica*, serve para provarmos a nós e aos outros que havemos raciocinado bem; e para reconhecermos e refutarmos os erros dos que raciocinam mal.

§ 245

Abuso

A par d'estas vantagens apparecem desvantagens, as quaes nos devem fazer sobre-estar no seu uso exclusivo.

Com effeito, á força de não querermos empregar senão termos com um sentido perfeitamente definido e de não fallarmos senão com precisão, caímos em distincções inuteis e perigosas.

O methodo deductivo, immoderado, não só se torna monotono e fastidioso, mas chega a tolher a liberdade ao pensamento por causa das fórmas rigorosas, que emprega, e dos processos que usa, até certo poncto mecanicos.

SECÇÃO IV

LOGICA

I

DEFINIÇÃO E DIVISÃO

§ 246

LOGICA

Logica é a parte da anthropologia *que tem por fim proximo* dirigir *e* aperfeiçoar *as faculdades intellectuaes; e por fim remoto*, descobrir, demonstrar e ensinar *a verdade.*

§ 247

VERDADE

A *verdade* póde tomar-se em dois sentidos; ou no sentido *absoluto* ou no sentido *relativo.*

Verdade, no sentido absoluto, *é aquillo, que é:* exprime o mesmo, que *realidade.*

No sentido relativo é a conveniencia entre duas cousas,

das quaes uma serve de norma á outra. Tomada 'neste sentido, a verdade divide-se em *moral*, *subjectiva*, ou *formal*, e *objectiva* ou *real*.

Verdade *moral* é a conveniencia dos nossos pensamentos com os signaes, por que os exprimimos. Oppõem-se a *mentira*, ou falsidade moral.

Verdade *subjectiva* é a conveniencia dos nossos juizos com as idêas, que entram na sua formação. Mal se poderá conceber falsidade subjectiva.

Verdade *objectiva* é a conveniencia dos nossos juizos com os objectos representados pelas idêas. Oppõe-se-lhe a falsidade objectiva.

§ 248

ESTADOS DA ALMA EM RELAÇÃO Á VERDADE

Em quatro *estados* se póde achar a nossa alma com relação á verdade *objectiva:* — *ignorancia*, *dúvida*, *opinião* e *certeza*.

§ 249

Ignorancia

Ignorancia é a carencia de idêas.

Costumam marcar tres graus de ignorancia, — *plena* ignorancia, *mera fé*, e ignorancia *mixta*.

É *plena*, quando não temos idêas absolutamente a respeito d'uma cousa. 'Neste sentido ignorâmos plenamente se ha ou não habitantes nos polos da terra.

É *mera fé*, quando com pouca força de intellectualidade, ou sabemos pouco, ou o que sabemos nos é transmittido pelos outros. Nas *creanças* e nos *idiotas* dá-se sempre este grau de ignorancia.

Ignorancia *mixta*, é a que se dá ainda nos homens os mais sabios. O homem, por mais sabio que seja, ignora milhares de vezes mais cousas, do que sabe.

§ 250

Dúvida

Dúvida é a suspensão do juizo. É quando a nossa alma não se decide a affirmar, nem a negar.

Dá-se este estado ou quando ha razões de egual pêso a favor ou contra um juizo; ou quando nenhumas razões ha absolutamente.

No primeiro caso a dúvida é *positiva;* no segundo é *negativa.*

§ 251

Opinião

Opinião é quando a nossa alma se decide pela affirmação ou negação, porém com perplexidade: — é o juizo perplexo, que formâmos a respeito da verdade de qualquer objecto.

Podêmos chegar a este estado por dois modos differentes, — ou quando d'uma e d'outra parte temos razões a abonar a verdade dos juizos, sendo as d'uma um pouco mais fortes, que as da outra; ou quando uma só parte é abonada com razões, sendo ellas pouco fortes e pouco convincentes. E assim é. Em ambos os casos obteremos a *probabilidade*, d'onde resulta a *opinião.*

§ 252

As razões, que abonam um juizo, desde a dúvida até á certeza, constituem os *graus de probabilidade.*

A probabilidade pois d'um juizo está na razão directa das razões, que abonam a sua verdade; e quanto maior for a probabilidade, tanto mais segura será a opinião.

§ 253

Evidencia e certeza

Evidencia é a *intuição clara da verdade:* — é o conhecimento tão claro e distincto da conveniencia ou desconveniencia do predicado com o sujeito, que produz em nós uma convicção irresistivel.

A esta convicção irresistivel chamaremos *certeza*, que tambem se póde definir — a *adhesão firme* e *inabalavel* á *verdade.*

Vê-se pois: 1.º que a certeza é uma crença, e que a evidencia é a luz d'essa crença; 2.º que a certeza está para a evidencia na mesma relação, que a opinião para a probabilidade.

§ 254

Outro modo de considerar a evidencia

A evidencia tambem se póde definir: — a manifestação da verdade, feita com clareza á nossa intelligencia. D'este modo considera-se objectivamente.

§ 255

Caracteres da certeza

Um dos caracteres essenciaes da certeza é vir acompanhada da *crença* invencivel na realidade das cousas, de que estamos certos.

O outro caracter é não admittir graus, nem para mais nem para menos: ou o juizo é certo, ou não é certo.

§ 256

Divisão da evidencia e certeza

Embora a evidencia subjectivamente falando seja uma só, comtudo póde dividir-se em *immediata*, *mediata* ou *discursiva*, segundo o modo por que o espirito a adquire: em *metaphysica*, *physica*, *moral* e da *íntima consciencia*, segundo a *natureza das cousas* de que temos conhecimento, e segundo a fonte por onde adquirimos esse mesmo conhecimento.

Como á perfeita evidencia corresponde a certeza, egual divisão soffre a certeza.

§ 257

Evidencia immediata e mediata

Evidencia *immediata* é a que se adquire pela simples comparação de duas idêas. Tambem se chama intuitiva e refere-se ás verdades intuitivas, aos juizos intuitivos, etc.

Evidencia *discursiva* é a que se adquire por via do raciocinio e da reflexão. Tambem se chama *inductiva* ou *deductiva*.

§ 258

EVIDENCIA METAPHYSICA, PHYSICA, MORAL, DE ÍNTIMA CONSCIENCIA

Evidencia *metaphysica* é a que se dá nas cousas intelligiveis, nas verdades abstractas e geraes; e provém da razão.

Evidencia *physica* é a que se dá nas cousas sensiveis e externas; e provém dos sentidos.

Evidencia *moral* é a que se dá nos factos a que não assistimos, e nas verdades superiores á nossa intelligencia; e provém da auctoridade externa.

Evidencia *da intima consciencia*, é a que se dá nos phenomenos internos, percebidos pelo senso íntimo.

§ 259

A evidencia da *intima consciencia* é individual, porque não é evidente senão para cada um de nós.

A evidencia *physica* é mais que particular, ás vezes é geral; e com effeito os factos externos podem ser observados ao mesmo tempo por muitos individuos.

A evidencia *metaphysica* ou da razão é a unica universal e permanente.

A evidencia *moral* póde ser individual ou mais ou menos geral, conforme os factos forem attestados a um ou a muitos individuos.

§ 260

DIVISÃO DA LOGICA

A logica divide-se ordinariamente em *natural* ou *innata*, e *artificial* ou *scientifica*.

Aquella é a disposição, que a natureza nos dá para conhecer a verdade; esta é o complexo tanto das regras, que nos dirigem ao mesmo fim, como das razões, em que se fundam.

É por consequencia a logica, por um lado, *arte;* por outro lado, *sciencia*.

Tambem se divide em *docente* e *utente*.

A docente ensina os preceitos: a utente põe-nos em práctica.

Portanto 'nesta parte da anthropologia psychologica involvem-se as idêas de — *sciencia*, de arte e de práctica. Qual d'estas idêas precederá? na ordem logica a sciencia precede a arte; pois que esta não é ou não deve ser senão uma deducção da sciencia; e a arte precede a práctica, que é a applicação mais ou menos exacta das regras geraes da arte. Na ordem historica porém a práctica precede a arte, e esta sciencia. Isto mesmo se verifica em quasi

todos os ramos dos nossos conhecimentos, principalmente 'naquelles, que nos interessam mais.

II

METHODOS: FONTES DOS CONHECIMENTOS

§ 261

DEFINIÇÃO E DIVISÃO DO METHODO

Methodo é a *ordem, que observâmos para evitar o êrro e descubrir a verdade.* Ha dois methodos: — o *analytico* ou *de anályse;* — o *synthetico* ou *de synthese.*

A *anályse* tem por caracter essencial partir de grande numero de factos homogeneos ou verdades simples para chegar a principios e verdades geraes ou universaes.

A *synthese* tem por caracter essencial o contrário da anályse. Esta decompõe; aquella recompõe.

O processo para indagar e demonstrar a verdade varía com as sciencias a que se applica.

§ 262

REGRAS COMMUNS A AMBOS OS METHODOS

Ha regras communs e regras particulares a cada methodo. As regras communs são as seguintes:

1.ª

Devemos começar sempre pelas cousas mais faceis e mais conhecidas e progredir pouco a pouco para as difficeis e desconhecidas; porque tanto no ensino como na apprendisagem as cousas conhecidas e faceis são luzes, que illuminam as cousas occultas.

2.ª

Caminhando do conhecido e facil para o desconhecido e difficil, devemos conservar sempre a mesma evidencia; porque o contrario não deixará tão facilmente manifestar a verdade.

3.ª

Devemos dividir com cuidado a materia, de que se tracta; porque sem divisão nem a verdade se indaga com ordem, nem se ensina com methodo.

4.ª

Importa definir as palavras, que tiverem alguma obscuridade ou ambiguidade; porque não o fazendo nem podemos ir directamente á verdade, embaraçada com a obscuridade das idêas; nem podemos ensinar o que não entendemos.

§ 263

REGRAS DO METHODO ANALYTICO

As regras peculiares ao methodo analytico são as seguintes:

1.ª

Antes de tentarmos descobrir uma verdade ou solver uma questão, devemos examinar, se temos forças para isso; aliás perderemos o tempo escusadamente.

2.ª

Devemos expôr com a maior clareza a difficuldade da questão; porque d'outro modo mal poderemos progredir no estudo.

3.ª

Se a questão fôr complexa, deveremos decompôl-a, porque assim entender-se-ha melhor.

4.ª

Forcejaremos por indagar tudo quanto tenha connexão com a questão proposta, para fazermos as devidas comparações.

5.ª

Deveremos examinar bem qual a fonte, por onde adqui-

rimos o conhecimento da verdade, a fim de tirar d'essa mesma fonte os principios para a demonstrar.

§ 264

REGRAS DO METHODO SYNTHETICO

As regras para o methodo synthetico são as seguintes:

1.ª

Devemos forcejar por saber com perfeição as cousas, que quizermos ensinar; porque não ha nada mais ridiculo do que tentar um homem ensinar aquillo, que não entende.

2.ª

Devemos escolher ouvintes aptos para entenderem o que houvermos d'explicar; porque nem tudo é para todos, nem todos são para tudo.

3.ª

Devemos ter cautella com as palavras, de que usarmos, porque não serão entendidas as ambiguas e obscuras.

§ 265

REGRAS DE DESCARTES

As regras, pelas quaes Descartes mandava dirigir seus discipulos na indagação da verdade, eram as seguintes:

1.ª

Só devemos ter por verdadeiro o que evidentemente conhecermos, que é verdadeiro.

2.ª

Importa dividir cada difficuldade, que estudarmos nas partes, que nos fôr possivel e que entendermos convir para melhor a resolvermos.

3.ª

Esta é como a primeira do § 262.

4.ª

Devemos ter summo cuidado em fazer enumerações

tão inteiras, e resenhas tão genericas, que fiquemos certos de nada termos omittido.

§ 266

OUTRO SENTIDO EM QUE SE TOMA A ANÁLYSE E A SYNTHESE

A anályse, como operação do espirito, consiste, segundo a etymologia da palavra, em actos successivos de *attenção*, pelos quaes a intelligencia decompõe (*dis-solutio*) a cousa que quer conhecer.

A synthese, como operação do espirito, consiste, segundo a etymologia, na recomposição (*com-positio*) das cousas decompostas.

§ 267

CRITERIO DA VERDADE

Criterio, em geral, é o signal com que distinguimos uma cousa d'outra. É pois *criterio* de *verdade* o signal, com que distinguimos o verdadeiro do falso.

Não basta, que a intelligencia humana saiba o caminho, que tem a seguir para chegar á verdade: é tambem mister, que verifique, se effectivamente a achou. Tornava-se portanto indispensavel a existencia d'um criterio. *Este criterio é a evidencia.*

§ 268

FONTES DOS NOSSOS CONHECIMENTOS

As condições necessarias para obter a evidencia devem ser determinadas pela anályse de cada uma das *fontes dos nossos conhecimentos*. São quatro estas fontes, — *intima consciencia* ou *sentidos internos*, *sentidos externos*, *auctoridade externa* e *raciocinio*.

Com effeito os objectos dos nossos conhecimentos ou estão dentro de nós ou fóra de nós.

Se são internos, não se podem conhecer, senão por via da consciencia, quer immediata, quer mediatamente.

Se são externos, ou estão sugeitos aos sentidos ou não. Estando sugeitos aos sentidos, pelos sentidos é que se podem conhecer. Não estando sugeitos aos sentidos, então uma de duas: ou excedem a nossa capacidade, e n'este caso recorremos á auctoridade externa: ou não a excedem, e n'este caso recorremos ao raciocinio.

§ 269

DIVISÃO DE TODOS OS NOSSOS CONHECIMENTOS

Cremos, que todos os nossos conhecimentos se podem dividir em *empiricos*, *historicos* e *racionaes*.

Empiricos os que provêm da primeira e segunda fonte: *historicos* da terceira: *racionaes* da quarta.

§ 270

REGRA FUNDAMENTAL DA LOGICA

Para conhecermos a verdade d'um juizo, devemos: 1.º examinar a fonte, por onde se adquiriu o conhecimento da sua materia: 2.º applicar-lhe a evidencia correspondente, verificando, se foram preenchidas todas as condições necessarias para a obter.

III

CRITERIOS

§ 271

CONSCIENCIA

Consciencia psychologica é o poder, que temos de conhecer o que se passa dentro em nós. Tambem lhe chamam — *senso intimo, percepção interna, sentidos internos.*

Toda a doutrina, sobre o criterio da consciencia, se póde resumir nas regras seguintes:

1.ª

O criterio da consciencia é infallivel, logo que verse sobre objectos, que lhe são proprios. *Se tenho uma dor de cabeça, sinto-a.* A minha consciencia não me engana.

2.ª

A consciencia é fallivel, quando sae dos limites do que se passa dentro em nós, estendendo-se ás causas, effeitos, ou outras circumstancias do phenomeno interno. Se a consciencia quizer julgar da causa, que produziu aquella dor de cabeça, póde enganar-se. Ahi não chega ella.

Todos os phenomenos internos, ou sensiveis, ou intellectuaes ou volitivos nos são attestados pela consciencia subjectiva.

A consciencia objectivamente considerada é o conhecimento effectivo do que se passa dentro em nós. 'Neste sentido diremos — *tenho consciencia d'isto.*

§ 272

SENTIDOS

Sentidos são *os orgãos, que a natureza nos dá,* para

recebermos as impressões dos objectos externos e corporeos, pondo-nos em relação com elles. São cinco, e cada um tem o seu fim proprio.

Para usarmos bem dos sentidos, devemos ter em vista as regras seguintes:

1.ª

Os orgãos dos sentidos devem estar sãos; porque a experiencia mostra, a que erros levam os sentidos, quando alterados por infermidade, ou por outra qualquer causa.

2.ª

Deve ter-se bem em vista a relação entre o orgão do sentido e os objectos; porque o mesmo corpo, encarado de diverso modo, produz diversas sensações.

3.ª

Cada sentido deve limitar-se ao objecto, que lhe é proprio; aliás é facil errar.

4.ª

Os sentidos devem auxiliar-se mutuamente; porque a uniformidade do seu testimunho será tanto mais fidedigna, quanto for maior o numero, dos que podérmos empregar no mesmo objecto.

5.ª

Quando os sentidos se contradisserem, devemos preferir o testimunho do que for mais adequado ao conhecimento, que se pretende obter. A razão está na regra 3.ª

6.ª

Não devemos admittir o testimunho dos sentidos, quando estiver em opposição com as leis da natureza, ou com as circumstancias particulares do facto attestado, ou com o testimunho dos outros homens, porque esta opposição torna suspeito aquelle testimunho.

7.ª

O testimunho dos sentidos deve limitar-se ás impressões dos objectos corporeos.

8.ª

Os sentidos devem ser empregados sem opinião anticipada; d'outro modo poderão mostrar-nos não o que na realidade existe, mas sim o que a phantasia nos quizer representar.

9.ª

Para aperfeiçoar os sentidos, é mister dar-lhes exercicio e boa direcção; porqne a inacção e má direcção os corrompe e deteriora.

§ 273

Observação, experiencia

Dois meios differentes podêmos empregar, quando quizermos adquirir conhecimentos de *factos* relativos aos corpos; — ou *observando*, ou *experimentando*.

Observação é o acto em que o espirito, por meio dos sentidos, attende aos corpos, que quer conhecer. Comprehende quatro operações — *attenção*, *distincção*, *anályse* e *synthese*.

Experiencia ou *experimentação* é o acto voluntario de collocar os corpos em condições determinadas e taes, que possamos observar os factos, que 'nelles se realisarem.

Outros dizem: *observação* é o emprêgo dos sentidos desarmados de instrumentos: *experiencia* é o emprêgo dos sentidos armados de instrumentos.

Sendo assim: *observa*, quem, olhando para as nuvens, vê a direcção, que levam: *experimenta*, quem levanta uma pedra com uma alavanca.

§ 274

Condições para produzirem convicção

Para que as experiencias e observações produzam convicção, requerem-se duas cousas: 1.ª a fiel observancia das regras, que acabámos de enunciar; 2.ª grande cuidado na deducção das consequencias.

As regras para esta deducção são as seguintes:

1.ª

D'uma só observação ou experiencia não devemos tirar uma conclusão universal; porque do singular não se conclue para o universal.

2.ª

D'uma observação ou experiencia, repetida muitas vezes, e dando sempre o mesmo resultado, podêmos tirar, com probabilidade uma conclusão universal; porque da verdade de muitas partes já se póde argumentar para a verdade do todo.

3.ª

Do *phenomeno* d'um genero não devemos argumentar para phenomenos d'outro genero; porque phenomenos de diverso genero podem ter diversas causas.

Por phenomeno entendemos aqui, no sentido *psychologico*, tudo quanto é capaz de produzir impressão em qualquer dos nossos sentidos.

Em linguagem vulgar toma-se por phenomeno tudo o que raras vezes acontece.

4.ª

Devemos ter cautela contra os *prejuizos*, relativos ao objecto da observação ou da experiencia, prestando a mais seria *attenção* a quanto fôr occorrendo; aliás podemos ser illudidos.

5.ª

Devemos tomar na devida conta as *circumstancias* do facto, ou sejam de tempo, ou de logar, ou de causa, etc., pois estas circumstancias influem muito, ás vezes, nos resultados das experiencias.

6.ª

Quando fizermos experiencias deveremos forcejar por usar d'instrumentos exactos e precisos. A razão é clara.

7.ª

Deveremos, quanto ser possa applicar á analyse a synthese; porque assim alcançâmos uma contraprova da verdade do resultado.

§ 275

AUCTORIDADE

Auctoridade em geral é o pêso, que faz em nós o testimunho de qualquer das fontes dos nossos conhecimentos.

A auctoridade divide-se em *interna* e *externa*. A interna provém da consciencia, sentidos e raciocinio; a externa, das palavras de Deus ou dos homens, e por isso divide-se em *divina* e *humana*.

§ 276

AUCTORIDADE HUMANA

Auctoridade humana (ou auctoridade em particular) é o pêso que em nós faz a declaração de um, ou muitos homens.

A pessoa, que faz a declaração, toma por isso o nome de *testimunha*.

§ 277

Modos de considerar a testimunha

Esta declaração, ou *testimunho dos homens*, póde ser feita ou sobre factos, a que não assistimos; ou sobre verdades scientificas e moraes, superiores á nossa intelligencia.

No primeiro caso, a testimunha é *historica;* no segundo póde chamar-se *dogmatica*.

O objecto da testimunha historica é sempre um facto, Aquelle, que o attesta, ou o *viu*, ou o *ouviu;* e assim póde ser *presencial*, ou *não presencial:* — e a não presencial póde ser *contemporanea*, ou *não contemporanea*, *domestica*, ou *não domestica*.

§ 278

Fé: dotes do historiador

Conforme a *authenticidade* da testimunha, assim nós acreditâmos, ou não, o facto. Este assenso ou credito chama-se *fé*.

A testimunha será authentica, ou far-se-ha crivel, quando reunir tres dotes,— *capacidade*, *sciencia do facto* e *probidade*.

Os dois primeiros, para se não deixar enganar; o terceiro, para nos não enganar a nós.

A fé, apoiada sobre uma testimunha, que reune estas condições, é um meio seguro de conhecer a verdade; porque nada mais natural, mais necessario, mais geral, e mais razoavel, do que crer em virtude d'um testimunho, cuja authenticidade é reconhecida. Negar este criterio é tolher o progresso das letras, das artes, e das sciencias.

§ 279

Capacidade

A *capacidade* d'uma testimunha consiste *no maior ou menor numero de idêas*, e *no artificio do intendimento*, ou *facilidade em as combinar.*

As regras, para conhecermos, se uma testimunha tem capacidade, são tres:

1.ª

Ler attentamente os seus escriptos; porque é muito natural, que, quem escreve, forceje por escrever bem.

2.ª

Practicar com ella, se não tiver escripto; porque a capacidade, onde está, para logo se dá a conhecer.

3.ª

Recorrer á opinião dos que com ella practicaram, quando nós o não podérmos fazer; porque, em tal caso, não ha outro meio de conhecer o que pretendemos.

§ 280

Sciencia do facto

Sciencia do facto é o *conhecimento, que a testimunha tem d'esse mesmo facto.*

As regras, para conhecermos, se a testimunha tem este dote, são as seguintes:

1.ª

Examinar, se a testimunha é ocular e domestica; porque, sendo-o, presume-se, que tomou o devido conhecimento do facto.

2.ª

Se não tiver estas duas qualidades, examinar, se teve bastante capacidade para julgar da authenticidade da fonte d'onde houve esse conhecimento.

§ 281

Probidade

Probidade é a tendencia habitual da testimunha para não faltar á verdade moral.

As regras, para conhecermos, se a testimunha tem probidade, são as seguintes:

1.ª

Considerar bem o que ella diz, e o modo por que o diz; porque assim facilmente descobriremos, se tem ou não tendencia para mentir.

2.ª

Ver na sua biographia, ou procurar em suas acções, se teve causas internas ou externas, que a obrigassem a mentir.

As causas internas são a leviandade natural e o genio mentiroso: as causas externas, o amor da patria, o odio dos partidos, a corrupção, etc.

§ 282

Regras sobre o uso da auctoridade

As regras, relativas ao uso da auctoridade, isto é, que devemos observar para nos não deixarmos illudir pelo testimunho dos outros, são as seguintes:

1.ª

Não devemos rejeitar a auctoridade d'uma testimunha,

só porque ella se póde enganar. Entre a possibilidade e a realidade ha grandissima differença.

2.ª

É crivel a declaração unanime e não contradicta de muitas testimunhas oculares; porque não é moralmente possivel, que a todas faltasse a capacidade e a probidade.

3 ª

Se testimunhas oculares se contradisserem, deve preferir a de melhores dotes; porque 'nestes é que assenta a authenticidade; e em egualdade de dotes deve preferir o maior numero: por isso que é mais difficil a combinação entre muitos, que entre poucos.

4.ª

Não devemos duvidar d'um facto, que, contado por uma testimunha ocular, é omittido por outra, tambem ocular; não só porque quem cala não nega, mas até porque esta omissão póde provir ou de ignorancia, ou de dolo.

O argumento, fundado na omissão ou silencio de uma testimunha, a respeito d'um facto contado por outra, chama-se *negativo*. 'Nesta hypothese não tem força o argumento negativo.

5.ª

Podêmos argumentar contra a verdade d'um facto, contado por testimunhas modernas, quando as antigas, tendo opportunidade para contar esse facto, o não contaram; porque a tradição profana nunca deixa de ser mais ou menos fallaz. N'esta hypothese tem força o argumento negativo.

6.ª

As narrações, fundadas em memorias secretas e escriptos ineditos, não merecem, pela maior parte, mais fé, que o editor; porque d'elle é que essas narrações recebem auctoridade.

7.ª

As relações de negociações occultas, segredos d'estado, anecdotas picantes da vida privada de alguem, ou sobre tenebrosas intrigas, e outros assumptos d'esta classe, devem ler-se ou ouvír-se com grande desconfiança; porque essas relações podem ter por origem ou a má fé, ou o desejo de desacreditar.

8.ª

Não devemos duvidar dos factos, só por estarem em opposição com os costumes presentes; porque os costumes estão continuamente a mudar.

9.ª

Deve ter-se por falsa a historia, que estiver em opposição com a razão; porque, exceptuados os milagres, prophecias e mysterios, que são factos verdadeiros, mas superiores a ella, tudo quanto se lhe oppõe é falso.

10.ª

Se os factos forem transmittidos pela tradição, deve esta desde a *épocha* em que succederam, ser manifestada, e em quanto durar, por numerosas *bôccas*, para se evitar a illusão e a impostura.

11.ª

Tambem é preciso, que a tradição seja *constante* e *unanime*, porque as variantes fazem desconfiar da verdade dos factos tradicionaes.

12.ª

Para dizer tudo devemos attender a quatro cousas —ao numero das testimunhas, á qualidade d'ellas, modo de deporem, e á materia, que testificam.

IV

ARTE CRITICA

§ 283

A *arte crítica*, proprimente dicta, é a que tem por fim ensinar regras, por onde se possa conhecer, se os livros são authenticos. Um livro será authentico, se for *genuino*, *inteiro*, e *veridico*.

§ 284

Genuinidade, inteireza, veracidade dos livros

Livro *genuino* é aquelle, que é escripto pelo auctor, a quem se attribue. A não ser assim, é *spurio*. Alguns exigem, como condição para a genuidade do livro, o ter sido escripto na mesma edade, que o livro declara.

Livro *inteiro* é aquelle, que nem tem mais, nem menos, do que o proprio auctor escreveu; isto é, que não é *interpolado*, nem *mutilado*.

Livro *veridico* é o que apresenta documentos sufficientes da noticia e veracidade do seu auctor.

§ 285

As regras da arte critica são as seguintes:

1.ª

O livro antigo, que, desde a mais remota antiguidade até nossos dias, tem sido sempre attribuido ao auctor, cujo nome indica, deve ser tido por genuino. A razão é, porque o saber, se um livro é genuino, é uma questão de facto; e o testimunho constante e invariavel é uma prova de verdade.

2.ª

Um livro, attribuido a um escriptor antigo, sendo desconhecido a toda a antiguidade, deve suppor-se spurio, ou ter-se em muita dúvida, se não houver motivos justificados para essa ignorancia. A razão é, porque é muito provavel, que os antigos conhecessem a obra, se ella houvesse existido.

3.ª

O livro, que não vier mencionado nos catalogos antigos, nem derem noticia d'elle os escriptores do mesmo seculo, em que foi escripto, ou dos seculos proximos seguintes, deve ser tido por spurio. A razão é, porque se o livro tivesse existido, era muito provavel houvessem falado n'elle.

A regra funda-se no *argumento negativo*. É por isso mister usar d'ella com muita cautela.

4.ª

Se algumas citações forem feitas pelos antigos de algum livro, e estas citações não apparecem hoje no livro, que tem o mesmo titulo, o livro é spurio ou mutilado.

A razão é obvia. É natural, que os antigos se não enganassem.

5.ª

O livro anonymo merece pouco credito. A razão é, porque, sendo a materia verdadeira e de sã moralidade, ninguem se deve envergonhar de a apresentar ao publico.

Em hypothese, póde falhar esta regra; porque ás vezes é de prudente juizo, que o auctor occulte o seu nome.

6.ª

Se o estylo do livro for diverso do estylo conhecido do auctor, a que se attribue, devemos suspeitar muito d'elle. A razão é, porque um escriptor, em se acostumando a escrever 'num estylo, difficilmente muda para outro.

7.ª

O livro, em que se memoram pessoas ou factos posteriores á edade do escriptor, a quem se attribue, é spurio. O mesmo se deve julgar, quando o livro contiver palavras ou estylo de posterior edade. A razão é, porque o escriptor, a não ser propheta, não podia adivinhar o futuro.

A regra deve ser empregada com cautela; porque podia o livro estar marginado, e, em novas edições passarem as notas marginaes para o texto. 'Neste caso póde o livro ficar interpolado sem ser spurio.

8.ª

O livro, que, apresenta opiniões manifestamente oppostas ás do auctor, a quem se attribue, é spurio ou interpolado. A razão é, porque ninguem gosta de cahir em contradicção; e, se o auctor houvesse conhecido o êrro, francamente o deveria confessar.

Apesar d'isto, a regra deve ser empregada com cautela; porque póde o auctor, escrevendo muito, esquecer-se do que primeiro escreveu; ou julgar em differentes epochas de modo differente; ou mudar de opinião.

9.ª

Quando um livro apresenta textos truncados e alterados, ou um sentido torcido, não merece credito. A razão

é porque, quem obra d'este modo, não obra com franqueza, mas sim com reserva.

10.ª

A vehemencia no estylo, e a acrimonia nas palavras, indicam, pela maior parte, um espirito affectado. A razão é porque as palavras são a expressão dos sentimentos.

O emprêgo d'esta regra depende do perfeito conhecimento da materia e da lingua.

11.ª

O auctor, cuja obra apresenta argumentos contraproducentes, e documentos contrarios á sua opinião, é suspeito ou de má fé, ou de ignorancia, ou de negligencia.

§ 286

Outro fim da arte critica

Além do fim acima indicado, a arte critica ainda nos faz conhecer as causas, por que os livros antigos *(codices)* e os modernos podiam sahir errados; isto é, ou spurios, ou mutilados, ou interpolados, ou alterados.

§ 287

Causas dos êrros dos livros

Podem reduzir-se a tres as causas que viciam os livros, —*copistas* e *compositores*; os *criticos*; e o *tempo*.

§ 288

Copistas e compositores

Os copistas nos livros antigos, e os compositores (*typographos*) nos modernos, ou por impericia, ou por descuido ou por outra qualquer causa, podiam mudar o nome do auctor, omittir, accrescentar, ou trocar palavras, phrases, ou passagens inteiras.

A esta causa póde advir outra, a ignorancia ou a voz não clara de alguem, que esteja dictando ao copista, ou compositor.

§ 289

Criticos

Muitos têm querido emendar os livros antigos; e d'esta empresa tem resultado o introduzirem-se muitos erros nos livros.

A esta causa advem frequentes vezes outra, que póde concorrer para tornar um livro spurio, ou mutilado, ou interpolado. Queremos falar dos livreiros e litteratos. Estes, por conveniencia públiea ou particular, podem attribuir livros a quem os não escreveu, ou podem alteral-os do modo, que quizerem.

§ 290

Tempo

O tempo a que nada escapa, consumiu muitos escriptos, que não mais appareceram; encheu de lacunas muitos dos livros antigos, que nos restam; e ha de encher das mesmas os que agora existem.

V

ARTE HERMENEUTICA

§ 291

Pouco aproveitaria conhecer se um livro é *authentico*, se não podessemos tambem conhecer qual é o verdadeiro sentido das palavras do seu auctor, por isso é que damos aqui as regras da *hermeneutica*.

Hermeneutica é a *arte, que nos ensina a* interpretar *o sentido das palavras dos outros.*

Interpretação é a applicação das regras da hermeneutica á investigação do sentido das palavras dos outros.

§ 292

Sentido das palavras

O sentido das palavras divide-se em *proprio* ou *natural*, e *improprio* ou *translato.*

Sentido natural é aquelle, para exprimir o qual, as palavras foram inventadas. — *Torrente d'um rio.*

Translato é aquelle, para exprimir o qual, as palavras não foram inventadas, mas que se lhe deu ou por *similhança*, ou por *opposição*, ou por *connexão*, ou por *comprehensão. — Torrente de eloquencia.*

Sentido em geral, ou sentido hermeneutico, é aquella noção, ou *grupo* de noções, que o auctor ligou ás suas palavras, quando as inventou, ou enunciou.

§ 293

Regras fundamentaes

São duas as regras fundamentaes para a boa interpretação; a primeira é relativa á intelligencia, a segunda á vontade do interprete:

1.ª

Não devemos dar ás palavras do auctor, senão aquelle sentido, que for abonado com boas razões.

2.ª

Devemos, quanto ser possa, attender na interpretação á honra e fama do auctor.

§ 294

Práctica da primeira regra fundamental

A somma das razões, que abonam um sentido, avalia-se pelos seguintes elementos da interpretação: — *grammatical*, *logico*, *systematico*, e *historico*. Não são quatro especies differentes de interpretação, entre as quaes possamos escolher segundo o nosso gôsto; são antes operações distinctas, cuja reunião é indispensavel para interpretar.

O *elemento grammatical* tem por objecto as palavras de que o auctor se serviu para communicar o pensamento.

O *elemento logico* tem por objecto a decomposição do pensamento, ou as relações logicas, que unem suas differentes partes.

O *elemento systematico* tem por objecto o laço intimo, que une as diversas expressões d'um auctor a um centro de unidade.

O *elemento historico* tem por objecto as causas que determinaram alguem a falar ou escrever, e o estado da sciencia, ou arte na occasião em que falou ou escreveu.

§ 295

Primeira operação

A primeira operação consiste em interpretar *pelo uso da linguagem*, não só tendo muito em vista a edade e profissão do auctor, mas estudando bem os costumes e antiguidades da sua nação, e o genio da sua lingua.

§ 296

Segunda operação

Tambem interpretâmos *pelo pensamento de quem fala ou escreve*. Para isso aproveitam as definições do auctor; os exemplos, que produz; e o fim, que se propoz.

§ 297

Terceira operação

Não é para despresar o *assumpto ou contexto de toda a obra.* Importa por isso, e importa muito, comparar o antecedente com o consequente, e examinar os logares parallelos, aonde o auctor tiver tractado a mesma materia.

§ 298

Quarta operação

Esta operação é relativa ao elemento historico. Com effeito, muito convem não ignorar certas circumstancias, que podem influir poderosamente no modo de pensar de qualquer auctor. Estas circumstancias são: a occasião proxima ou causas, que o determinaram a escrever; o estado da sciencia ou da arte no tempo, em que escreveu; e finalmente a seita philosophica, religiosa ou politica, a que pertenceu.

§ 299

Sentido em que se devem tomar as palavras

Quando não houver razões em contrário, devemos tomar sempre as palavras no sentido natural.

As razões, que nos podem obrigar a deixar o sentido natural são tres, — quando as palavras tomadas no sentido natural, *não fizerem sentido algum;* — quando fizerem um sentido, *que se oppõe ao fim de quem as emprega;* — e quando *fizerem um sentido completamente absurdo.*

§ 300

Práctica da segunda regra fundamental

Para cumprirmos com o que manda a segunda regra é necessario:

1.º Que não tiremos das palavras do auctor um *sentido indigno d'elle.*

2.º Que tomemos sempre na *melhor parte* as palavras do auctor, e lhe attribuamos um sentido, que mais condiga com a verdade.

3.º Que não attribuamos a um auctor os *consectarios absurdos*, que possem nascer das suas palavras.

Exceptua-se a hypothese, em que estes consectarios são tão manifestos, que de nenhum modo podem ser ignorados por elle.

§ 301

Condições para a perfeita interpretação

Uma interpretação para ser perfeita deve conter a explicação completa de tudo quanto um auctor disse. Logo, devemos examinar o escripto com imparcialidade e sem paixão: devemos desviar os prejuizos de eschola e as sollicitações do interesse pessoal: devemos finalmente elevarnos ao ponto de vista do auctor, reproduzir artificialmente suas operações, e recompor seu escripto pelo pensamento. D'aqui vem o dizer-se, que a interpretação é a *reconstrucção do pensamento contido no escripto.*

A outra condição necessaria é o emprêgo do *bom senso.* E tão necessario é elle para a boa interpretação, que ha quem reduza todas as regras da hermeneutica ao simples emprêgo do bom senso.

§ 302

Interpretações alheias

Quando porém não seja bastante, quanto acabámos de dizer, para podêrmos determinar o sentido do auctor, então devemos lançar mão das interpretações dos outros.

Ainda assim devemos preferir a interpretação do que sabe a lingua e a materia, á do que ignora ambas ou alguma d'estas cousas; e a interpretação dos coevos, amigos e discipulos do auctor, á dos modernos.

§ 303

Quando uma passagem d'um auctor se deve ter por obscura

Só pelo simples facto de não sabermos interpretar uma passagem, ou toda a obra d'um auctor, não devemos logo decidir, que aquella passagem, ou aquella obra, é obscura.

Só em dois casos assim o devemos julgar: 1.º quando os homens sabios e peritos na materia a julgarem obscura; 2.º quando divergirem nas interpretações.

VI

CRITERIO DO RACIOCINIO

§ 304

MATERIA E FÓRMA DO RACIOCINIO

As verdades, que nós não podemos conhecer nem intuitivamente, nem pela comparação de duas idêas entre si, essas conhecemol-as por via do raciocinio. E, para que

elle com segurança nos leve á convicção, é mister, que seja verdadeiro, tanto na *materia*, como na *fórma*.

A materia do raciocinio é *proxima* ou *remota*. A proxima são os juizos; a remota são as idêas.

A fórma do raciocinio é a *relação intima, que existe entre os principios e a conclusão.*

§ 305

Regras relativas á materia remota

As regras, que devemos ter em vista, ácêrca das idêas, são as seguintes:

1.ª

Devemos attender bem ao objecto, de que se tracta, abstrahindo d'outro, que não seja elle; porque sendo as nossas faculdades limitadas, a attenção dividida não nos deixa conhecer a verdade.

2.ª

Se a idêa vier exprimida por meio das palavras, devemos fixar com exactidão o sentido d'ellas; porque, sendo as palavras expressões das idêas, a confusão no sentido das palavras produz confusão de idêas.

3.ª

Se a idêa for simples, não tractemos de a definir; porque similhantes idêas, quanto mais se definem, tanto mais se obscurecem.

4.ª

Quando a idêa é composta, devemos definil-a; porque só assim tomaremos conhecimento de todas as partes do seu objecto.

5.ª

No exame das partes do objecto, representado pela idêa nunca perderemos de vista o composto, a que se destina; aliás nunca apreciaremos devidamente essa idêa.

6.ª

Para nos assegurarmos, de que havemos formado bem a idêa do objecto, tentaremos exprimil-a interiormente por palavras ou expol-a pela escripta; porque, em regra, a

pouca propriedade das palavras indica confusão das idêas.

7.ª

Referindo-se a idêa a objectos, que podem submetter-se á experiencia, é conveniente empregar esta pedra de toque; porque a experiencia não só é um optimo meio para adquirir conhecimentos, mas para confirmar e erctificar os já adquiridos.

8.ª

Para formar bem as idêas, importa muito *definir* e *dividir* bem.

§ 306

Definição

Definiremos bem, se tivermos em vista as regras seguintes:

1.ª

A definição deve ser *mais clara*, que o definido; aliás não é definição.

2.ª

O *definido não deve entrar* na definição; porque, se entrar, empregaremos, para explicar, o mesmo, que carece de explicação.

3.ª

A definição deve ser *universal* e *propria;* isto é, deve convir a todo o definido, e só a elle; deve constar de *genero* e de *differença.*

Se assim não fôsse, o objecto definido sería confundido com outro, ou com outros.

4.ª

A definição deve ser *breve;* porque, sendo laconica, póde ficar escura, e sendo extensa, póde ficar confusa.

5.ª

Deve ser affirmativa; porque deve dizer o que a cousa é; e não o que ella não é.

6.ª

A definição deve ser *reciproca;* isto ê, deve valer tanto a definição, como a cousa definida.

Esta qualidade é a verdadeira pedra de toque da boa definição.

Notaremos 'neste logar, que a definição real, quando explica a natureza do objecto pelas suas propriedades accidentaes conhecidas, incluindo embora algumas das essenciaes, toma o nome de descripção; e que se chama definição *logica*, se esta explicação é feita por meio das propriedades essenciaes.

§ 307

Divisão

Como o nosso entendimento é limitado, não póde abraçar muitas cousas ao mesmo tempo.

É por isso necessaria a *divisão*, isto é, *a distribuição d'um todo nas suas partes*; e a *subdivisão*, isto é, *distribuição ulterior d'uma, ou muitas d'essas partes.*

A razão, por que um todo antes se divide 'numas partes, do que 'noutras, chama-se *fundamento da divisão.*

Todo é uma noção superior a respeito das inferiores, que constituem a sua comprehensão e extensão.

§ 308

Todo physico : todo logico

O *todo* póde ser *physico*, ou *logico*. O primeiro divide-se em partes, cada uma das quaes não tem, nem a comprehensão, nem o nome do *todo*.

Um triangulo é um todo physico, em quanto se considera composto de tres linhas.

O segundo é aquelle, em que cada uma das partes tem a mesma comprehensão e o mesmo nome, que o *todo*. Um triangulo é um todo logico, em quanto se divide em rectangulo, obtusangulo e acutangulo.

D'aqui se vê, que o mesmo todo, diversamente dividido, póde ser physico e logico.

§ 309

Partição: distincção: classificação

A divisão do primeiro todo, chama-se divisão *real* ou *physica*, ou simplesmente *partição;* a do segundo, *distincção*, ou *divisão propriamente dicta.* Esta consiste em distribuir uma idêa geral nas idêas particulares, que entram na sua formação.

A reunião methodica de divisões e subdivisões d'um todo logico, é uma *classificação.*

§ 310

A divisão deve ser:

1.ª

completa, isto é, devem ser enumeradas todas as partes da divisão; porque, se o não forem, não se faz a distribuição do todo;

2.ª

distincta, isto é, uma parte da divisão não deve estar contida na outra; de outra fórma não sería divisão;

3.ª

homogenea, isto é, as partes da divisão devem ser da mesma especie; d'outro modo sería confusa a distribuição;

4.ª

plana ou *ordenada*, isto é, na divisão deve seguir-se a ordem natural das cousas; porque se confrontam assim melhor as partes umas com as outras;

5.ª

curta, isto é, as subdivisões não devem ser demasiadas; porque, sendo-o, longe de aclararem, antes confundem.

§ 311

Regras relativas á materia proxima do raciocinio

Se o juizo é o resultado da comparação de duas idêas, a regra geral e invariavel para a boa formação dos juizos resume-se em pouco, devemos *attender bem*.

§ 312

Attenção

Attenção, em geral, é a applicação da nossa actividade mental a um objecto qualquer. Aqui considerâmol-a — *o esforço da intelligencia applicada ao conhecimento d'um objecto e suas relações.*

A attenção não é uma faculdade especial do espirito, mas sim uma condição necessaria para o funccionalismo intellectual, sempre proficua no exercicio de nossas faculdades mentaes.

§ 313

Reflexão, meditação

Achâmos differença entre *attenção, reflexão*, e *meditação.*

Reflexão é a concentração da attenção; é a attenção demorada sobre a analyse de qualquer objecto.

Meditação é a reflexão, elevada a um subido grau.

§ 314

Regras para conciliar a attenção

As regras, para bem attender, são as seguintes:

1.ª

Devemos fugir de tudo quanto nos possa distrahir; porque, tirada a causa, cessa o effeito.

Distrahem-nos as paixões, os prazeres corporeos, a phantasia viva, e os sentidos.

Por esta regra conciliâmos a attenção indirectamente.

2.ª

Empregaremos os sentidos, quando e como a boa razão o julgar conveniente; porque os sentidos, ás vezes, quasi que prendem o espirito ao objecto.

As linhas, os algarismos, e as letras nas mathematicas, são um poderoso meio para fixar a attenção.

3.ª

Tambem podêmos tirar partido das paixões, quando a boa razão julgar bom o seu emprêgo; porque as paixões constrangem-nos a fixar nossa attenção sobre o seu objecto.

4.ª

Devemos excitar em nós o amor das sciencias; porque, sem elle, ninguem se dará ao trabalho de estudar.

Excitam em nós este amor as honras, e as dignidades, que pelas sciencias obtemos; e o prazer de conhecer o que os outros ignoram.

5.ª

Devemos estudar com methodo, porque a boa direcção das operações intellectuaes não só facilita a acquisição dos conhecimentos, mas até nos assegura a sua verdade objectiva.

Conciliando a attenção, por estes quatro ultimos modos, conciliâmol-a directamente.

Os meios pois de conciliar a attenção directamente consistem em pôr em práctica tudo quanto a póde tornar mais viva.

§ 315

O *raciocinio deductivo* será verdadeiro *na fórma*, quando a sua conclusão for *legítima*, isto é, quando a conclusão se contiver nos principios, d'onde é deduzida.

O inductivo será verdadeiro na *fórma*, quando a sua conclusão se inferir necessariamente dos factos, em que se apoia.

VII

§ 316

PRECEITOS LOGICOS RELATIVOS ÁS PROPOSIÇÕES

Com quanto a proposição, como expressão do juizo, fique sujeita á regra geral, que já démos (§ 311), nem por isso, discorrendo pelos seus elementos, e por cada uma das suas principaes especies, deixaremos de apontar as regras, que lhe são relativas.

Estas regras egualmente se poderão applicar aos juizos, que essas proposições exprimem.

§ 317

Composição das proposições

Copulativa

A proposição copulativa será verdadeira, se cada uma das simples, que a formam, for verdadeira.

A razão é, porque, sendo a affirmação ou negação uma só, deve comprehender todas as partes da proposição.

Disjunctiva

A proposição disjunctiva será verdadeira, se não podér haver meio entre os membros da disjuncção; isto é se as suas partes forem perfeitamente repugnantes.

Só 'neste caso é que a verdade d'uma importa a falsidade da outra.

Condicional

A proposição condicional será verdadeira, se entre o antecedente e o consequente houver ligação; porque só assim é que d'uma das suas partes se póde deduzir a outra.

D'este modo póde a proposição ser falsa, sendo verdadeira cada uma das suas partes, — *Se Nero foi imperador de Roma, Nero foi um tyranno;* e póde ser verdadeira, sendo ambas as suas partes falsas, — *Se Nero fizesse a felicidade de Roma, sería um bom imperador.*

Causal

A proposição causal será verdadeira, se d'ella se podér formar um verdadeiro raciocinio; porque só assim é que verificâmos, se uma contém a razão sufficiente da outra.

Relativa

A relativa será verdadeira, quando entre as suas partes houver relação de paridade; porque, a não ser assim, será tudo, menos proposição relativa.

Discreta

A discreta para ser verdadeira, é mister, que tambem o seja a distincção, em que ella se funda; porque 'nestas proposições, concedida a verdade d'uma parte, nega-se a verdade da outra.

Exclusiva

A exclusiva será verdadeira, quando, sendo *de sujeito excluso*, o predicado não poder convir a outro sujeito; e sendo *de predicado excluso*, ao sujeito não podér convir outro predicado; aliás nem no primeiro, nem no segundo caso, sería a exclusão verdadeiramente absoluta.

Exceptiva

A exceptiva será verdadeira, se, convertida em exclusiva, ficar uma verdadeira exclusiva.

A razão, é porque exceptuar não é mais do que excluir o que se exceptua.

Comparativa

A comparativa será verdadeira, se as simples, em que ella se decompõe, egualmente forem verdadeiras, verificando-se ao mesmo tempo superioridade ou inferioridade entre os objectos comparados; porque, não o sendo, não se póde affirmar, ou negar, em ambas o attributo do sujeito, nem no grau positivo, nem no grau de comparação, que enuncia a proposição.

Cicero foi melhor cidadão, que Catilina, — é uma comparativa falsa; porque as simples, em que se decompõe, não são ambas verdadeiras.

Reduplicativa

Para que a reduplicativa seja verdadeira, basta que o attributo tenha com o sujeito, restricto e limitado a um ponto de vista particular, a conveniencia ou desconveniencia, que enuncia a proposição; porque, 'nestas proposições, o attributo affirma-se ou nega-se do sujeito, não em todas as relações do mesmo sujeito, mas só 'numa especial.

Inceptivas e desitivas

Verificaremos a exactidão das inceptivas e desitivas, verificada a exactidão do princípio e do fim, que ellas designam.

De modo que, na inceptiva o predicado não convem ao sujeito antes d'esse princípio; e na desitiva o predicado não convem ao sujeito depois d'esse fim.

§ 318

Extensão do sujeito

Não custa a conhecer a extensão do sujeito, quando a proposição é universal, particular, ou singular; pois que é bem de ver, que nas *universaes* se fala de todos; nas *particulares*, de algum ou alguns; e nas *singulares*, só d'um objecto ou objectos determinados.

Já assim não é com as indefinidas. Esta, por ex., *Os portuguezes são valentes*, será verdadeira ou falsa, segundo a extensão do sujeito.

As regras, para determinar esta extensão, são as seguintes:

1.ª

As proposições indefinidas, em materia necessaria, têm a fôrça de universaes; porque, sendo o attributo da essencia do sujeito, ha de necessariamente aquelle attributo pertencer a todos, e a cada um dos individuos da classe do sujeito.

2.ª

As proposições indefinidas, em materia fortuita ou contingente, têm a força de geraes, ou de particulares pela razão inversa da regra antecedente.

§ 319

Extensão e comprehensão do predicado

Alguma difficuldade ha em conhecer a extensão do predicado.

Para sabirmos d'ella teremos em vista as regras seguintes:

1.ª

Em toda a proposição affirmativa, o predicado é tomado particularmente; porque, uma proposição affirmativa não affirma precisamente, senão o que é necessario para a tornar verdadeira; e, para o ser, é necessario, que o sujeito seja uma das cousas, a que convem o attributo.

2.ª

Em toda a proposição negativa, o attributo é tomado universalmente; porque, uma proposição negativa nega geralmente o que a póde tornar falsa; e, para o não ser, é mister que o sujeito não seja alguma das cousas, a que convem o attributo.

3.ª

Nas proposições affirmativas, o predicado applica-se ao sujeito em toda a sua comprehensão; porque n'estas affirma-se do sujeito tudo o que são propriedades do predicado.

4.ª

Nas proposições negativas, o attributo não se nega do sujeito em toda a sua comprehensão; porque 'nellas não se négam do sujeito todas as propriedades do predicado.

§ 320

Opposição das proposições

As regras sôbre a opposição das proposições são tres:

1.ª

Nas proposições oppostas, em materia necessaria, sendo o attributo da essencia do sujeito, a affirmativa é sempre verdadeira; porque affirma do sujeito uma qualidade, que está na sua essencia.

2.ª

Nas proposições oppostas, em materia necessaria, repugnando o attributo com a essencia do sujeito, é falsa a affirmativa; porque affirma do sujeito uma qualidade, que elle não tem.

3.ª

Nas proposições oppostas, em materia contingente, a universal é sempre falsa; porque se affirma ou nega universalmente, o que só devia affirmar ou negar geral ou particularmente.

§ 321

Conversão das proposições

As regras sobre a conversão das proposições são as seguintes:

1.ª

Toda a proposição, cujo sujeito e predicado são idêas identicas ou equivalentes, póde converter-se simplesmente; porque, exprimindo os seus termos idêas identicas, têm a mesma extensão e comprehensão.

2.ª

As proposições universaes, affirmativas, podem converter-se por accidente, e não simplesmente; porque, 'nestas proposições, o attributo é tomado em parte da sua extensão. Se as convertessemos simplesmente, a convertida ficaria falsa.

3.ª

As proposições particulares, affirmativas, podem ser convertidas simplesmente, e não por accidente; porque, sendo a proposição affirmativa particular, o seu attributo não é tomado em toda a sua extensão.

4.ª

As proposições universaes, negativas, podem converter-se simplesmente, e não por accidente; porque 'nestas proposições são os predicados tomados universalmente, e então deve a convertida ficar universal; aliás não sería verdadeira.

VIII

REGRAS SOBRE AS ARGUMENTAÇÕES

§ 322

Inducção

Para que a inducção *perfeita* seja verdadeira é mister, que se enumerem todas as partes; porque um todo só póde ser devidamente conhecido, sendo examinadas, uma por uma, as partes, que o constituem.

A inducção *imperfeita* levar-nos-ha ao conhecimento da verdade, se os factos, em que assentar, forem devidamente *observados* e *homogeneos*, *multiplos*.

O valor d'esta especie de inducção funda-se na constancia das leis da natureza: e na verdade, se em grande numero de factos homogeneos e devidamente observados se derem certas qualidades, poderemos concluir que em todos os outros da mesma natureza, que não observámos, egualmente as encontraremos.

Vê-se pois, que segundo o modo, por que forem satisfeitas as condições, de que depende a inducção, assim chegaremos á evidencia, ou á probabilidade.

§ 323

SYLLOGISMO

Como o princípio fundamental do syllogismo é—que as cousas identicas a uma terceira são identicas entre si: resulta d'ahi, que todas as regras do syllogismo se podem reduzir a uma só — *O meio que se compara com um ex-*

tremo, deve ser o mesmo, que se compara com o outro extremo.

As oito regras de Aristoteles, relativas ao syllogismo, podem ser olhadas como explicações da fundamental, que acabámos de enunciar.

1.ª

Terminus esto triplex, medius, majorque minorque.

Nenhum syllogismo deve constar de mais, que tres termos,— *maior menor* e *medio;* aliás não se poderia fazer a comparação dos dois com um terceiro:

Todo o *homem* é *animal*;
Mas todo o *anjo* é *espirito*;
Logo todo o anjo é animal.

Para o syllogismo peccar contra esta regra, não é mister, que haja expressamente mais que tres termos; basta, que um seja tomado em mais, que um sentido:

Um soldado é valente;
Um soldado é cobarde;
Logo um cobarde é valente.

2.ª

Latius hunc quam praemissae conclusio non vult.

Um dos termos não deve ter maior extensão na conclusão, que nas premissas; aliás sería na conclusão um termo differente, do que é nos principios:

Todo o corpo é substancia;
Mas nenhum espirito é corpo:
Logo nenhum espirito é substancia.

3.ª

Aut semel aut iterum medius generaliter esto.

O meio termo deve tomar-se ao menos uma vez em toda a sua extensão; d'outro modo poderia significar duas

cousas differentes; e assim conteria o syllogismo mais, que tres termos:

Ex., o 2.º da regra 1.ª

4.ª

Nequaquam medium capiat conclusio oportet.

O meio termo não deve apparecer na conclusão; porque este termo serve para comparar os extremos, e por isso na conclusão só se deve achar o resultado, isto é, a relação dos dois extremos, maior e menor.

Alexandre era um general;
Mas *Alexandre* era pequeno:
Logo Alexandre era um *pequeno general.*

5.ª

Ambae affirmantes nequeunt generare negantem.

Se as premissas forem affirmativas, a conclusão tambem o deve ser. A razão é, porque, sendo ambas affirmativas, os dois termos convêm com o terceiro; e quando duas cousas convêm com uma terceira, convem entre si. É pois falso o seguinte:

A virtude é um habito bom;
A prudencia é virtude:
Logo a prudencia não *é habito bom.*

6.ª

Pejorem sequitur semper conclusio partem.

Se uma premissa é affirmativa e a outra negativa, a conclusão deve ser negativa; porque, 'neste caso, um dos termos convem com o terceiro, e o outro não; e quando duas cousas não convêm com uma terceira, não convem entre si.

Se uma premissa é universal e outra particular, a conclusão deve ser particular. A razão é, porque a conclusão não deve ser mais extensa, do que o seu antecedente.

Os logicos tambem dizem que uma proposição negativa é mais fraca que uma affirmativa: e que uma proposição particular é mais fraca, que uma universal.

7.ª

Utraque si praemissa neget, nihil inde sequitur.

De duas premissas negativas nada se póde concluir; porque, não convindo nenhum dos extremos com o meio, mal se póde affirmar ou negar a conveniencia d'um com o outro. Pecca contra esta regra o seguinte:

Os chinezes não são *christãos;*
Os hespanhoes não são *chinezes:*
Logo os hespanhoes não são christãos.

8.ª

Nihil sequitur geminis ex particularibus umquam.

De duas premissas particulares nada se póde concluir; aliás iriamos contra o que ensina a regra terceira.

§ 324

ENTHYMEMA

O enthymema será verdadeiro, quando, exprimida a premissa, que lhe falta, ficar um syllogismo, conforme ás oito regras, que acabâmos de apontar.

§ 325

EPICHIREMA

O epichirema será verdadeiro: 1.º se o syllogismo, ou sorites fundamental, for verdadeiro; 2.º se as proposi-

ções causaes estiverem em harmonia com as leis da sua formação.

§ 326

SORITES

O sorites será verdadeiro, se os syllogismos, em que se podér decompôr, forem verdadeiros.

Um sorites decompõe-se em tantos syllogismos, quantos são os seus termos medios; isto é, aquelles, que 'nelle houver, além dos dois, cuja relação queremos saber.

§ 327

DILEMMA

As regras, relativas ao dilemma, são as seguintes:

1.ª

Não deve haver meio entre os termos das disjuncção; aliás nada se póde concluir.

O juiz ou condemna á morte o réu, ou o absolve.

Se o condemna á morte, é cruel, e falta por isso á justiça;

Se o absolve, não cumpre com a lei, e tambem falta á justiça:

Logo de todo o modo falta á justiça.

Este dilemma não conclue; porque, entre a pena de morte e a absolvição, ha penas intermedias.

2.ª

As proposições condicionaes devem ser verdadeiras.

3.ª

O dilemma deve ser tal, que não possa ser *retorquido;* aliás convertel-o-hia o adversario em utilidade sua. Ex.:

O soberano ou deixa perecer o réu, ou lhe perdôa:

Se o deixa perecer, merece censura, por deshumano,

Se o absolve, tambem a merece, por embaraçar a acção da justiça:

Logo de todo o modo merece censura.

Este póde ser retorquido d'esta sorte:

Se o deixa parecer, não merece censura; porque respeita a acção da justiça;

Se o absolve, tambem não; porque é misericordioso no uso do seu direito:

Logo de nenhum modo merece censura.

§ 328

EXEMPLO

Para o exemplo ser verdadeiro deve ser verdadeira a relação, em que se funda.

Para produzir convicção deve a relação ser conhecida.

IX

DAS ARGUMENTAÇÕES VICIOSAS

§ 329

A argumentação viciosa chama-se *sophisma*, quando é empregada de má fé; e *paralogismo*, quando é filha da ignorancia de quem a emprega.

§ 330

Ainda que os vicios das argumentações podem descobrir-se á face das regras, que havemos dado acima (§§ 322 a 328); todavia para maior clareza mencionaremos os sophismas, de que se tracta nas escholas, seguindo *Aristoteles*.

§ 331

Os sophismas são treze. Seis dão-se nas palavras, e cha-

mam-se *grammaticaes;* septe dão-se nas idêas e chamam-se *logicos* ou *dialecticos.*

Os grammaticaes são o *equivoco*, o *accento*, e a *figura de dicção*, nas palavras separadas; e a *amphibologia*, a *composição* e a *divisão*, nas palavras junctas.

Os dialecticos são o do *accidente*, o do *dicto simples ao secundum quid*; o do *dicto secundum quid ao dicto simples*, a *ignorancia do elencho*, a *petição do princípio*, a *não causa como causa*, e o de *muitas interrogações.*

§ 332

Equivoco

Equivoco, ou *homonymia*, é o emprego d'uma palavra com mais, do que uma significação. Ex.:

Um clima *é doce*;
Mas o que *é doce* é grato ao paladar:
Logo um clima *é grato ao paladar.*

§ 333

Accento

Accento é o emprego de palavras, que variam de significação, variando o accento. Ex.:

Páris foi causa da guerra de Troia;
Mas *París* é um centro de civilisação;
Logo um centro de civilisação *foi causa da* guerra de Troia.

§ 334

Figura de dicção

A *figura de dicção* dá-se quando nós, enganados pela

similhança dos sons, ligâmos a diversas palavras a mesma idêa. Alguem confunde-a com o equivoco. Ex.:

Jacintho *é uma flor*;
Mas já sinto *são duas palavras:*
Logo duas palavras *são* uma flor.

§ 335

Amphibologia

Amphibologia é o emprêgo d'uma phrase, repetida em sentido differente. Ex.:

Quem ensina um idiota *lavra na areia;*
Mas quem *lavra na areia* precisa d'um arado:
Logo quem ensina um idiota precisa d'um arado.

§ 336

Composição

A *composição* consiste em passar do sentido dividido ao sentido composto; ou do distributivo ao collectivo; isto é, quando se junctam cousas, que, para serem verdadeiras, devem tomar-se separadas.

Quem está assentado *póde* estar em pé:
Logo quem está assentado *póde*, *ao mesmo tempo*, estar em pé.

—

Dois e *tres são* um par *e* um impar;
Mas cinco *é formado de* dois *e* tres:
Logo cinco *é* par *e* impar.

§ 337

Divisão

A *divisão* consiste em passar do sentido composto ao dividido; ou do collectivo ao distributivo; isto é, quando

se separam cousas, que, para serem verdadeiras, devem tomar-se junctas. Ex.:

O *branco* não póde ser *encarnado;*
Logo o papel *não se póde tingir* de encarnado.

Os apostolos de Christo foram doze;
Ora S. Pedro *e* S. Paulo *foram apostolos:*
Logo S. Pedro *e* S. Paulo *foram* doze.

§ 338

Accidente

O sophisma *de accidente* commette-se, quando se toma essencialmente, o que se deve tomar accidentalmente; isto é, quando se tira uma conclusão absoluta e sem restricção, do que não é verdade, senão por accidente. Ex.:

Alguns sabios *têm sido viciosos;*
Mas os viciosos são prejudiciaes:
Logo todos os sabios *são prejudiciaes.*

§ 339

Dicto simples ao dicto secundum quid

O do *dicto simples ao dicto secundum quid* consiste, em concluir, que aquillo, que é simplesmente verdadeiro ou falso, tambem o é d'uma maneira determinada. Ex.:

Quem engana *falta á verdade;*
Quem falta á verdade mente:
Logo quem engana *mente.*

Não conclue; porque alguem póde enganar de boa fé.

§ 340

Dicto secundum quid ao dicto simples

O do *dicto secundum quid ao dicto simples* tem logar,

quando se conclue, que aquillo, que é verdadeiro ou falso a certo respeito, egualmente o é d'uma maneira absoluta. Ex.:

Ignorâmos *como se effectua a união da alma com o corpo:*
Logo ignorâmos, *que existe essa união.*

§ 341

Ignorancia do elencho

A *ignorancia do elencho* dá-se ou quando não conhecemos o verdadeiro estado da questão — ou quando empregâmos argumentos *contraproducentes;* ou quando nos servimos de argumentos, que *provam de mais.*

Esta última hypothese funda-se 'naquelle dicto, — *qui nimis probat, nihil probat.*

Um tal sophisma é muito frequente nas discussões ordinarias, aonde ás vezes disputâmos, porque nos não entendemos, ou porque a certas palavras abstractas ligâmos significações diversas.

§ 342

Petição do principio

A *petição do princípio* consiste, em se dar para prova d'uma these a mesma these, embora variada na expressão. Ex.:

Todo o homem está sujeito a errar;
Porque não é infallivel.

Este sophisma tambem se chama *círculo vicioso.*

§ 343

Não causa como causa

A *não causa como causa* consiste, em dar por causa d'um effeito, o que realmente o não é. Ex.:

D. Duarte, o eloquente, reinou pouco tempo;
Porque não ouviu os conselhos *d'um astrologo.*

Os que argumentam com este princípio falso — *post hoc; ergo propter hoc;* ou — *cum hoc; ergo propter hoc;* — caem 'neste sophisma. E caem tambem 'nelle os que attribuem certas influencias a cousas, que a não exercem.

§ 344

Muitas interrogações

O sophisma de *muitas interrogações* consiste, ou em accumular muitas perguntas, que não podem ser respondidas por uma só resposta; ou em fazer uma só, cuja resposta, affirmativa ou negativa, seja contra o respondente. Ex.:

Os portuguezes, os hespanhoes, e os chins são europeus?
Já acabaste *de bater em teu pae?*

Assim perguntava um sophista a outro, a quem queria torturar. *Não bati*, respondeu elle, salvando-se da tortura.

§ 345

Outros argumentos defeituosos

Além dos sophismas, que ficam mencionados, ainda ha quatro argumentos defeituosos:

1.º O argumento *de analogia.* Consiste em concluir de *similhante para similhante.* Assim, porque eu seu que a embriaguez faz cambalear, nem por isso devo concluir, que está ebrio um homem, que eu vejo cambalear. Póde fazer isso por outra qualquer causa.

O defeito d'este argumento está, em se suppor, que effeitos similhantes têm sempre causas similhantes.

Este argumento é um verdadeiro sophisma, quando ha *falsa analogia.*

2.º O argumento *ad verecundiam.* Consiste, em que-

rermos demonstrar a nossa opinião com a *auctoridade de varões respeitaveis* por sua sabedoria, probidade, nobreza, podêr, ou outra qualquer circumstancia.

Este argumento tem em vista confundir o adversario, já que o não podemos convencer legitimamente.

É defeituoso; porque quem reforça uma opinião são as razões intrinsecas, em que se funda, e não a auctoridade externa, a não ser nos factos historicos.

3.º O argumento *ad ignorantiam*. Consiste, em pretender, que o adversario deve admittir a nossa opinião, uma vez *que não saiba provar*, que ella é falsa.

É defeituoso este argumento; por ser um contra-senso querer deduzir verdade da ignorancia.

4.ª O argumento *ad hominem*. Consiste, em lançar mão dos *principios falsos do nosso adversario*, para o convencermos da verdade da nossa opinião.

É tambem defeituoso; porque a verdade mal assenta sobre a falsidade.

§ 346

Com quanto, em these, estes quatro argumentos, por defeituosos, se devam rejeitar; ha todavia uma hypothese, que justifica o seu uso.

É quando, sendo a nossa opinião verdadeira e justa, não podérmos convencer o adversario d'outro modo.

X

DIALECTICA

§ 347

O QUE É, E SUA UTILIDADE

Dialectica é a *arte de discutir;* isto é, a collecção de preceitos e regras, por onde nos devemos regular nas *discussões* ou *disputas.*

A práctica mostra, que aquelles, que discutem sem estas regras, não discutem como philosophos; antes teimam como ignorantes, ou vociferam como possessos.

§ 348

DISCUSSÃO OU DISPUTA

Discussão é o acto, em que dois ou mais individuos sustentam, com razões, opiniões contrárias.

§ 349

A DIALECTICA DIFFERE DA LOGICA

Quando o fim da logica se reduzia a *contender por amor da pompa e da gloria*, pouco differia a logica da dialectica. Eram uma e a mesma arte.

Hoje podêmos considerar a dialectica como uma parte da logica, do mesmo modo, que considerâmos a arte crítica, a arte hermeneutica, e a arte das argumentações.

§ 350

Disputantes

São essenciaes á discussão um *arguente*, e um *defendente.*

Ha certas discussões, em que, aos arguentes e defendentes, accresce um *presidente.*

§ 351

Principios fundamentaes das regras da disputa

As verdades fundamentaes, d'onde se deduzem as leis ou regras da discussão, são as seguintes:

1.ª O fim, que deve ter a disputa, é conhecer a verdade da questão proposta.

2.ª O fim, que deve ter o arguente, é só mostrar a difficuldade, que tem contra si a proposição, que se defende.

3.ª O fim, que deve ter o defendente, é só mostrar a sua proposição livre d'aquella difficuldade.

4.ª O fim do presidente, quando o ha, é encaminhar e illucidar a discussão.

§ 352

Regras communs

1.ª

Os disputantes devem entender, e estabelecer com clareza, o estado da questão; aliás os seus argumentos serão disparates, e as suas razões absurdos.

2.ª

As proposições, que estabelecerem, devem ser diversas; porque, não o sendo, conversam e não discutem.

3.ª

Devem estabelecer fontes em que convenham, e d'onde

tirem os principios da sua argumentação; não sendo licito sahir para fóra d'ellas.

Fazendo o contrário d'isto, amontoar-se-hão questões sobre questões.

4.ª

Devem conservar o espirito quieto e sereno, evitando palavras e expressões injuriosas; aliás não se alcança o fim da discussão, antes se obscurece e confunde a verdade.

5.ª

Devem servir-se de expressões claras e intelligiveis; evitando questões de palavras, e dando todas as explicações e esclarecimentos, que se exigirem.

§ 353

Requisitos e regras especiaes ao presidente

O presidente deve ser auctorisado pelo seu saber, pela sua prudencia, e pela sua probidade. As regras, por onde se dirige, são as seguintes:

1.ª

Encaminhar e illucidar a questão.

2.ª

Chamar ao estado da questão aquelle, que houver aberrado; porque assim cortam-se questões eventuaes, e quasi sempre desnecessarias.

3.ª

Chamar á ordem aquelle dos disputantes, que se houver excedido.

4.ª

Conceder a palavra a quem a tiver pedido; e pela ordem, por que houver sido pedida.

§ 354

Regras especiaes ao arguente

1.ª

O arguente deve deduzir dos raciocinios, que fizer, uma proposição opposta á do defendente; porque, quando se propõe a disputar, o seu fim é impugnar essa proposição.

2.ª

Quando o defendente é de boa fé, incumbe ao arguente refutar plenamente as razões do seu adversario.

Não refutará plenamente, usando de expressões vagas e genericas, que pouco ou nada vêm ao caso.

3.ª

Quando o defendente, de boa fé, segue uma proposição impossivel, o arguente satisfaz da sua parte, demonstrando essa impossibilidade, e não é obrigado a responder ás objecções contrárias; porque os raciocinios, com que se pretende provar o impossivel, não podem deixar de ser viciosos ou na materia ou na fórma.

4.ª

Quando o arguente segue uma causa justa e verdadeira, se não podér convencer o adversario, senão pelo *argumento ad hominem*, é logico lançar mão d'elle; porque d'este modo lhe faremos ver as conclusões absurdas, que sáem dos seus principios.

5.ª

Se o adversario negar principios claros e verdadeiros, deve offerecer-lhe os oppostos; e, se admittir estes, deve convencel-o, de que admitte uma falsidade. Se os negar, deve perguntar-lhe, se duas proposições oppostas, em materia necessaria, podem ser ambas falsas; e quando diga que sim, deve deixal-o como teimoso e refractario.

Com teimosos, por systema, não se deve argumentar.

6.ª

Quando se conhece, que o defendente é de má fé, por empregar razões obscuras, e usar de expressões ambiguas, então o arguente ou deve explicar-lhe essas razões, para

entender, que não são idoneas, ou pedir-lhe, que as explique, fixando o sentido em que as toma.

Se ainda assim ficar na sua, deve deixal-o, como teimoso.

§ 355

Regras especiaes ao defendente

1.ª

O defendente, tendo repetido os argumentos, que se lhe propõem, deve responder distinctamente a cada um d'elles; porque assim mostra, não só que percebeu todas as razões do seu adversario, mas que tem força para sustentar a sua these.

2.ª

Deve examinar, se as argumentações são viciosas; e manifestar esses vicios, ou sejam na materia, ou sejam na fórma.

3.ª

Se tiver provado a sua proposição com razões, tiradas dos logares claros d'um auctor, não é obrigado a responder ás razões tiradas de logares obscuros do mesmo auctor; porque é mais natural interpretarem-se os segundos logares pelos primeiros.

§ 356

Methodos de discutir

Os methodos da discussão são dois,—*syllogistico* e *socratico.*

O methodo syllogistico consiste em argumentar por longos e encadeados raciocinios.

O methodo socratico consiste em argumentar por perguntas e respostas, e por contínuas insistencias.

§ 357

Apreciação dos dois methodos

Ambos os dois methodos *socratico* e *syllogistico,* são admittidos na práctica. Damos preferencia ao socratico; porque, por elle, se avalia melhor a força intellectual dos dois contendores.

Pelo methodo syllogistico, ou fala em primeiro logar o arguente, ou fala o defendente. Em qualquer dos casos, ouvimos um longo discurso, seguido d'outro tambem longo. São discursos, as mais das vezes, preparados em casa, e que nem sempre são manifestação de grande talento.

Em nossa opinião pois, o methodo, que mais se deve seguir nas discussões, que têm por fim examinar o talento d'um defendente, é o socratico.

Declarâmos todavia, que n'aquellas discussões, em que unicamente se tem em vista o conhecimento da verdade, se deve empregar principalmente o methodo syllogistico, estabelecido primeiro o estado da questão, e determinadas as fontes da argumentação.

XI

CAUSAS DOS ERROS, E MEIOS DE OS EVITAR

§ 358

ERRO, E SUAS CAUSAS EM GERAL

Erro, ou falsidade logica objectiva é o acto da intelligencia de tomar uma cousa por outra, ou de julgar das cousas o que ellas não são.

Por consequencia tudo quanto nos impede de conhe-

cer, o que as cousas são, e de julgar d'ellas como realmente não são, póde considerar-se causa da nossa ignorancia e erros.

Estas causas, são *remotas* e *proximas*. É causa *remota* da ignorancia e erros a limitada capacidade da intelligencia humana.

São causas *proximas* as que abaixo passâmos a expôr, sendo umas *externas* e outras *internas* a nós.

É de muita importancia conhecer as causas dos erros; porque só assim poderemos com facilidade chegar á verdade logica.

§ 359

Causas externas

As *externas* podem ser:

1.ª A falta de estudo. Esta faz ou que vivamos na ignorancia natural, em que nascemos, ou que adquiramos idêas falsas, e uma moral depravada.

2.ª A falta d'um bom preceptor. Esta faz, que nós, crendo, por via de regra, nas opiniões dos nossos mestres, abracemos as suas doutrinas, ás vezes falsas, e as adoptemos, como verdadeiras.

3.ª A falta de bons livros. Esta faz, que, directa ou indirectamente, caiamos em erros. Directamente, não reparando nos erros, que possam conter; indirectamente, lendo-os com a opinião anticipada, de que são bons.

4.ª A falta de convivencia com os sabios. Esta faz, que não augmentemos a esphera dos nossos conhecimentos, por não procurarmos um meio tão proprio para isso, como é o tracto com os eruditos.

5.ª A falta de tempo. Sendo a *arte longa*, e a *vida breve*, facil é de ver, quanto esta falta póde contribuir para a nossa ignorancia e erros.

§ 360

Os remedios contra estas, e contra todas as outras cau-

sas dos nossos erros, reduzem-se a este axioma: *Sublata causa cessat effectus*. Especialisando, porém, os remedios, contra as causas externas, são:

1.º Cultivar as fontes dos nossos conhecimentos.
2.º Procurar bons mestres, e ser eclectico.
3.º Fazer boa selecção dos livros, que houvermos de ler.
4.º Frequentar os sabios, e ler suas vidas.
5.º Fugir dos estudos superficiaes.

§ 361

Causas internas

As causas internas dos nossos erros, são, umas relativas ao *corpo*, outras relativas á *intelligencia*, outras relativas á *vontade*, e á *sensibilidade*.

§ 362

Relativas ao corpo

As causas relativas ao corpo, são:

1.ª *A preguiça*. Esta faz, que estudemos pouco; e quem estuda pouco, ignora e erra.
2.ª *As doenças*. Estas fazem, que não consagremos ao estudo todo o tempo, que é preciso.
3.ª *O excesso no comer e beber*. Estas duas causas produzem a preguiça, e doenças, e tudo isto é causa de ignorancia e erros.
4.ª *A fraqueza dos sentidos*. Esta faz, que caiamos em muitas illusões, á cêrca da extensão, figura, e distancia dos corpos.
5.ª *A tendencia aos prazeres*. Esta faz, que, attrahidos por elles, não tractemos de estudar.

§ 363

Os remedios, contra estas causas, são:

1.º Adquirir o hábito de estudar; e uma vez adquirido não o deixar perder.

2.º Recorrer á medicina, para achar uma medicação proficua ás doenças.

3.º Ser parco nas comidas e bebidas.

4.º Educar bem os sentidos, seguindo as regras (§ 272), por onde elles se dirigem.

5.º Ser prudente no emprêgo dos sentidos.

§ 364

Relativas ao entendimento

As causas relativas ao intendimento, são:

1.ª *Fraqueza do intendimento.* A fraqueza do intendimento importa comsigo a fraqueza de alguma, ou de todas as faculdades intellectuaes; e sem faculdades intellectuaes, não se podem adquirir conhecimentos.

2.ª *Mau methodo de estudo.* Só ignorará, quanto é prejudicial esta causa, aquelle, que nunca houver estudado.

3.ª *Opiniões anticipadas.* Estas, sendo juizos formados sobre as cousas, antes de haver boas razões para os formarmos, fazem que não julguemos d'ellas como deveramos julgar.

§ 365

As opiniões anticipadas ou *prejuizos*, podem ser:

1.º *Pessoaes;* que nos representam, como boas, todas as nossas qualidades.

2.º *Domesticos;* ou de familias, que nos representam, como boas, as qualidades dos nossos.

3.º *Nacionaes;* que nos fazem julgar, dos costumes e instituições da nossa patria, d'um modo diverso d'aquelle, por que julgâmos das outras.

4.º *Prejuizos da infancia;* que nos fazem ter por verdade aquillo, que apprendemos nos primeiros annos.

5.º *Prejuizo das antigualhas;* que nos fazem crer, que as sciencias não podem progredir. Que só são boas as idêas velhas.

6.º *Prejuizos das novidades;* que nos persuadem, que os antigos eram uns perfeitos ignorantes, e que só é bom, o que é moderno.

7.º *Prejuizos de eschola;* que nos fazem suppor como verdadeiras todas as doutrinas dos nossos mestres.

§ 366

Os remedios, contra estas causas, são:

1.º Supprir com o estudo, e com o trabalho, o defeito natural da intelligencia; lembrando-nos d'aquelle dicto de Seneca: *Nihil tam difficile et arduum, quod non humana mens vincat, et in familiaritatem adducat assidua meditatio.*

2.º Estudar com methodo; para o que muito contribuem as regras seguintes:

1.ª Escolher com muita circumspecção, ou por nós, ou por outrem mais habilitado que nós, os livros por onde houvermos de ler.

2.ª Ter bem em vista a questão ou ponto, que pretendermos estudar.

3.ª Ler, não para unicamente alardearmos erudição, mas só com o intuito de nos instruirmos utilmente.

4.ª Ler poucos livros, mas bem; isto é, pensando muito o que elles dizem; não interrompendo a leitura a cada passo; não passando por alto folhas e capitulos, etc.

3.º Usar da *dúvida prudente.*

Por dúvida prudente nem se entenda a *dúvida cartesiana*, que os discipulos de *Descartes* chamavam methodica; nem a *dúvida sceptica.*

A dúvida *cartesiana* embaraça em certo modo o progresso das sciencias. A dúvida sceptica é o summo opprobrio e abnegação da intelligencia humana.

§ 367

Relativas á sensibilidade: paixões e suas especies

As causas relativas á sensibilidade reduzem-se principalmente ás *paixões.*

Paixões são desejos vivissimos e continuos, nascidos da representação do bem e do mal, ou do sentimento de pena ou de prazer.

Dividem-se do mesmo modo, que as penas e prazeres.

Paixões *physicas* são as que têm por objecto os bens terrestres, tal é a paixão das riquezas.

Paixões *sympathicas* as que têm por objecto nossos similhantes, como o amor, a amizade, etc.

Paixões *estheticas* as que têm por objecto o bello, como o amor pelas bellas-artes.

Paixões *intellectuaes* as que têm por objecto a verdade, como a paixão das sciencias.

Paixões *moraes*, as que têm por objecto, o bem, o justo, o honesto.

Paixões *religiosas*, se assim se póde dizer, as que têm por objecto o ser infinito, taes como a piedade religiosa, o fervor divino, etc.

As paixões impedem-nos de prestar attenção a outras cousas, que não sejam o objecto d'ellas; e corrompem as nossas idêas e juizos, mostrando-nos as cousas como ellas não são. É assim, que o amor, o odio, a ira, o temor, a esperança, a desconfiança, todos os dias nos induzem a formar juizos errados.

§ 368

Os remedios contra estas causas são:

1.° Resistir ás paixões logo de principio, lembrando-nos da regra de Ovidio:

Principiis obsta: seró medicina paratur
Cúm mala per longas invaluére moras.

2.° Tornar a julgar, serenado o espirito, o que julgámos na effervescencia da paixão.

§ 369

As principaes causas d'erro relativas á vontade são os *defeitos de caracter.*

Por *caracter* entendemos aqui uma certa disposição natural augmentada pelo habito.

Assim é que os homens ou muitos *condescendentes*, ou *teimosos*, ou *voluveis*, ou *presumpçosos*, ou *irascives*, ou *timidos*, ou *contemporisadores*, ou *positivistas*, ou *utopistas*, hão de muitas vezes errar em seus juizos.

§ 370

Os remedios contra esta causa são :

1.º Estudar cada um o seu caracter, e quando lhe conhecer defeitos, practicar actos contrarios, a fim de reformar os habitos contrahidos :

2.º Reagir contra a perniciosa influencia do caracter sobre os actos do espirito.

TERCEIRA PARTE

ONTOLOGIA DEMONSTRATIVA

---

§ 371

Existem contingentes; porque todas as cousas do mundo são mudaveis; e o que é mudavel não é necessario. É contingente.

§ 372

Existe um ente necessario; porque os contingentes são effeitos; e não ha effeito sem causa.

§ 373

O ente necessario é immudavel; porque não depende d'outro para existir; e o ente, que não depende d'outro para existir, não está sujeito a mudanças.

§ 374

Os contingentes são mudaveis; porque dependem d'outros para existir; e o ente, que depende d'outro, está sujeito a mudanças.

§ 375

Os contingentes não podem entrar na essencia do ente necessario; porque um mesmo ente não póde constar de attributos, que se destróem mutuamente.

§ 376

Estas cinco proposições tem por fim refutar o *pantheismo*, erro dos que dizem que Deus e o universo constituem uma unica substancia.

§ 377

Os contingentes não podem ser emanação do ente eterno; porque, se o fôssem, seriam da mesma natureza, que elle. Não seriam contingentes.

§ 378

Logo foram creados.

§ 379

Estas duas proposições refutam o *emanismo*, erro dos que dizem que a alma humana é emanação da divindade.

§ 380

O ente eterno foi livre na creação dos contingentes; aliás seria obrigado, o que repugna com a sua natureza e essencia.

§ 381

A força de crear é infinita; porque crear é tirar do nada. Só o ente necessario o póde fazer.

§ 382

Não póde haver aniquilações naturaes; porque a força

de aniquilar é egual á de crear; e a natureza, que é mudavel, não tem força infinita.

§ 383

Existem causas necessarias; porque no mundo ha causas, que, tendo todos os requisitos para obrar, não podem deixar de obrar.

§ 384

Existem causas livres; porque no mundo ha causas, que, tendo todos os requisitos para obrar, podem obrar, ou deixar de obrar.

§ 385

Logo não ha fado.

§ 386

Com estas tres ultimas proposições se refuta o *fatalismo;* erro dos que admittem o *fado.*

PSYCHOLOGIA RACIONAL

§ 387

DEFINIÇÃO E OBJECTO DA PSYCHOLOGIA RACIONAL

A *psychologia racional*, tornâmos a dizel-o, tracta das propriedades e destino da alma humana conhecido á luz do raciocinio, embora apoiado na observação interior.

§ 388

Alma humana, e suas propriedades

Alma é o principio, que em nós sente, pensa e quer.

A idéa da nossa alma é deduzida do principio de causalidade.

Propriedades da alma são as suas qualidades mais intimas e estaticas, que existem sempre do mesmo modo. São, além d'outras, a sua — *substancialidade*, *espiritualidade*, *personalidade*, *identidade*, *unidade* e talvez a *liberdade*.

Por *destino da alma* queremos significar aqui a sua sobrevivencia ao corpo, a sua immortalidade.

§ 389

Substancialidade da alma

Por *substancialidade* da alma entendemos a propriedade, que ella tem de ser uma substancia existente em si, e não adjuncto ou mera modificação d'outra substancia.

Que a alma é uma substancia, attesta-o a consciencia, ajudada pelo raciocinio, que nos dizem, que ella é indubitavelmente o *substractum* permanente e invariavel de todas as suas qualidades, faculdades e operações.

§ 390

Espiritualidade da alma

Espiritualidade é a qualidade, que a alma tem de não ser corpo, nem propriedade ou adjuncto do corpo.

Que a alma é espirito demonstram-no as seguintes razões:

1.ª Se a alma fosse materia, e por conseguinte fosse composta de partes; ou cada uma d'estas teria faculdades, ou só uma as teria, e as outras não. Se cada uma: haveria muitas faculdades de idear, muitas de julgar, muitas de raciocinar, etc.; e a consciencia attesta-nos o contrário. Se só uma: ou essa sería materia e composta de partes, e então repetiam-se as mesmas difficuldades da hypothese antecedente; ou sería espirito e essa constituiria a alma humana.

2.ª As propriedades da alma humana repugnam com as da materia, e a repugnancia entre as propriedades importa comsigo a repugnancia entre as substancias.

1) *juizo e solidez.* A alma julga: mas não ha juizo sem comparação: nem comparação sem que as idêas comparadas se confundam e compenetrem: e é certo que a esta compenetração resiste a solidez da materia.

2) *liberdade* e *inercia.* A alma é livre: mas não ha liberdade sem actividade espontanea; e a esta actividade oppõe-se a inercia da materia.

3) *cogitações* e *movimentos*. A alma cogita; mas as cogitações podem representar muitas cousas ao mesmo tempo; como o juizo, que representa os seus tres elementos; o raciocinio seis, etc.: e os movimentos da materia, como individuaes que são, não podem representar senão uma cousa unica.

§ 391

Personalidade da alma

Personalidade da alma póde definir-se a qualidade, que a alma tem de ser um individuo, conscio da sua actividade, que se propõe fins, e emprega os meios mais adequados para os conseguir.

Mas a consciencia, ajudada pelo raciocinio, nos attestam, que este princípio, que em nós sente, pensa e quer, é um effeito, uma individualidade, conscia de si, que se propõe fins, e pelos meios mais ajustados tende a conseguil-os.

§ 392

Identidade da alma

Por *identidade* da alma entende-se a propriedade, que ella tem de permanecer a mesma apesar das innumeras modificações, a que está sujeita.

A alma possue esta propriedade, porque se a não possuisse, não teria que esperar, nem que temer por si, mas só por outrem.

Do testemunho da *consciencia* e da memoria vem a noção da identidade da alma.

§ 393

Unidade da alma

Ainda o testemunho da *consciencia* nos attesta que a

nossa alma é uma só, isto é que não ha diversos principios, um para sentir, outro para entender e outro para querer. A unidade é uma consequencia necessaria da identidade da alma.

§ 394

Liberdade da alma

Liberdade é o podêr, que a alma tem de se determinar por sua propria força a obrar, ou não, depois de haver pensado os motivos, e sem coacção, nem interior, nem exterior.

É *interna* ou *externa* segundo está exempta da necessidade intrinseca ou extrinseca.

Que a alma humana é livre, attestam-no: 1.º o *testimunho da consciencia*. Esta constantemente nos diz, que, dados os motivos necessarios para obrar, ou deixar de obrar, podêmos obrar effectivamente, ou não, sem sujeição a nenhuma força exterior ou necessidade intrinseca.

2.º O *remorso* e a *satisfação da consciencia*. A satisfação pelas acções boas, e o arrependimento das más, são um signal, de que sentimos, que havendo practicado d'um modo, o poderiamos haver feito d'outro.

3.º O *procedimento dos fatalistas*. Estes, procurando convencer-nos, de que a alma não é livre, reconhecem como nós a faculdade de mudar de opinião.

4.º O *consenso do genero humano*. Todos os povos, em todos os seculos e paizes, têm admittido as idêas de premios e castigos, ou de merito e demerito, que nada valeriam sem a liberdade da alma.

§ 395

União da alma com o corpo

A alma, embora seja uma substancia distincta do corpo, está comtudo estreitamente ligada com elle. Porquanto mostra a experiencia, que estas duas substancias se cor-

respondem e influem mutuamente em seus actos: ora 'nesta mutua correspondencia e influencia é que assenta a sua união.

§ 396

Hypotheses dos philosophos para a explicarem

Mas como é, que o corpo, sendo materia, influe na alma, que é um espirito? Eis o que até hoje a philosophia tem em vão pretendido explicar. Vejamos as hypotheses imaginadas para este fim.

1.º *O influxo physico* dos Peripateticos. Aristoteles, e seus discipulos, ensinaram, que a alma e o corpo se *influem physica* e immediatamente.

Esta hypothese não póde admittir-se; pois não se concebe como um corpo possa influir em um espirito e *vice-versa. Tangere vel tangi nil, nisi corpus, potest.*

2.º *Assistencia* ou *causas occasionaes* de Mallebranche. Mallebranche, e seus discipulos, diziam, que Deus, como omnisciente e omnipotente, *assiste* ás duas substancias alma e corpo; e que por *occasião* dos movimentos do corpo excita na alma cogitações correspondentes; e por occasião das cogitações da alma, excita no corpo movimentos analogos.

3.º *Harmonia preestabelecida* de Leibnitz. Leibnitz ensinava, que Deus, por ser dotado de saber infinito, d'entre todos os corpos e almas possiveis escolhêra, antes de os unir no tempo, aquelle corpo e aquella alma, que melhor *harmonisassem* entre si; que depois junctando-os lhes déra o primeiro impulso; e que estas duas substancias, aliás distinctas entre si, continuavam a harmonisar, como se uma influisse directamente na outra.

Ambos estes dois systemas, sobre repugnarem com os dictames da consciencia, destroem a liberdade da alma e, são injuriosos á divindade.

4.º *Mediador plastico* de Cudworth. Cudworth, philosopho inglez, na impossibilidade de explicar a influencia directa da alma sobre o corpo, suppoz a existencia d'um mediador entre as duas substancias.

Por via d'este mediador, nem a alma influe directamente no corpo, nem o corpo influe directamente sobre a alma.

Este systema chama-se *mediador plastico.*

É defeituoso; porque, de quatro uma; ou o mediador é materia; ou é espirito; ou é parte materia, e parte espirito; ou nem é materia nem espirito.

Nos dois primeiros casos, temos a difficuldade do influxo physico. No terceiro, ha necessidade d'um segundo, ou mais mediadores. No quarto, o mediador é uma chimera.

§ 397

Immortalidade da alma

A alma humana é immortal; porque não póde acabar, nem por sua natureza, nem por acção dos contingentes, nem por acção do ente infinito.

Não póde acabar *por sua natureza;* porque é incorporea; e o que é incorporeo não póde acabar por si, dissolvendo-se em partes, que não tem.

Não póde acabar *por acção dos contingentes*; porque estes, como limitados, não são capazes de desinvolver uma força capaz de aniquilar, egual á força de crear.

Não póde acabar *por acção do ente infinito;* porque então não sería. Deus nem *justo*, por egualar, depois da dissolução do corpo, a alma do homem virtuoso com a alma do homem cheio de vicios; nem *bom*, por dotar o homem de um desejo contínuo de felicidade, que 'nesta vida não póde saciar-se.

HISTORIA DA PHILOSOPHIA

§ 398

DEFINIÇÃO, FINS, E UTILIDADE D'ESTA HISTORIA

Historia da philosophia *é a exposição das tentativas*, que os homens têm feito, para comprehender a sua natureza e a de Deus, e suas relações com o mundo.

É complexo o seu *fim*. Se d'um lado tem de estabelecer a serie dos differentes systemas, tem por outro de mostrar, como elles prendem e são causa uns dos outros.

Duas entre muitas, são as *utilidades*, que nos offerece o estudo da historia da philosophia: 1.º Dispõe o pensamento para a indagação da verdade, e para a perfeição da intelligencia; 2.º Patentea o erro, e embaraça-nos de cahir n'elle.

§ 399

FONTES

As fontes da historia da philosophia são tres, — os *escriptos* dos philosophos; os *commentarios*; e as *historias*, tanto *especiaes*, como *geraes*.

§ 400

DIVISÃO

Não remontámos, 'neste ligeiro quadro historico, ás idêas dos *chins*, *persas* e *chaldeus*, nem ainda ás dos *egypcios;* porque essas idêas, além de terem um character mais religioso que philosophico, apparecem cercadas de mysteriosos symbolos, e mal se deixam entrever através de monumentos, mais ou menos, obscuros.

A philosophia, em systema, nasceu na Grecia. E, partindo d'ahi, dividimol-a, do mesmo modo por que de ordinario se divide a historia dos povos, — em *antiga*, ou *grega*, da *edade media* ou *escholastica*, e *moderna*.

PHILOSOPHIA GREGA

---

§ 401

DIVISÃO

Pareceu-nos poder subdividir, commodamente, a historia da philosophia antiga em tres periodos.—de *Thales* a *Socrates*; de *Socrates á eschola de Alexandria*; e d'ahi á *escholastica*.

§ 402

DESINVOLVIMENTO

No primeiro periodo, o espirito humano quer explicar tudo; e, inventando para isso hypotheses, sem base segura, como que se perde 'num *scepticismo* frivolo. Durou dois seculos.

No segundo, por esforços de Socrates, a philosophia ganha certa madureza; e, caminhando com methodo, sob hypotheses mais seguras, prepara o *eclectismo*. Durou seis seculos.

No terceiro, dominaram conjunctos o *eclectismo* e o *mysticismo*. Andou por cinco seculos.

I

DE THALES A SOCRATES

§ 403

ESCHOLAS PRINCIPAES

Nos dois primeiros seculos da philosophia antiga, apparecem, como principaes, e rivaes entre si, tres escholas, — a jonica ou *physica;* a italica ou *racionalista*; e a eleatica.

§ 404

JONICA

Thales

Thales, de Mileto (639), o primeiro physico, e o primeiro philosopho, na ordem dos tempos, foi o pae da *eschola jonica.*

Segundo elle, o princípio material das cousas é a *agua*, e o princípio productor é Deus, *mente* ou *espirito*, que a fecunda.

Admittiu a simplicidade e a immortalidade da alma.

Alguns attribuem-lhe a famosa maxima moral: *Nosce te ipsum.*

§ 405

Anaximandro

Anaximandro (610), amigo, discipulo e successor de Thales, ensinou que o principio de todas as cousas devia ser *infinito*, e ao mesmo tempo *immenso* e *eterno*, — o *cahos*, mistura confusa de todos os elementos.

Em sua opinião, tudo sae do cahos, e tudo volve a elle, por um eteruo movimento de composição e decomposição.

Este systema preparou o caminho para o *atheismo* e *polytheismo*.

§ 406

Anaximenes

O systema de *Anaximenes* parece-se com o de Anaximandro, seu mestre.

Tomou o *ar* como princípio, ou elemento infinito e primitivo das cousas, attribuindo-lhe a vida, o movimento e o mesmo pensamento.

Até este tempo os jonicos confundiram o principio *causa* e o princípio *elemento*

407

Anaxagoras

Anaxagoras, de Clazomenes (500), ensinou em Athenas, e foi mestre de *Pericles* e *Socrates*.

Reconheceu um espirito creador e ordenador do mundo, com os attributos da omnisciencia, grandeza, poder, e energia livre e espontanea.

Para explicar o mundo, concebeu *homoiemerias* ou elementos primitivos, simples, indivisiveis e eternos com differentes qualidades.

Confundidos, formavam o cahos. A intelligencia fecundou-os, e appareceu o mundo.

Assim pois *Anaxagoras*, modificando um pouco a eschola philosophica, apresentou um como princípio de conciliação com a eschola rival.

§ 408

ITALICA

Pythagoras

Pythagoras, de Samos (584), depois de haver aprendido com *Anaximenes*, e viajado pelo oriente, fundou, em Crotona, a *eschola italica*.

Os antigos respeitaram-no como homem maravilhoso e sobrenatural.

Adiantou os conhecimentos sobre a arithmetica, geometria, musica, e astronomia.

Entendia, que a sciencia dos *numeros*, por conta de sua natureza enigmatica, podia tornar-se a chave de todos os conhecimentos philosophicos.

Além de aperfeiçoar os habitos intellectuaes, religiosos e moraes, a sua eschola parece que tinha um fim politico secreto, d'onde talvez veio a emanar a ruina d'esta sociedade, e a morte de seu fundador (500).

O que é certo, é que uma obscuridade mysteriosa cobre ainda a pessoa, o caracter e os planos de *Pythagoras* e seus discipulos ; e não é facil distinguir quaes os trabalhos do mestre e quaes os dos discipulos.

Os pythagoricos consideravam o mundo como um todo ordenado *(kosmos)*. Criam-no formado de dez grandes corpos, movendo-se em roda do centro *(fogo central, o sol)*, segundo leis harmonicas ; d'ahi a musica das espheras.

A alma é uma emanação do fogo central, e um composto de ether quente e frio, obrigado pelo destino a atravessar uma serie de corpos *(metempsychose)*.

A razão e a intelligencia residem no cerebro *(phren)*; os apetites e a vontade *(thimos)* no coração.

A alma é um numero, que se move; a harmonia, a unidade da alma, sua similhança com Deus, constituem a *virtude*.

O *ipse dixit* charaterisa a auctoridade, que *Pythagoras* tinha sobre seus discipulos.

Pythagoras substituiu o titulo de sabio (*sophos*), que

lhe davam, pelo mais modesto, de *philosopho*, ou amante da sabedoria. Tal é a origem historica da palavra — *philosophia*.

§ 409

ELEATICA

Xenophanes: Zenão

Xenophanes, de Colofonte, contemporaneo de Pythagoras, e *Zenão*, de Elea, fundaram em Elea, na grande Grecia, a *eschola eleatica*.

Esta eschola ousou declarar, que a experiencia não é senão uma apparencia; e não duvidou resumir toda a realidade do universo na intelligencia, como n'uma substancia unica.

Xenophanes foi o primeiro *idealista*.

Zenão deu nascimente á *logica*, á custa dos esforços, com que elle queria combater seus adversarios.

§ 410

Heraclito

Heraclito, de Epheso, sceptico por longo tempo, e d'um humor atrabiliario, consignou o resultado de suas meditações 'num livro redigido obscuramente.

Estabeleceu, contra os eleaticos, um principio elementar, como os jonicos; e viu no *fogo* o agente universal de todas as cousas.

A sua eschola foi chamada *misanthropica*.

§ 411

Leucippo

Leucippo oppoz ao systema dos eleacticos, que injusta-

mente accusava de contradictorios, a doutrina, exclusiva e limitada, dos átomos (*philosophia corpuscular, atomistica*).

Os átomos eternos, o vacuo, e o movimento, são o princípio d'este systema materialista, desinvolvido por *Democrito*, em que se suppõe a alma um aggregado de átomos redondos.

As idêas, na opinião d'este philosopho, são imagens, que se desprendem dos corpos, e penetram na intelligencia; de sorte que a somma de conhecimentos é uma porção de materia, juncta á que constitue o organismo.

A rapida propagação d'estes diversos systemas, a incerteza dos principios e dos resultados, coincidindo com a decadencia dos habitos moraes e religiosos, deram nascimento á *sophistica*; isto é, a um saber puramente exterior e esteril de sentido.

'Neste conjuncto, appareceu *Socrates*, que veio mudar os destinos da philosophia.

II

DE SOCRATES Á ESCHOLA DE ALEXANDRIA

§ 412

Socrates

Socrates, de Athenas (470), não fundou uma eschola propriamente dicta, nem estabeleceu um systema.

Sua philosophia era principalmente moral.

Ensinava nas ruas de Athenas, invocando, em apoio de sua doutrina, o *senso moral* do genero humano. Os deveres do homem para comsigo, são a prudencia, a temperança, e a fortaleza; os deveres para com os outros, resumem-se na justiça. A virtude e a felicidade são inseparavelmente unidas. A religião é uma homenagem, devida a Deus, pela práctica das boas acções. Devemos adorar a

providencia, e não levar mui longe nossas indagações, sobre as cousas divinas. A alma é um ser divino, similhante a Deus pela racionalidade: é immortal. Todas as sciencias e doutrinas, que não possam utilizar á vida práctica, devem ter-se por vãs e desagradaveis a Deus.

Socrates acreditava na adivinhação. Seu methodo de ensino era interrogativo, em fórma de dialogo.

§ 413

Na maneira por que *Socrates* propunha suas questões, podiam notar-se tres modos differentes de demonstrar.

O primeiro consistia em concluir uma verdade, geral, de factos particulares. É o methodo *inductivo*, preconizado por *Bacon*.

O segundo reduzia-se a examinar em separado cada parte do todo; cada idêa simples, da idêa complexa. É a *análise* de *Condillac*.

O terceiro consistia em admittir uma asserção, como os geometras, e ir tirando d'ahi deducções, até se resolver 'numa *verdade manifesta*, ou 'num *absurdo evidente*.

Em summa, o character da reforma philosophica operada por *Socrates* foi chamar o homem ao estudo de si mesmo, proscrevendo questões ociosas; circumscrever a philosophia; e abater os sophistas, tirando-lhes das mãos a sciencia aviltada.

A sua teima em desmascarar o erro foi causa da sua morte.

Perseguido pelos sophistas, perante os tribunaes, foi condemnado a beber *cicuta*, 400 annos antes da nossa era.

Socrates foi o mais virtuoso dos gregos: era simples, generoso e desinteressado. Pretendia ter um *demonio* ou genio familiar, que lhe inspirava todos os seus pensamentos. Este demonio, esta voz divina, da qual falava tantas vezes aos seus discipulos, não era outra cousa senão o seu juizo prudente e recto.

Socrates não publicou escripto algum.

§ 414

VÁRIAS ESCHOLAS

Muitas escholas foram fundadas por philosophos, discipulos de Socrates, ou que vieram depois d'elle. As mais celebres são:

1.ª A *academia* ou platonica.
2.ª O *lyceu* ou peripatetica.
3.ª A *cynica*.
4.ª A *estoica*.
5.ª A *epicureia*.
6.ª A *pyrrhonica*.

ACADEMIA

§ 415

Platão

Platão, de Egina (430), ouviu Socrates, por oito annos. Depois d'isso viajou pelo Egypto, Sicilia, e grande Grecia, onde então floresciam as escholas pythagorica e eleatica.

Suas obras, na maior parte em fórma de dialogo, não deixam ver completamente o seu systema. Crê-se, que, á similhança de Pythagoras, tinha sua philosophia occulta, e dogmas não escriptos.

Platão admittia, como principio das cousas, além de Deus e da materia, certos typos, ou modelos eternos, pelos quaes são formados todos os sêres. Chamava-lhes *idêas*.

Dizia, que só ellas existem real e absolutamente; que as cousas individuaes não são, senão sombras, ou cópias d'esses typos; que as noções geraes, que o nosso espirito fórma, não são egualmente, senão pallidos reflexos das idêas.

Segundo elle, só pela sua pretenção a uma mesma idêa, ou essencia, é que os diversos individuos podem formar uma mesma especie.

Os sentidos só tomam conhecimento do particular ou individual. As idêas ou são percebidas por uma faculdade superior, — a *razão;* ou não são mais, que reminiscencias d'uma vida anterior. Residem em Deus, que é a sua substancia commum.

§ 416

Segundo *Platão*, esta theoria é a base da *moral*, da *politica*, e da *arte.*

Da arte, porque deve o artista ter presente o *ideal do bello*; da moral, porque deve cada um esmerar-se em realizar o *ideal do bem*, para se assimilhar a Deus; da politica, porque esta não é, senão a *moral* referida ao estado.

Em psychologia definiu a alma *uma força, que se move por si mesma*; e distinguiu tres especies, ou partes da alma:

Racional, que tem a sua séde na cabeça.

Irracional ou *concupiscente*, que tem a sua séde no ventre.

Irascivel, princípio das paixões mais elevadas. Esta, que põe em relação as outras duas, tem a sua séde no coração.

Dividiu pois as faculdades, em faculdades de *conhecer*, de *sentir* e de *querer.*

Pela sublimidade de suas doutrinas mereceu ser chamado o *divino Platão.*

Merece algum desinvolvimento o seu systema, em quanto á logica, moral, e politica.

§ 417

Logica. A logica é a expressão das regras, que dirigem a alma no exercicio da intelligencia.

Ha tres classes de logica, — absoluta ou *apodictica*; provavel ou *epichirematica*; e imperfeita ou *enthymematica.*

A absoluta tem por fim tractar do que é necessario e invariavel nas idêas.

A epichirematica refere-se ás noções. Não é tão perfeita como a apodictica, porque esta não póde constituir certeza absoluta, que tão sómente se contém nas idêas. É todavia superior á enthymematica, por conter o elemento da generalidade.

A enthymematica corresponde ás sensações, que unicamente nos dão conhecimentos individuaes, e que por essa razão se não póde elevar á formação do syllogismo, cuja proposição maior encerra uma idêa universal.

Platão, com quanto seguisse em suas especulações metaphysicas o methodo *a priori*, na exposição da sua doutrina adoptava, por via de regra, o methodo inverso. Partia dos factos individuaes para as idêas geraes e absolutas, imitando seu mestre, Socrates.

§ 418

Moral. A moral ensina as leis, por onde se deve regular a alma, em quanto é agente.

A base da moral é a imitação de Deus.

Assim como o Ser Supremo ama infinitamente as idêas, e não teve outro fim na creação, do que realisar estes archetypos das cousas; assim o homem deve subordinar o amor dos objectos sensiveis ao do bem absoluto, procurando realisar, quanto podér, as idêas divinas.

O *bem* consiste portanto na realisação da verdade; e a *belleza* não é mais que o esplendor da mesma verdade. Este princípio é o fundamento da esthetica de *Platão*.

§ 419

Politica. A politica é a applicação da moral ás instituições sociaes.

Estas pois devem encaminhar-se a produzir nos homens amor pelo bem absoluto, pela concordia, e pela unidade, destruindo todo o motivo de divisão e de contrariedade de interesses.

Platão deduz d'estes principios duas consequencias absurdas,—a *abolição do matrimonio*, e *da propriedade.* Considerando, que a divisão das familias e a dos bens hão de necessariamente suggerir nos homens a mira no interesse particular; julgou que, destruindo estas instituições, se conseguiria a unidade de fim, que deve haver em todos os associados.

É um erro gravissimo esta regra; porque a unidade social não consiste na destruição dos interesses individuaes, mas sim na sua harmonia com o bem commum.

Platão quer que o governo seja uma imagem da natureza do homem. Assim diz, que em toda a sociedade deve haver tres castas,—*sabia*, auctora das leis; a *guerreira*, depositaria da força pública; a *dos trabalhadores*, destinada a prover ás necessidades materiaes da sociedade.

§ 420

Houve mais duas academias, que, para differença d'esta, chamada *antiga*, tomaram o nome, uma de *media* ou *nova*, outra de *moderna* ou *novissima*.

§ 421

Academia nova

Arcesilau

Arcesilau, de Pitano, que viveu no quarto seculo antes da nossa era, foi o fundador da academia nova.

Em sua opinião, não póde haver certeza nos conhecimentos humanos; porque os sentidos são limitados, o espirito debil, e a vida curta.

Consequente com seu systema, disputava *pro* e *contra* qualquer opinião, na esperança de que, apparecendo egualdade de razões em sentido contrário, sería mais facil o livrar-se da tentação de affirmar.

§ 422

Academia moderna

Carneades

A academia moderna é devida a *Carneades*, de Cyrene (215).

Este philosopho não negava, como Arcesilau, a existencia da verdade; mas era de opinião, que o homem não a póde conhecer.

Quando muito, estamos só sujeitos a *verisimilhanças*, ou *probabilidades*,—se a impressão, que experimentamos, é mui viva; se o que apparece 'num caso, apparece egualmente em outros analogos; se visto um objecto por todos os lados, sempre se apresenta o mesmo.

LYCEU

§ 423

Aristoteles

Aristoteles, de Stagyra (384) ouviu a Platão por espaço de vinte annos; mas seguiu um pensamento opposto ao de seu mestre.

O *stagyrita* estabeleceu a sua eschola 'num gymnasio de Athenas, chamado Lyceu.

Conta-se, que explicava *passeando;* e d'ahi vem o nome de *peripateticos*, com que são conhecidos os seus discipulos.

Procedendo, não como Platão, do universal para o particular, mas sempre do particular para o universal, *Aristoteles* sustentava, que todos os pensamentos, ainda os mais elevados, são producto da *experiencia*, e não da *reminiscencia;* e que o mundo é eterno, e não obra d'uma providencia.

Aristoteles pois assentou a philosophia 'numa base mais

solida, do que os philosophos, seus predecessores, em quanto deu muito peso aos factos, sem despresar o testimunho da razão.

Reduziu a quatro os pontos de vista, sob que póde ser olhado qualquer objecto,—*elementos*, de que é formado; sua *natureza intima*; sua *causa;* e seu *fim.*

D'ahi nasceu a distincção dos quatro principios,—*materia*, *fórma*, *causa efficiente*, e *principio final.*

Aristoteles extendeu depois a applicação d'esta theoria a todos os ramos das sciencias.

§ 424

Em psychologia, tentou *Aristotoles* classificar as faculdades da alma, e considerou-as como um podêr occulto, que produz e sustenta a organisação.

Distinguiu cinco,—a *nutrição*, que characteriza a vida das plantas; a *sensibilidade*, que separa os animaes do mundo vegetal; a *intelligencia*, pela qual o homem se distingue dos outros animaes; o *appetite* ou *vontade;* e a *mobilidade* ou *movimento.*

Definiu a alma a primeira *entelechia* do corpo, que possue a vida em potencia, assim a vegetativa, como a sensitiva, como a racional.

§ 425

Em *logica* trabalhou tanto, e com tanto acêrto, que ainda hoje é seguida nas escholas uma boa parte dos seus trabalhos.

Segundo elle, a logica tem tres partes:

A primeira tracta dos termos, expressões das idêas.

A segunda tracta das proposições, expressões dos juizos.

A terceira tracta da argumentação, expressão do raciocinio.

Reduzia as idêas, noções primeiras da intelligencia, a dez *categorias*,—a *substancia*, a *quantidade*, a *qualidade*,

a *relação*, o *logar*, o *tempo*, a *situação*, a *posse*, a *acção*, e a *paixão*.

Á fóra estas categorias, admittia mais cinco modos de ver da nossa intelligencia, ou classificações feitas pelo ingenho do homem, para ordenar os conhecimentos, a que chamava *cathegoremas*, — a *differença*, o *genero*, a *especie*, o *proprio*, e o *accidente*.

Admittia duas sortes de conhecimentos,—uns *immediatos*, outros *mediatos*.

É immediatamente pela experiencia, que nós percebemos primitivamente o particular.

Dos conhecimentos immediatos nós tiramos os conhecimentos mediatos, por via dos raciocinios, cuja theoria é obra da terceira parte da logica.

Vemos, pois, que o famoso princípio dos estoicos,—*nihil est in intellectu, quod prius non fuerit in sensu*, foi acolhido pelos peripateticos, como uma formula, que comprehendia perfeitamente o pensamento de *Aristoteles;* porém não devemos inferir d'aqui, que este eminente philosopho reduzia á sensação todos os conhecimentos humanos.

Os sentidos e *a meditação* ou *a razão*, são as duas unicas e verdadeiras origens das idêas.

D'aqui se infere, que a philosophia aristotelica não é puramente *sensualista;* mas, sim, exclusivamente *empirica*.

§ 426

Em theologia, fundou a prova da existencia de Deus na continuidade do movimento, e representou-o como o *fim* da natureza.

Na arte, reduziu o bello a imitar a natureza; e na moral, ao equilibrio entre as paixões e a moderação.

Em politica, consignou a *utilidade* como fim da sociedade.

§ 427

Tinham logar duas vezes por dia as lições de *Aristoteles*, ou os seus passeios, como elle lhes chamava.

De manhã explicava aos seus discipulos o mais sublime das sciencias.

De tarde entretinha toda a gente, que o queria ouvir, sobre os conhecimentos practicos, ou applicações da philosophia; taes como a politica, a logica, e a rhetorica.

O primeiro ensino, por força mais systematico e mais severo, que e segundo, appellidava-o *acroamatico* ou *esoterico*, isto é, interior. O segundo, cuja fórma devia ser mais livre e mais popular, chamava-o *público* ou *exoterico*.

CYNICA

§ 428

Antisthenes

Antisthenes, de Athenas, tinha estudado com o sophista *Gorgias*, e era, com applauso, mestre de rhetorica.

Um dia ouviu Socrates, e fechou a sua eschola, para ser discipulo d'este sabio.

Como professava uma moral austera, fazia consistir a felicidade na virtude; e a virtude, no despreso das riquezas, prazeres da vida, e considerações de pura civilidade.

A abnegação dos *cynicos* bem se deixou ver em *Diogenes*, que, levando as maximas de seu mestre até ao delirio e imprudencia, desacreditou a eschola.

A independencia, que necessariamente devia ser o resultado das maximas d'estes philosophos, tem passado em proverbio á posteridade.

Com effeito, ainda hoje chamâmos *cynismo* á falta absuluta de vergonha e de pudor.

Sem embargo d'isso, esta eschola foi um preparativo para o *estoicismo*.

ESTOICA

§ 429

Zenão

A eschola cynica foi reformada por *Zenão*, de Cittium (362), com o nome de *eschola estoica.*

Este philosopho admittiu dois principios eternos, — *Deus* e a *materia.*

Suppoz, que o mundo nasceu do fogo, e que por fogo ha de acabar.

Esta eschola admittia, que a virtude é o unico bem, e que não ha outro mal, além do vício; que o homem virtuoso deve ser exempto de toda a paixão, e soffrer com egual serenidade os revézes e as prosperidades.

Este systema tem degenerado, ás vezes, em insensibilidade.

Negando a liberdade da alma, admittia o *fado.*

EPICUREIA

§ 430

Aristippo: Epicuro

Aristippo, de Cyrene, fazendo consistir a felicidade do homem nos prazeres, definiu a sabedoria—*arte de gozar a vida.*

Epicuro, de Athenas (341), ensinou 'nesta cidade aquella mesma doutrina, modificando-a só em quanto dava mais pelos prazeres do espirito e coração, do que pelos dos sentidos.

As duas escholas, confundidas, conservaram o mesmo princípio fonte da immoralidade a mais completa.

Epicuro negava a acção da providencia, antes e depois da creação; e soppunha o mundo e seus phenomenos um producto do encontro fortuito dos átomos.

Esta philosophia não admitte espiritos. Considera as almas como corpos mais subtís, do que os ordinarios.

Para não ir de encontro ás crenças públicas, disfarçava o atheismo, admitindo deuses, mas materiaes e faltos de poder.

A doutrina de *Epicuro* é uma exposição tão completa e tão exacta do *materialismo*, como a doutrina de Platão havia sido do *espiritualismo*.

Por esta razão é que os nomes d'estes dois philosophos são os symbolos d'estas duas theorias.

Lucrecio, entre os romanos, expoz em versos, que têm chegado até nós, toda a doutrina de *Epicuro*.

PHYRRHONICA

§ 431

Pyrrho

Pyrrho, de Elida (336), vendo as disputas da academia e do lyceu, pretendeu, que não havia proposição, que não tivesse uma proposição contraria, egualmente demonstravel; por consequencia, que não ha nada, que seja certo; e que, por tal motivo, devemos suspender sempre o nosso juizo, e sujeitar tudo ao *exame*.

D'este exame (*scepsis*) nasceu o nome de *scepticismo*; bem como do mestre, o nome de *pyrrhonismo*.

A *Timão*, seu discipulo, se attribue a invenção dos *motivos da dúvida*, ou argumentos para combater toda a verdade.

§ 432

Com a perda das liberdades gregas, desappareceu da Grecia a philosophia, que, transplantada para Roma, pouco ou nenhum desinvolvimento ahi obteve.

Só a da *academia* brilhou, até certo ponto, com a penna eloquente de *Cicero*, que procurou na philosophia um re-

medio contra o desgosto, que lhe causavam as desgraças da sua patria.

III

ESCHOLA DE ALEXANDRIA

§ 433

Potamon: eclectismo

Com a exaltação dos *ptolemeus* ao throno do Egypto, havia tomado grande importancia a cidade de Alexandria, pela protecção dada por elles ás artes e ás sciencias.

Alli é que teve origem a eschola, chamada *eclectica*. O seu fundador foi *Potamon*.

Sem se ligar a nenhum dos principios das escholas antigas, a eclectica escolhia de todas, o que lhe parecia ou verdadeiro, ou mais verisimil.

§ 434

Ammonio Saccas

O eclectismo, mal dirigido, produziu erros da maior transcendencia contra o christianismo nascente.

Ammonio Saccas affirmou, que no christianismo nada havia, que podesse olhar-se como novo; que, tudo quanto elle ensinava, já o haviam ensinado os philosophos da academia.

D'este modo o christianismo não era por elle considerado como uma religião; mas sim, como um systema philosophico.

Aventurou-se a propagar estas idêas com tanta mais facilidade, qnanto viu, que a doutrina de Platão não era mal acceita pelos *fieis*.

Esta eschola de *Ammonio* foi chamada *neoplatonica*, e a sua doutrina *neoplatonismo*.

§ 435

PHILOSOPHIA ENTRE OS CHRISTÃOS

A religião christã foi dominando, pouco a pouco, sobre todo o mundo romano; e o conhecimento dos systemas da Grecia, anteriormente adquirido por muitos *doutores da egreja*, juncto com a necessidade, que estes tiveram, de defender suas novas idêas contra os pagãos, produziu uma philosophia especial, adaptada ao christianismo.

O pensamento dos *padres* foi harmonizar a philosophia com a religião; porém nem todos assignavam a uma e outra a mesma fonte commum.

Como não queriam sacrificar o dogma ás subtilezas da razão, viam-se obrigados a escolher o que lhe convinha das escholas philosophicas, e a dar de mão ao resto.

D'ahi resultou o ser, para elles, uma necessidade o eclectismo.

Com a invasão dos *barbaros*, acabou no occidente a civilisação romana, e com ella as sciencias e as artes.

Só o *clero*, e principalmente os *monges*, é que conservaram os antigos manuscriptos, e os systemas philosophicos anteriores.

Assim fica como morta a philosophia até ao seculo, em que appareceu a *escholastica*.

PHILOSOPHIA DA EDADE MÉDIA

---

§ 436

IDÊA E SUBDIVISÃO D'ESTA PHILOSOPHIA

Debaixo das ruinas do mundo intellectual antigo estava occulto o germen d'uma instrucção nova, ou novo modo de philosophar, que se chamou *escholastica*, por se haver formado, com especialidade, nas *escholas*, fundadas por *Carlos Magno*, e depois d'elle.

A philosophia escholástica, que se desinvolveu e foi ensinada em todas as universidades da Europa, consistia na applicação da dialectica á theologia.

Podemos fazer da historia da escholastica quatro periodos, determinados pelas relações diversas da philosophia com a theologia.

I

§ 437

'Neste periodo, a philosophia apparece inteiramente subordinada á theologia. Vae desde o seculo IX até ao seculo XI.

Durante elle, apenas fracas luzes atravessavam, de longe em longe, as trevas, que a *jerarchia* impunha á razão.

§ 438

João Scot : Alcuino

Citam-se, como um phenomeno extraordinario, os conhecimentos, no latim e no grego, do escocez *João Scot* (886), chamado á França por *Carlos*, o *Calvo*.

Suas opiniões, francas e claras, sobre as disputas do seu tempo, e seu amor pela philosophia de Aristoteles teriam produzido uma salutar influencia sobre o seu seculo, se não fossem as perseguições, que se levantaram contra elle.

Antes, já se havia distinguido muito o inglez *Alcuino* (804), que se diz haver dado o primeiro impulso á escholastica, por convite de *Carlos Magno*.

Pelo fim do seculo X, appareceram *Gerberto* (o papa Silvestre II); e *Constantino*, seu discipulo, que, depois de haver corrido o oriente e as Indias, veio fundar na Italia a celebre eschola de *Palermo*.

II

§ 439

O segundo periodo da escholastica, estende-se desde o seculo XI até aos primeiros annos do seculo XIII: e distingue-se por um espirito menos servil.

A philosophia, incorporada com a theologia, quasi se tornou sua egual.

Até aqui havia-se admittido, següindo a Platão, que as idêas geraes eram realidades.

Então alguns philosophos, seguindo Aristoteles, pretenderam, que essas idêas não existem, senão nas palavras, que são puras abstracções.

Tal foi a causa, que provocou as famosas discussões dos *realistas* e *nominalistas*.

§ 440

João Roscelino

Esta longa disputa foi começada por *João Roscelino*, que sustentou, que as idêas geraes, longe de representarem um objecto realmente existente na natureza (*realismo*), não subsistem, senão pelos nomes, que nós lhe damos (*nominalismo*).

§ 441

Outros philosophos

Além de Roscelino, distinguiram-se 'neste periodo:

Berengerio, que attrahiu sobre si a condemnação da egreja, por haver applicado á theologia a liberdade do seu pensamento.

Lanfranc e *Sancto Anselmo*, adversarios dos dois antecedentes.

Abelardo, tão celebre por suas desgraças, como por sua gloria, que emprehendeu reproduzir, por principios racionaes, os dogmas da religião, principalmente o da *Trindade*.

Pedro Lombardo, chamado *mestre das sentenças*, porque, apresentando uma collecção de problemas philosophico-theologicos, largamente commentados depois por philosophos, que se lhe seguiram, apresentou tambem os *prós* e os *contras*, que offerecia a solução de cada um.

E por fim *João de Salisbury*, que fez ver os vicios dos estudos philosophicos do seu tempo, e os abusos da dialectica.

III

§ 442

Durante o terceiro periodo da escholastica, dominou exclusivamente o realismo (seculos XIII e XIV).

O systema de ensino da egreja firmou-se por meio do *aristotelismo* desinvolvido e transmittido pelos arabes, que a esse tempo já dominavam 'numa boa parte da Asia, da Africa e da Europa.

Viu-se então uma alliança completa da philosophia com a theologia.

§ 443

Escholasticos d'este periodo

Entre os christãos, o primeiro, que fez uso dos trabalhos dos arabes, foi *Alexandre*, de Hales,—o *doutor irrefragavel*, que ensinou philosophia em París; porém *Alberto*, o *Grande*, da Suabia (1193), é que mais determinou o movimento para o aristotelismo, compilando e commentando as obras de Aristoteles.

Pelo mesmo tempo, *S. Bernardo*,—o *doutor seraphico*, tentou fundir as idêas de Aristoteles e dos *alexandrinos*, e cahiu no *illuminismo*. Fundou-se na experiencia do genero humano, para resolver as importantes questões da immortalidade da alma, da liberdade, etc.

§ 444

S. Thomaz de Aquino

S. Thomaz de Aquino (1125),—o *doutor angelico*, obteve uma immensa celebridade, por seu espirito verdadeiramente philosophico, applicado a dar á sua theologia

uma base solida e racional. Tal é o objecto da sua *Summa theologiae*, que é o maior monumento de saber da edade média.

'Nesta obra tracta, da maneira mais completa, debaixo da fórma rigorosa do syllogismo, as principaes questões philosophico-theologico-moraes.

Em theologia, admittia uma graça, efficaz por si mesma; e era de opinião, que Deus se determina sempre pela razão do melhor.

Em ideologia, olhava as idêas abstractas como formando a essencia das cousas.

Em moral, suppunha, que, entre o bem e o mal, ha uma distincção essencial, e independente da vontade de Deus.

§ 445

Quasi todos estes pontos soffreram depois a opposição do franciscano *João Scot*,—o *doutor subtil*.

Ambos tiveram discipulos, que, sob o nome de *thomistas* e *scotistas*, entretiveram com disputas todo o seculo XIV.

IV

§ 446

Durante o quarto periodo da escholastica (do seculo XIV ao seculo XV), continuou a lucta do *nominalismo* e *realismo*, com algumas vantagens parciaes em beneficio do primeiro.

A renovação dos antigos debates, entre a philosophia e a theologia, deu em resultado a separação definitiva d'estas duas sciencias.

§ 447

Guilherme de Occam

Guilherme de Occam,—o *doutor invencivel*, discipulo de Scot, e franciscano como elle, combateu, com todas as suas forças, o despotismo das doutrinas dominantes.

Como philosopho escholastico, *Occam* resuscitou o nominalismo, e combateu os realistas, sustentando, que se não devem admittir seres novos, sem necessidade.

Em moral, fazia depender o bem e o mal da vontade arbitraria de Deus.

§ 448

Os mais celebres nominalistas, além de *Occam*, foram *João de Buridam*, *Pedro d'Ailly*, etc.

Este último foi o que começou a tornar mais pronunciada a separação entre a philosophia e a theologia; e quem combateu com mais força, ainda 'neste periodo, os abusos dos escholasticos.

§ 449

Consequencia d'estes systemas

Este longo conflicto, de nominaes e realistas, acabou por inspirar o desprêzo da escholastica, e a indifferença pela philosophia; e tambem por determinar uma inclinação para o *mysticismo*.

§ 450

Mysticismo

Pelo anno de 1350 o mysticismo foi prégado, com ca-

lor, por *João Tauler*, e pelo illustre *João Carlier de Gerson*,—o *doutor christianissimo.*

Depois de Gerson appareceu *Math. Nicolau de Clemange*, pensador atrevido, que se declarou contra a escholastica capciosa e subtil.

O mystico e ascetico de maior influencia, 'nesta epocha e seguintes, foi *A-Kempis*, auctor da *Imitação de* Jesus Christo. Alguns criticos attribuem esta obra a Gerson.

PHILOSOPHIA MODERNA

§ 451

CAUSAS DA NOVA REFORMA DAS LETRAS

As cruzadas, a invenção da imprensa, a conquista de Constantinopla, a dispersão dos sabios da Grecia por toda a Europa, a descoberta do novo mundo, a reforma e os progressos dos conhecimentos experimentaes; tudo isto não podia deixar de produzir uma mudança bem sensivel, assim na face politica da Europa, como na philosophia, que se achava reduzida a frivolas disputas, definições subtis, e combinações puramente logicas.

§ 452

Philosophos reformadores

Tal é porém a força do habito, que foi mister ainda bastante tempo, para aquellas mudanças se realisarem.

Nem se realisariam, se não apparecessem dois homens, sufficientemente fortes para arrostarem com as opiniões admittidas. Foram *Francisco Bacon* (1561), e *René Descartes* (1596).

§ 453

Bacon

Bacon, barão de Verulamio, nasceu em Londres, e começou na Inglaterra a reforma da philosophia.

De todas as obras de *Bacon* a mais celebre é a que tem por titulo *De instauratione magna scientiarum.*

Devia constar de seis partes; mas appareceram só tres. Das outras tres não deixou senão esboços incompletos.

Na primeira, intitulada *De dignitate scientiarum*, *Bacon* dá uma idêa das differentes sciencias; assigna os limites a cada uma; indica as descobertas feitas; os erros que têm obstado a se fazerem outras; e os caminhos que se devem trilhar para chegar a ellas.

Na segunda, *Novum organum*, tracta d'um novo methodo de chegar á verdade. Aqui oppoz uma logica nova á antiga logica de Aristoteles.

O *Novum organum* está dividido em dois livros.

§ 454

No primeiro estabelece *Bacon*, que «o homem nada sabe, e nada póde, senão descobrir a ordem da natureza por factos e por deducções; que a logica actual (a do seu tempo) é incapaz de augmentar as sciencias; que devemos ter cautela, quando passarmos dos factos particulares para principios os mais geraes; que para chegar a um verdadeiro conhecimento da natureza, é mister fugir de todo o prejuizo, e começar logo por examinar as cousas em si mesmas.»

Depois reduz as preoccupações, ou os differentes erros, que preoccupam o espirito humano, a quatro classes — *idola tribus*, ou erros em que incorrem todos os homens pela fraqueza da sua condição; *idola specus*, ou erros, que dependem do character particular de cada individuo; *idola fori*, os que dimanam da influencia, que sobre cada

um exercem as pessoas, que o rodeiam ; *idola theatri*, os que produz o espirito de seita.

São preoccupações da *especie*, do *individuo*, da *linguagem*, e das *escholas*.

Este systema considerava o syllogismo como um instrumento, bom, sim, para deduzir consequencias; porém insufficiente para estabelecer novos principios; «porque, diz Bacon, se pelo syllogismo podemos descer do geral para o particular, não podemos subir do particular para o geral. Além disso, se as noções geraes são mal fundadas, as deducções devem ser falsas.»

No segundo livro dá exemplos sobre a maneira de observar, e annuncia novos soccoros para o aperfeiçoamento do methodo inductivo.

Esta última parte não foi tractada.

§ 455

A idêa fundamental de *Bacon*, em todos os seus trabalhos philosophicos, foi operar a restauração das sciencias, mórmente das naturaes; substituir ás frivolas hypotheses e subtis argumentações, que vogavam nas escholas, a *observação* e a *experiencia* dos factos; e estabelecer uma inducção legítima para descobrir as leis da natureza, fundando-se no maximo de comparações e exclusões.

'Neste sentido, foi seguido por *Locke*, *Condillac*, e outros.

Todavia *Bacon* não fundou eschola, nem completou a revolução philosophica; que para isso era necessaria uma *doutrina*, e elle não apresentou, senão o *methodo*.

Estava isso reservado a Descartes.

§ 456

Descartes

Descartes, da Haya, conhecendo a pouca solidez, que tinham, na maior parte, os conhecimentos transmittidos

pelos antigos, resolveu provisoriamente duvidar de tudo e reconstruir todo o edificio das sciencias em novas bases.

Para operar esta grande restauração, seguiu o caminho *especulativo*, opposto, até certo ponto, ao de Bacon.

Os pontos capitaes da sua doutrina, são:

1.º A *dúvida methodica*, applicada a todas as verdades excepto as religiosas.

Não é a dúvida dos scepticos; mas uma dúvida philosophica, que só faz suspender a crença, em quanto o espirito se não póde apoiar sobre a evidencia.

2.º O celebre enthymema. *Eu penso: logo existo.*

3.º Fazer consistir a essencia da alma no pensamento.

4.º Fazer consistir a essencia dos corpos na extensão.

Alguns dos *cartesianos*, seus discipulos, em ideologia, eram de opinião, que havia idêas innatas.

Das palavras porém de *Descartes*, 'numa de suas cartas, mal se póde deprehender o *innatismo*.

§ 457

Descartes, estabelecendo mal a existencia do mundo exterior, abriu a porta ao *idealismo*.

Eis o que explica o systema dos dois grandes discipulos da sua philosophia, — *Spinosa*, e *Malebranche*, para quem Deus é tudo, e o mundo pouca cousa.

§ 458

Á similhança dos philosophos da Grecia, dos quaes seguiram uns as idêas de Platão, e outros as de Aristoteles; assim, durante os dois seculos XVII e XVIII, quasi todos os philosophos se ligaram ás doutrinas ou de *Bacon* ou de *Descartes*.

Deveremos exceptuar os scepticos, *Leibnitz*, a eschola escoceza, e o *criticismo* ou eschola allemã.

§ 459

Principaes escholas modernas desde Bacon e Descartes

Poderemos reduzir as principaes escholas modernas ás seguintes:
Cartesianismo;
Empirismo;
Scepticismo;
Eschola de Leibnitz;
Eclectismo restaurado por Thomasio;
Eschola escoceza;
Criticismo.

§ 460

Cartesianismo

A *Sorbona* havia a princípio repellido e condemnado a philosophia de Descartes, por se achar em opposição com a de Aristoteles, que então se ensinava nas escholas.

Foi porém tão prompta a revolução, que se operou nas idêas, que bem depressa os theologos abraçaram esta nova doutrina, e se tornaram seus defensores.

Arnauld, *Nicole*, *Pascal*, *Bonnet* e *Fenelon* foram discipulos de Descartes. Nós só falaremos de *Spinosa*, e de *Malebranche*.

§ 461

Spinosa

Bento Spinosa nasceu em Amsterdam (1632).

Segundo a theoria celebre de Spinosa, preparada por Descartes, não ha senão uma só e unica substancia. É *Deus*.

É um ser infinito, com dois attributos essenciaes, — o *pensamento* e a *extensão*.

Os seres finitos são meras partes, ou modificações d'aquella unica substancia.

Os corpos são modos da extensão infinita; e os espiritos, modos do pensamento divino.

Tudo é effeito d'uma necessidade absoluta.

Não ha liberdade nem no homem, nem mesmo em Deus.

Esta noção, d'uma unica substancia, constitue o *spinosismo* ou *pantheismo.*

§ 462

Malebranche

Malebranche nasceu em París (1638).

O ponto de partida d'este philosopho, sem contradicção, o maior metaphysico da Europa, é a idêa de Descartes; *que o pensamento humano não se conhece, como imperfeito e relativo, sem primeiro conceber Deus, o ser perfeito e absoluto.*

Segundo elle, a idêa de Deus é contemporanea a todas as nossas idêas, e o fundamento da sua legitimidade.

A idêa, por ex., que nós fazemos dos corpos exteriores e do mundo, sería vã, se não nos fosse dada na idêa de Deus.

D'ahi veio este famoso principio: *Nós vemos tudo em Deus; até o mundo material.*

Negava a acção da alma sobre o corpo, e a das mesmas substancias corporeas umas sobre as outras, attribuindo o seu commercio á assistencia, ou intervenção divina.

D'ahi a theoria de Deus, como auctor incessante de nossos desejos, de nossas acções, de nossos pensamentos. Theoria das *causas occasionaes.*

§ 463

Empirismo

A doutrina de Aristoteles, mais ou menos modificada, foi seguida por alguns philosophos nos seculos XVII, XVIII, e ainda no seculo XIX Além de Bacon os philosophos, que adoptaram estas idêas, foram *Hobbes*, *Locke*, *Condillac*, *Tracy*, e talvez *Laromiguière*.

A base capital d'esta doutrina reduz-se a dizer, que todas as noções, que formam o cabedal da intelligencia, provém da sensação.

§ 464

Hobbes

Thomaz Hobbes nasceu em Malmesbury (1588).

Amigo e discipulo de Bacon, levou os principios de seu mestre a consequencias excessivas.

Segundo elle, não ha testimunho certo, senão o dos sentidos; e como os sentidos não attestam, senão corpos, não existem, senão corpos.

A philosophia é a sciencia dos corpos, dizia elle. Todas as idêas vêm dos sentidos. Pensar é calcular; e a intelligencia não é mais, que uma arithmetica.

Não ha senão idêas contingentes. Só o finito póde ser concebido. O infinito é uma negação do finito. Fóra d'isso, não passa d'uma palavra, inventada para honrar um ser, que só a *fé* póde tocar.

A idêa do *bem* e do *mal* não tem outra base, além da sensação do *agradavel* ou *desagradavel*. É mister fugir d'uma e procurar a outra. 'Nisto se funda toda a *moral* de Hobbes.

O homem tem direito a *tudo*, o que alcançam suas faculdades ; e, no *estado natural*, todo o homem é inimigo do seu similhante.

Este systema levou-o ao *fanatismo*, em moral, e ao *despotismo*, em politica.

§ 465

Locke

Locke nasceu em Wrington (1632).

No seu *Ensaio sobre o intendimento humano*, propoz-se a procurar a origem, o valor, e a extensão dos nossos conhecimentos.

Combateu a hypothese das idêas innatas; considerou a alma, no momento do seu nascimento, como uma *tábua rasa ;* e explicou todas as nossas idêas pela experiencia, d'onde se derivam, por dois canaes — a *sensação* e a *reflexão.*

Contam-no como o fundador do *empirismo*, ou *sensualismo moderno.*

A philosophia de *Locke* tornou-se popular na Inglaterra, na França, e nos Paizes-Baixos. De todas as partes começaram de apparecer as consequencias, mais ou menos proximas, do seu empirismo. As principaes foram :

1.ª A hypothese d'um sentido especial, apropriado á verdade, em materia de especulação e de moral *(Thomaz Reide).*

2.ª A tentativa para estabelecer e motivar a realidade objectiva dos conhecimentos *(Condillac, Bonnet*, e *D'Alembert).*

3.ª A anályse das faculdades da alma *(Hartley, Condillac*, e *Bonnet).*

4.ª O desinvolvimento de diversas regras, excellentes para a indagação da verdade (*Gravesande*).

5.ª O habito de considerar a metaphysica, como reduzida a uma pura reflexão logica, sobre factos dados.

6.ª A propagação do *materialismo* e do *atheismo (La Metrie*, e *Priestley).*

7.ª Em fim, a moral adulterada, por *Helvecio.*

Em additamento transcrevemos as palavras d'um philosopho moderno (D. J. J. de Magalhães), que com muita crítica e erudição escreveu os seus — Factos do espirito humano : «A conclusão do *sensualismo* em psychologia é a negação da razão e da liberdade e das idêas necessarias

e absolutas, princípios fundameutaes da experiencia, sem as quaes impossivel sería a sciencia e a propria experiencia. Em moral é a negação da idêa do dever e da justiça, reduzindo-a ao interesse. Em esthetica é a negação do bello ideal, confundindo-o com o prazer, que o acompanha. Em politica é o despotismo absoluto de Hobbes.»

Accrescenta o mesmo auctor, que, segundo a theoria do sensualismo, a historia é uma luta contínua das paixões e interesses materiaes contra o poder da força: que a religião é uma superstição filha da ignorancia e da hypocrisia em favor do podêr: que a missão do poeta é lisongear os sentidos com todos os prazeres e gozos materiaes.

§ 466

Condillac

Condillac nasceu em Grenoble (1715). Foi o chefe da philosophia sensualista na França.

Começou por seguir as dontrinas de Locke; mas depois passou a expôr doutrinas novas, das quaes umas são profundas e luminosas, outras talvez paradoxas.

Em sua opinião todas as idêas provém dos sentidos; as faculdades da alma não são, como as idêas, mais que sensações transformadas.

O unico bom methodo é a anályse. As linguas são methodos analyticos; e o progresso da intelligencia depende da perfeição das linguas.

Uma sciencia não é mais, que uma lingua bem formada. A arte de escrever reduz-se a seguir a ligação das idêas.

Cabanis e *Tracy* seguiram a doutrina de Condillac.

Tracy, porém, entre outras alterações, que lhe fez, considerou a memoria como causa de todos os nossos erros.

§ 467

Tracy

Tracy (Destutt de) nasceu no Bourbonnez (1754).

O systema d'este philosopho, que entre nós teve tantos sectarios, acha-se desinvolvido nos seus—*Élements d'idéologie*, — obra, que comprehende tres partes — *ideologia* propriamente dicta, *grammatica geral*, e *logica*.

Discipulo de Condillac, tambem reduziu todas as faculdades á sensação ; porque, para elle, *pensar* ou *sentir*, são uma e a mesma cousa.

A faculdade de pensar pois, involve, em sua opinião, quatro faculdades elementares—a *sensibilidade* propriamente dicta, a *memoria*, o *juizo* e a *vontade*.

A *sensibilidade* é a faculdade de receber impressões de muitas especies, chamadas *impressões*.

A *memoria* é a faculdade de sentir *lembranças* das impressões recebidas.

Juizo é a faculdade de sentir *relações*.

Vontade é a faculdade de sentir *desejos*.

Tracy profundou alguns pontos da doutrina de Condillac, taes como, a *influencia dos signaes*, a *explicação da idêa do corpo*, etc.; e fez novas applicações d'esta doutrina á moral e á politica.

Além da theoria das faculdades, e da formação das idêas compostas, e do methodo de descobrir a verdade, este *ideologo* emitiu opiniões todas suas. Tal é sobre a origem dos nossos erros, que elle attribue á memoria.

§ 468

Laromiguière

Laromiguière nasceu em Levignac (1756).

Affastando-se de Condillac, de quem havia sido discipulo puro, não admittiu, que tudo no homem se reduza á sensação.

Além da sensibilidade admittiu a actividade, posta em acção pelos sentimentos.

Distinguiu quatro modos de sentir, — *idêas de sensações; sentimentos da acção das faculdades da alma; sentimentos de relação*, e *sentimentos moraes;* e mostrou como da actividade, applicada a estas quatro especies de sentimentos, nascem todas as nossas idêas.

§ 469

Reacção operada por Berkeley

Jorge Berkeley, irlandez (1684), tornou-se distincto, por ser o mais celebre defensor do *idealismo* moderno.

Este philosopho foi levado a pensar, que o principio das perigosas observações da eschola de Locke consistia na crença chimerica da realidade do mundo corporeo; e considerou o *idealismo*, como a unica estrada a seguir para salvar a ordem moral.

Segundo elle, não existem senão espiritos. O homem não percebe mais, que suas idêas, que não produz por si mesmo, mas que lhe são communicadas por um espirito, dotado de perfeições infinitas: *Deus*.

§ 470

Scepticismo

Da lucta entre os dois methodos, *especulativo* e *empirico*, lucta, que se desinvolveu com grande actividade, n ascneuscepticismo do seculo XVII.

Mo taigne e *Charron* haviam procurado 'nesta doutrina um asylo contra a escholastica. *Bossuet*, *Pascal* e outros serviram-se d'ella, como meio de attrahir para a religião a auctoridade, insistindo sobre as incertezas da razão. Em fim *Huet*, bispo d'Avranches, abraçou-a sómente em philosophia; porque, entre tantas opiniões contrárias, achava-se embaraçado na escolha d'uma; e *Pedro Bayle* estendeu-a á certeza.

§ 471

Hume

Um outro sceptico celebre foi o escocez *David Hume*, que defendeu o suicidio; e combateu o espiritualismo com a experiencia, e as verdades da experiencia; mostrando, que a observação nos engana muitas vezes.

Hume baseou a virtude no sentido moral, e dirigiu principalmente seus esforços contra Deus; contra a providencia; e contra a immortalidade.

§ 472

Leibnitz

Leibnitz nasceu em Leipsik (1646).

Admittiu o *eclectismo*, procurando conciliar, assim Platão e Aristoteles, como Descartes e Locke.

Segundo elle, tudo é composto de *monadas*, elementos simples, capazes de acção e percepção.

Em sua opinião ha quatro classes de *monadas :*

Os elementos da materia, que não têm idêa nenhuma clara.

As monadas dos irracionaes, que têm algumas idêas claras e nenhuma distincta.

As monadas dos espiritos finitos, que têm idêas claras, distinctas, e confusas.

Emfim a monada de *Deus*, que não tem senão idêas adequadas.

A alma é um *monada*, que tem consciencia de si; e está em harmonia com o corpo, que lhe obedece, por um impulso, dado primitivamente por Deus. É o que se chama *harmonia preestabelecida.*

Na sua theodicêa, professou o *optimismo*, ensinando que Deus escolheu, entre todos os mundos possiveis, o melhor.

Por melhor entendia, não aquelle, em que não ha mal

algum; mas sim aquelle, em que a somma dos bens excede a somma dos males.

Em psychologia, combateu o *empirismo* de Locke; admittiu idêas innatas; e á maxima—*Nihil est in intellectu quin prius fuerit in sensu,* accrescentou esta restricção—*nisi ipse intellectus.*

Attribuia grande influencia ás linguas, e desejava crear, para uso de todas as sciencias, *characteres* universaes.

Para isso, concebeu o projecto d'uma lingua philosophica, que viria a pôr em sociedade todas as nações.

§ 473

Wolfio

Wolfio, de Breslau (1679) foi o mais celebre sustentaculo da *eschola leibniciana*, e o primeiro philosopho, que traçou, e realisou em parte, uma encyclopedia completa das sciencias phliosophicas.

A divisão da sua philosophia especulativa é, em *logica* e *metaphysica;* e a metaphysica comprehendia a *ontologia*, a *psychologia racional*, a *cosmologia* e a *theologia.*

A philosophia práctica, essa dividiu-a, em philosophia *práctica universal*, *moral*, *direito natural* e *politica.*

Definiu a philosophia, a sciencia dos possiveis em relação a Deus, á alma, e aos corpos.

§ 474

Thomasio

Christiano Thomasio, natural de Leipsick (1655), foi o restaurador do *eclectismo.*

Observando, que nada se oppõe tanto ao progresso dos nossos conhecimentos, como o affêrro a uma seita, elle aconselhou a seus discipulos o philosopharem com liberdade.

É difficil expôr o systema geral de Thomasio; porque elle mudou muitas vezes de opinião.

Os criticos, exprobram-lhe a sua tendencia á satyra, ao scepticismo e ao naturalismo.

Havia aberto em Halle uma eschola, que foi muito frequentada.

§ 475

ESCHOLA ESCOCEZA

O scepticismo de *Hume*, atacando todo o conhecimento *real*, e a religião, apesar de tributar algum respeito á moral, fez com que apparecesse a eschola escoceza, cujos philosophos principaes foram *Reide* e *Stewart*.

§ 476

Thomaz Reide

Thomaz Reide nasceu em Strachan (1710), e póde ser olhado como chefe da philosophia escoceza.

Seus trabalhos tiveram por fim fazer applicação, no estado do espirito humano, do methodo da observação, recommendado por Bacon.

Combateu com egual força, o *idealismo* de Berkeley, o *scepticismo* de Hume, e a theoria metaphysica das *idêas imagens*, que, por tanto tempo, haviam reinado nas escholas.

Deu uma theoria nova da percepção; e, observando bem as operações da nossa alma, comprehendeu, d'um modo mais completo, as differentes faculdades.

Seu discipulo, *Dugald Stewart*, expoz e desinvolveu suas doutrinas.

Royer-Collard fez conhecida, em França, a philosophia escoceza. Foi o signal da quéda da eschola sensualista.

§ 477

PHILOSOPHIA ALLEMÃ

Desde Leibnitz e Wolfio, a philosophia allemã estava repartida em philosophia —

Dogmatica, que partia de principios arbitrarios;

Sceptica, que punha em dúvida a possibilidade de adquirir conhecimentos certos;

Eclectica, que se esforçava por procurar a verdade, onde quer que ella se achasse.

Foi então que Kant fez diligencias por fazer cessar este estado de fluctuação, em que se achava a philosophia.

§ 478

Kant

Manuel Kant nasceu em Koenigsberg (1724). Propoz-se submetter á crítica todos os conhecimentos humanos, d'onde veio á sua doutrina, o nome de *criticismo*.

Para isso distinguiu nos nossos conhecimentos duas partes, — uma, que pertence aos objectos do pensamento, e que nos é dada pela experiencia; outra, que pertence ao sujeito pensante, e que o espirito tira de si mesmo, para ajunctar aos dados da experiencia.

Á primeira d'estas partes chama elle *objectiva*, — a materia; á segunda, *subjectiva*, — a fórma.

Kant faz a enumeração das fórmas, que são inherentes á razão humana, e que elle chama indifferentemente *idêas a priori*, *idêas puras*, *cathegorias*.

A sua frente colloca as idêas do *tempo*, do *espaço*, da *substancia*, da *causa*, da *unidade*, da *existencia*, etc.

Perguntando, a si mesmo, qual é o valor dos nossos conhecimentos, e se podêmos legitimamente passar do *sujeito* ao *objecto*, declara, que não podemos conhecer directamente senão o que nos é dado pela experiencia; que todo o resto é um mero objecto de fé, ou crença; e que por

consequencia as nossas idêas de *alma*, de *universo*, e de *Deus* não têm nenhuma certeza objectiva.

Em moral, por uma feliz contradicção, concede á razão humana aquella auctoridade, que lhe tira em metaphysica; porque acredita na liberdade, na lei imperativa do dever, e na necessidade da harmonia entre a felicidade e a virtude.

D'este modo é levado a restabelecer, como indubitaveis, as verdades, que n'aquellas se involvem,—a *existencia de Deus*, e a *immortalidade da alma*.

Ensinava uma doutrina rigida, fundada sobre a idêa do *bem absoluto*, e que faz recordar o estoicismo.

O grande resultado da crítica de *Kant* (*crítica da razão pura*), é, que nenhum objecto chega ao nosso conhecimento, senão em quanto está sujeito ás leis das faculdades de conhecer.

Assim nós não conhecemos cousa alguma em si. Só conhecemos phenomenos (*idealismo crítico*, isto é, fundado sobre a crítica da faculdade de conhecer ; d'outra sorte, *idealismo transcendente)*.

§ 479

Fichte

Fichte nasceu em Ramenau (1762). Quiz completar o systema de Kant, e dar uma base solida aos conhecimentos humanos.

Imaginou para isso uma theoria, a que deu o nome de *doutrina da sciencia*.

Segundo esta theoria, a consciencia, seus objectos, a materia dos conhecimentos e suas fórmas, não são mais, que productos d'um acto do *eu*, recolhidos pela reflexão.

Esta philosophia não parte, como a de Kant, da decomposição da faculdade de conhecer; parte d'um acto primitivo do sujeito, acto, que equivale á mesma consciencia e seus phenomenos.

'Numa palavra, a idêa dominante de *Fichte*, é que tudo quanto ha, e póde haver, sae do *eu;* ou melhor que nada

existe realmente, além do *eu;* e que tudo, quanto apparece distincto d'elle, não passa d'uma illusão; por isso que o mesmo *não eu* é o *eu*, em quanto se oppõe a si proprio e se limita.

Este systema parece um *pantheismo idealista* levado ao mais alto grau.

§ 480

Schelling

Schelling nasceu em Leonberg (1775). Fundamentava a sua philosophia na identidade do sujeito, que conhece, com o objecto conhecido.

As leis do *mundo real* são as mesmas, que as do *ideal.* Provam-se umas pelas outras.

Como não ha senão a unidade absoluta, a multiplicidade é uma apparencia, ou manifestação do absoluto, que, segundo as phases, que apresenta, se chama *natureza* ou *intelligencia, corpo* ou *espirito.*

O desinvolvimento da humanidade é uma evolução do absoluto. A historia, em todos os seus aspectos e partes, é uma serie, em que o ver absoluto se apresenta debaixo de fórmas distinctas.

Até a nossa propria consciencia é um mero phenomeno da *consciencia absoluta.*

A philosophia tem dois caminhos,—póde partir do *eu*, e tirar d'ahi o *objecto*, o *diverso*, o *necessario*, a *natureza;* ou partir da natureza, e tirar d'ahi o que é *livre*, *um* e *simples.*

No primeiro caso, chama-se *philosophia da natureza;* no segundo, *philosophia transcendente.*

Como o sujeito é identico ao objecto, o *eu* ao *não eu*, póde um encontrar-se no outro.

Em moral, *Schelling* ensinava, que a crença em Deus é a primeira base da moralidade; e que a virtude é um estado, no qual a alma se conforma, não com a lei, que está fóra d'ella, mas com a necessidade interna da sua natureza.

Definiu moralidade a tendencia da alma a unir-se com o centro,—*Deus.*

§ 481

Jacobi

Jacobi nasceu em Dusseldorf (1743).

Convencido, de que a razão, por si só, não póde levar, senão ao pantheismo e fatalismo, fundou toda a sciencia philosophica sobre uma crença, que elle considerou, como uma especie de instincto racional, ou saber, dado immediatamente, e sem prova, pelo sentimento; e esta crença, distinguiu-a da fé positiva.

É o sentimento, dizia elle, quem nos faz conhecer o mundo exterior. É elle quem nos revela Deus, a providencia, a liberdade, a immortalidade, immoralidade, 'numa palavra, toda a ordem, que excede o mundo dos sentidos.

Esta dupla revelação, do mundo material e do mundo immaterial, opera-se em virtude do sentimento interior, orgão da verdade, e que depois se chama razão. É elle quem desperta no homem a consciencia da sua personalidade, juncta a um sentimento de superioridade sobre a natureza,— *liberdade*.

A moral, segundo Jacobi, não tem outro fundamento real, senão o *senso interno*.

§ 482

Hegel

Hegel nasceu em Stuttgard (1770).

Combatendo, assim a distincção de Kant, entre *subjectivo* e *objectivo*, como o *idealismo subjectivo* de Fichte, admittiu, com Schelling, a unidade absoluta de todas as cousas,— a identidade do sujeito com o objecto.

Mas, em quanto Schelling, para explicar, como tudo deriva d'esta unidade, toma para ponto de partida o absoluto, que se lhe revela por uma intuição immediata; *Hegel* parte da *idêa*, e pretende fazer sahir d'ahi, só pela força

da dialectica, todas as cousas, — o *absoluto*, a *natureza*, o *espirito*.

O absoluto é a ideia *pura*, — a idêa considerada em si mesma, d'um modo abstracto.

A natureza é a idêa, manifestada e *convertida* em objecto.

O espirito é a idêa, reflectindo sobre si mesma.

Conforme ella reflecte sobre si, a idêa, convertida então em espirito, se encara como *espiríto subjectivo*, como *espirito objectivo*, ou como *espirito absoluto;* e assim nos dá, ora a alma, objecto da psychologia; ora os nossos similhantes e a sociedade, objecto da moral; ora Deus, objecto da religião.

Hegel define pois a philosophia, a *sciencia da razão;* em quanto esta é a idêa e a consciencia de toda a existencia, em todo o seu desinvolvimento necessario.

Para formar o seu systema, partiu d'este princípio: — *tudo o que é racional, é real, e o que é real é racional.*

Dividiu toda a philosophia em tres partes:

Logica, sciencia pura, que segundo elle, se confunde com a metaphysica.

Philosòphia da natureza, sciencia da idêa, em sua existencia objectiva.

Philosophia do espirito, onde explica como a idêa produz a alma, a sociedade, e Deus.

§ 483

Krause

Krause, de Eisenberg, nasceu em 1781, e morreu em 1832.

Sendo da eschola de Schelling, ensinou a philosophia, o direito, e as mathematicas.

Em philosophia, ensinou, que o mundo da natureza e o mundo da razão formam duas espheras secundarias, e que acima d'estas espheras ha um ser primitivo, que as penetra ambas.

Por outra. Considerou, que havia dois mundos, — o *espi-*

ritual e o *natural;* e que a cada um corresponde um ser finito, em sua ordem respectiva, —*espirito* e *natureza.*

Cada um dos seres finitos e individuaes estão em relação com aquelles dois mundos, — *os corpos com a natureza; os espiritos com o espirito.*

Com quanto distinctos, os dois mundos têm a sua essencia commum com o *ser supremo*, que em si inclue a unidade e a identidade dos dois mundos.

§ 484

ESTADO ACTUAL DA PHILOSOPHIA

A philosophia allemã pretende dominar hoje em quasi toda a Europa, e com especialidade da parte d'além Rheno.

Mas, como o espirito humano progride sempre, o *statu quo* não póde durar na philosophia.

Podemos, por isso, asseverar, que o *eclectismo* d'aquem Rheno é o systema mais livre, e como tal, mais conforme ao progresso da sciencia. É a philosophia do senso commum, applicada á critica dos systemas.

FIM.

INDICE

INTRODUCÇÃO

(Pag. 7 a 11)

PRIMEIRA PARTE

ELEMENTOS DE TODAS AS SCIENCIAS

(Pag. 12 a 17)

ONTOLOGIA INTUITIVA

(Pag. 18 a 31)

SEGUNDA PARTE

PSYCHOLOGIA

(Pag. 32 e 33)

PSYCHOLOGIA EMPIRICA

(Pag. 33 a 56)

SENSIBILIDADE

(Pag. 35 a 43)

INTELLIGENCIA

ACTIVIDADE

IDEOLOGIA

(Pag. 57 a 74)

GRAMMATICA GERAL

(Pag. 75 a 110)

PROPOSIÇÕES

(Pag. 85 a 102)

ARGUMENTAÇÕES

(Pag. 102 a 110)

LOGICA

(Pag. 111 a 175)

PSYCHOLOGIA RACIONAL

HISTORIA DA PHILOSOPHIA

PHILOSOPHIA GREGA OU ANTIGA

PHILOSOPHIA DA EDADE MÉDIA

PHILOSOPHIA MODERNA